



RELATÓRIO FINAL

*Estudo sobre
Desenvolvimento
Humano e Política
Social no Piauí*

IETS

RELATÓRIO FINAL

**Estudo sobre Desenvolvimento Humano e
Política Social no Piauí**

**PIAUI
2018**

Este caderno é produto relativo ao Estudo sobre Desenvolvimento Humano e Política Social do Estado do Piauí.

Referência: Contrato nº 06/2017 – CEPRO

FICHA CATALOGRÁFICA

Estado do Piauí.

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO
Estudo sobre Desenvolvimento Humano e Política Social do Piauí, 2018,
154p.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Política Social. 3. Piauí.

FICHA TÉCNICA

CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO)

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Antônio Rodrigues de Sousa Neto

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CEPRO

Liége de Souza Moura

GESTORES DO CONTRATO

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Sonia Maria de Paiva Leal

Juciara de Lima Linhares Cunha

ANÁLISES TÉCNICAS

Liége de Souza Moura

Luís Guilherme Teixeira Dos Santos

Juciara de Lima Linhares Cunha

Maria do Socorro Nascimento

OFICINA DE TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Clífton Angeline Santos

Elias Alves Barbosa

Fernando Batista Galvão de Barros

Francisco Arruda Pontes

José Manuel Monteiro Rosa Simões Moedas

Juciara de Lima Linhares Cunha

Liége de Souza Moura

Luís Guilherme Teixeira Dos Santos

Maria do Socorro Nascimento

Maria Geni da Silva Sousa

Maria Salomé da Silva Neta

Renato dos Santos Martins

Amanda Alves Dias (Bolsista - FAPEPI)

Walleff da Silva e Silva (Bolsista - FAPEPI)

Wellynne Carla de Sousa Barbosa (Bolsista - FAPEPI)

João Victor de Sousa Rodrigues (Estagiário)

Julho de Oliveira Cantuário (Estagiário)

Pedro Ricardo Alves de Santana (Estagiário)

Wasley Pablo Costa da Silva (Estagiário)

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE

EQUIPE TÉCNICA

Samuel Franco

Danielle Nascimento

Rosane Mendonça

Diana Coutinho

Bárbara Lerbach

Elionai Lisboa

Grazielly Rocha

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Ricardo Paes de Barros (Insper)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do IDH, 1991 a 2010, UFs e Brasil	20
Gráfico 2 – Taxa de crescimento do IDH, 1991 a 2010, Região Nordeste	21
Gráfico 3 – IDH, 2010: UFs, Região Nordeste e Brasil	21
Gráfico 4 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2014: UFs, Região Nordeste e Brasil	28
Gráfico 5 – Variação anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2009 e 2014: UFs, Região Nordeste e Brasil	30
Gráfico 6 – Variação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2002 e 2014: UFs, Região Nordeste e Brasil	30
Gráfico 7 – Variação anual no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2000-2010: UFs, Região Nordeste e Brasil	31
Gráfico 8 – Variação anual no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1991-2010: UFs, Região Nordeste e Brasil	31
Gráfico 9 – Variação anual no IDH nos países do mundo: 2000-2014	32
Gráfico 10 – Variação anual no IDH nos países do mundo: 1990-2014	33
Gráfico 11 – Experiências dos municípios brasileiros com relação ao crescimento no IDH entre 2000 e 2010	33
Gráfico 12 – Projeção do IDH para o Piauí em 2022	34
Gráfico 13 – Projeção do IDH 2022: UFs, região Nordeste e Brasil	35
Gráfico 14 – Projeção do IDH, Longevidade para o Piauí em 2022	36
Gráfico 15 – Projeção do IDH, Educação para o Piauí em 2022	37
Gráfico 16 – Projeção do IDH, Renda para o Piauí em 2002	37
Gráfico 17 – Evolução da renda per capita, Brasil e Piauí, 2002 a 2014	39
Gráfico 18 – Taxa de crescimento anual da renda per capita, 2002 - 2014	40
Gráfico 19 – Evolução do grau de desigualdade no Brasil, Região Nordeste e Piauí, 2002 - 2014	41

Gráfico 20 – Taxa de redução no grau de desigualdade de renda (Coeficiente de Gini): 2002 - 2014	42
Gráfico 21 – Taxa anual de crescimento da renda familiar per capita no Brasil, Região Nordeste e Estado do Piauí: 2002 - 2014	43
Gráfico 22 – Taxa de crescimento da renda per capita dos 10% mais pobres, 2002 a 2014	44
Gráfico 23 – Taxa de crescimento da renda per capita dos 20% mais pobres, 2002 a 2014	44
Gráfico 24 – Taxa de crescimento da renda per capita dos 40% mais pobres, 2002 a 2014	45
Gráfico 25 – Taxa anual de crescimento da renda familiar per capita: Piauí, 2002-2014	46
Gráfico 26 – Evolução da extrema pobreza no Piauí, 2002 a 2014	47
Gráfico 27 – Taxa de redução na extrema pobreza, 2002 a 2014	48
Gráfico 28 – Evolução da pobreza no Piauí, 2002 a 2014	48
Gráfico 29 – Taxa de redução na pobreza, 2002 a 2014	49
Gráfico 30 – Evolução da renda per capita, Brasil e Piauí, 2002 a 2014	51
Gráfico 31 – Projeção do valor da renda per capita, 2022, caso o crescimento da renda no Piauí fosse duas vezes maior	52
Gráfico 32 – Projeção do valor da renda per capita em 2022, mantida a taxa de crescimento histórica de crescimento de renda	53
Gráfico 33 – Projeção do valor da renda per capita em 2022, caso a taxa de declínio da desigualdade de renda no Piauí fosse duas vezes maior	54
Gráfico 34 – Projeção do grau de desigualdade de renda (Coeficiente de Gini), 2022, mantida a taxa de redução histórica da desigualdade	55
Gráfico 35 – Projeção do grau de extrema pobreza em 2022, caso a taxa de declínio da extrema pobreza no Piauí fosse duas vezes maior	56
Gráfico 36 – Projeção do grau de extrema pobreza em 2022, mantida a taxa de redução histórica da extrema pobreza	57

Gráfico 37 – Projeção do grau de pobreza em 2022, caso a taxa de declínio da pobreza no Piauí fosse duas vezes maior	58
Gráfico 38 – Projeção do grau de pobreza em 2022, mantida sua taxa de redução histórica da pobreza	58
Gráfico 39 – Composição da taxa anual de crescimento por décimo da distribuição de renda, Piauí, 2002 a 2014	63
Gráfico 40 – Taxa de crescimento da renda do trabalho per capita dos 20% mais pobres, 2002 a 2014	64
Gráfico 41 – Taxa de crescimento da renda do trabalho per capita dos 40% mais pobres, 2002 a 2014	65
Gráfico 42 – Contribuição da renda derivada do trabalho para a taxa de crescimento da renda per capita entre os 20% mais pobres, 2002 a 2014	66
Gráfico 43 – Contribuição da renda derivada do trabalho para a taxa de crescimento da renda per capita entre os 40% mais pobres, 2002 a 2014	67
Gráfico 44 – Taxa de crescimento da renda do trabalho per capita por décimo da distribuição de renda: Piauí, Nordeste e Brasil, 2002 a 2014	68
Gráfico 45 – Taxa de ocupação da população em idade ativa, 2014	69
Gráfico 46 – Evolução da taxa de ocupação para a população de idade ativa, 2002 a 2014	70
Gráfico 47 – Taxa de ocupação por décimo da distribuição de renda – Piauí, Nordeste e Brasil, 2012 a 2014	71
Gráfico 48 – Remuneração média do trabalho, 2014	72
Gráfico 49 – Taxa de crescimento média anual na remuneração do trabalho, 2002 a 2014	73
Gráfico 50 – Escolaridade média da população ocupada com 25 anos ou mais em 2014	74
Gráfico 51 – Ganho de escolaridade da população ocupada com 25 anos ou mais por ano, 2002 a 2014	75

Gráfico 52 – Relação entre crescimento da escolaridade e taxa de crescimento média anual na remuneração do trabalho, 2002 a 2014	76
Gráfico 53 – Evolução da escolaridade média da população adulta de 25 anos ou mais, 1992 – 2014	76
Gráfico 54 – Porcentagem da população que vive na área rural no ano 2014	78
Gráfico 55 – Porcentagem da população pobre que vive na área rural, ano 2014	79
Gráfico 56 – Porcentagem da população extremamente pobre que vive na área rural, ano 2014	79
Gráfico 57 – Porcentagem da população na área rural por centésimo da distribuição, Piauí, 2002 a 2014	80
Gráfico 58 – Porcentagem da população na área rural por centésimo da distribuição, Piauí, 2002 a 2014	81
Gráfico 59 – Razão entre a incidência da pobreza na área rural e a incidência da pobreza na área urbana, 2014	82
Gráfico 60 – Taxa anual de crescimento da renda familiar per capita por décimo da distribuição de renda, Piauí rural, 2002 a 2014	82
Gráfico 61 – Evolução da pobreza urbana e rural no Piauí, 2002 a 2014	83
Gráfico 62 – Contribuição da renda derivada do trabalho para a taxa de crescimento da renda per capita entre os 40% mais pobres na área rural, 2002 a 2014	84
Gráfico 63 – Remuneração média do trabalhador agrícola entre os 40% mais pobres na área rural, 2014	85
Gráfico 64 – Taxa de crescimento da remuneração do trabalhador agrícola entre os 40% mais pobres na área rural, 2002 – 2014	85
Gráfico 65 – Taxa de crescimento da remuneração do trabalho per capita dos 40% mais pobres na área urbana, 2002 a 2014	86
Gráfico 66 – Taxa de crescimento da renda do trabalho não agrícola per capita dos 40% mais pobres na área rural, 2002 a 2014	87
Gráfico 67 – Produção de mandioca por área colhida, 2012 a 2014	88

Gráfico 68 – Produção de arroz por área colhida, 2012 a 2014	88
Gráfico 69 – Produção de feijão por área colhida, 2012 a 2014	89
Gráfico 70 – Porcentagem de crianças de 4 a 5 anos na escola, UF e Brasil, 2013 a 2015	95
Gráfico 71 – Porcentagem de adolescente de 10 a 14 anos na escola, UF e Brasil, 2013 – 2015	96
Gráfico 72 – Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola, UF e Brasil, 2013 a 2015	97
Gráfico 73 – Progresso na porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola, UF e Brasil, últimos 10 anos	98
Gráfico 74 – Porcentagem de crianças e adolescentes que chega a concluir cada série com no máximo um ano de atraso, Piauí e Brasil, anos 2013 a 2015	99
Gráfico 75 – Porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2013 a 2015	99
Gráfico 76 – Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, nos últimos 10 anos	100
Gráfico 77 – Projeção da porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2022	101
Gráfico 78 – Porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2013 a 2015	102
Gráfico 79 – Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, nos últimos 10 anos	102
Gráfico 80 – Projeção na porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2022	103
Gráfico 81 – Porcentagem de alunos que concluiu o ensino médio com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2013 a 2015	104
Gráfico 82 – Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o ensino médio com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, nos últimos 10 anos	104

Gráfico 83 – Projeção na porcentagem de alunos que concluiu o ensino médio com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2022	105
Gráfico 84 – Nota média padronizada na Prova Brasil para os anos iniciais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2015	106
Gráfico 85 – Projeção da Nota Média Padronizada na Prova Brasil para os anos iniciais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2022	106
Gráfico 86 – Progresso da Nota Média Padronizada na Prova Brasil para os anos iniciais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005 a 2015	107
Gráfico 87 – Nota média padronizada na Prova Brasil para os anos finais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2015	108
Gráfico 88 – Projeção da nota média padronizada na Prova Brasil para os anos finais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2022	109
Gráfico 89 – Progresso da nota média padronizada na Prova Brasil para os anos finais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005 a 2015	110
Gráfico 90 – Nota média padronizada na SAEB para o Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005	111
Gráfico 91 – Nota Média Padronizada na SAEB para o Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2022	111
Gráfico 92 – Progresso da nota média padronizada na SAEB para o Ensino Médio da rede Estadual de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005 a 2015	112
Gráfico 93 – Proposta de meta de IDH, Longevidade, para o Piauí	113
Gráfico 94 – Relação entre porcentagem de partos de mães adolescentes (menor ou igual a 19 anos de idade) e Taxa de natimortalidade: UF, Nordeste e Brasil, 2015	115
Gráfico 95 – Relação entre porcentagem de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal e taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completo): UF, Nordeste e Brasil, 2015	116

Gráfico 96 – Relação entre proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal e Taxa de Mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completo): Piauí	117
Gráfico 97 – Relação entre taxa de prematuridade e taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completos): Piauí, 2008 à 2015	117
Gráfico 98 – Relação entre taxa de prematuridade e taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completos): UF, Nordeste e Brasil, 2015	118
Gráfico 99 – Taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015	119
Gráfico 100 – Relação entre porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário e taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015	120
Gráfico 101 – Relação entre porcentagem de domicílios com coleta de lixo e taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015	120
Gráfico 102 – Relação entre cobertura vacinal e taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015	121
Gráfico 103 – Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 15 a 19 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015	122
Gráfico 104 – Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 20 a 24 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015	122
Gráfico 105 – Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 25 a 29 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015	123
Gráfico 106 – Taxa de mortalidade por suicídio da população de 25 a 29 anos (por 100 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015	123
Gráfico 107 – Relação entre Índice de Gini e taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 15 a 19 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015	124
Gráfico 108 – Relação entre Índice de Gini e Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 20 a 24 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015	125

- Gráfico 109 – Relação entre Índice de Gini e Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 25 a 29 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015 125
- Gráfico 110 – Relação entre Índice de Gini e Taxa de mortalidade por suicídio da população de 25 a 29 anos (por 100 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015 126
- Gráfico 111 – Taxa de mortalidade por doenças hipertensivas da população de 70 anos ou mais (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015 127
- Gráfico 112 –Relação entre porcentagem de pessoas em situação de extrema pobreza e taxa de mortalidade por doenças hipertensivas da população de 70 anos ou mais (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015 128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicador Índice de Desenvolvimento Humano	142
Tabela 2 – Indicador Distribuição de Renda	142
Tabela 3 – Indicador Inclusão Produtiva	144
Tabela 4 – Indicador Educação	146
Tabela 5 – Indicador Saúde	149

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

Hab. – Habitantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OPE SOCIAIS – Oportunidades Pesquisa e Estudos Sociais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAM – Produção Agrícola Municipal

PBF – Programa Bolsa Família

PI – Piauí, Estado de Federação Brasileira

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

UF – Unidades da Federação

UNDP – United Nations Development Programme

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ESTADO DO PIAUÍ	24
1.1 Progresso social do estado segundo o IDH	25
1.1.1 O IDH	25
1.1.2 Situação atual no estado	27
1.2 Estabelecendo metas sociais para o Piauí: o desafio de se tornar um estado de “muito alto desenvolvimento humano”	28
1.3 Analisando as dimensões do IDH no estado	35
2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PIAUÍ	38
2.1 Crescimento da renda per capita no Estado	38
2.2 A magnitude da queda na desigualdade de renda	40
2.3 O acentuado e contínuo declínio em extrema pobreza e pobreza	46
2.4 Projeção de cenários	49
2.4.1 Projeção de cenários que concebem o crescimento da renda per capita	50
2.4.2 Projeção de cenários para a redução da desigualdade de renda	53
2.4.3 Projeção de cenários para a redução da extrema pobreza	55
2.4.4 Projeção de cenários para a redução da pobreza	57
3 INCLUSÃO PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO PIAUÍ	59
3.1 Autonomia, desenvolvimento humano e inclusão produtiva	60
3.2 Inclusão produtiva: acesso a trabalho e remuneração	61
3.3 Contribuição da inclusão produtiva para o crescimento da renda dos mais pobres	62
3.3.1 Crescimento na renda do trabalho	63

3.3.2	Contribuição do crescimento na renda dos mais pobres para o crescimento na renda per capita	65
3.3.3	Dificuldade de inclusão produtiva dos 10% mais pobres	67
3.4	Taxa de ocupação	68
3.5	Remuneração	71
3.6	A baixa escolaridade da população adulta	73
3.7	Pobreza rural	77
3.7.1	Crescimento da renda dos mais pobres	82
3.7.2	Remuneração dos mais pobres	84
3.7.3	Produtividade agrícola	87
3.8	Propostas de ações e reflexões da situação atual no Piauí	89
3.8.1	Setor público e privado devem contribuir para a inclusão produtiva dos mais pobres	90
3.8.2	As ações dos setores público e privado devem se complementar	91
3.8.3	As políticas públicas devem garantir aos mais pobres acesso às oportunidades produtivas disponíveis	92
4	NÍVEL E EVOLUÇÃO RECENTE DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ E DESAFIOS PAA 2022	93
4.1	Acesso à educação e permanência: o Piauí desponta	94
4.1.1	Educação Infantil	95
4.1.2	Ensino fundamental	95
4.1.3	Ensino médio	96
4.2	Progresso: o Piauí não desponta, mas encontra-se em melhora	98
4.2.1	Ensino fundamental: anos iniciais	99
4.2.2	Ensino fundamental: anos finais	101
4.2.3	Ensino médio	103

4.3	Aprendizado dos estudantes: o Piauí precisa acelerar	105
4.3.1	Ensino fundamental: anos iniciais	105
4.3.2	Ensino fundamental: anos finais	108
4.3.3	Ensino médio	110
5	A QUESTÃO DA SAÚDE NO PIAUÍ	113
5.1	Longevidade versus mortalidade	114
5.1.1	O que afeta a longevidade durante o ciclo de vida da população: mortalidade de crianças	114
5.1.2	O que afeta a longevidade durante o ciclo de vida da população: mortalidade na juventude	121
5.1.3	O que afeta a longevidade durante o ciclo de vida da população: mortalidade dos adultos	126
6	CONCLUSÃO	129
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICE A – PLANO DE TRABALHO	135
	APÊNDICE B – TABELA DE INDICADORES	141
	APÊNDICE C – OFICINAS DE TRABALHO	150

INTRODUÇÃO

O Governo do Piauí abraçou como meta, até 2022 – oito anos após o início da atual administração – alcançar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,80 e, portanto, passar a ser um estado com nível de desenvolvimento humano muito alto. Dado que em 2014, o nível do IDH no estado era 0,66, atingir essa meta significa avançar 0,14 em oito anos e, portanto, 0,018 por ano. Como o IDH do estado em 2002 era de 0,52, o progresso ao longo dos últimos 12 anos foi de 0,14 e, portanto, de 0,012 por ano. Assim, passar de uma taxa de progresso histórico de 0,012 por ano para uma de 0,018 por ano significa um aumento de 50%. É possível aumentar em 50% a taxa de progresso no IDH?

De fato, essa é uma meta extremamente ambiciosa, uma vez que quando observamos o progresso realizado pelos países no mundo, nenhum deles evoluiu com essa taxa de melhoria. Nenhum estado brasileiro melhorou a essa taxa nos últimos vinte anos. Mas é possível observar sim alguns municípios melhorando o IDH, com a taxa igual ou até superior a essa.

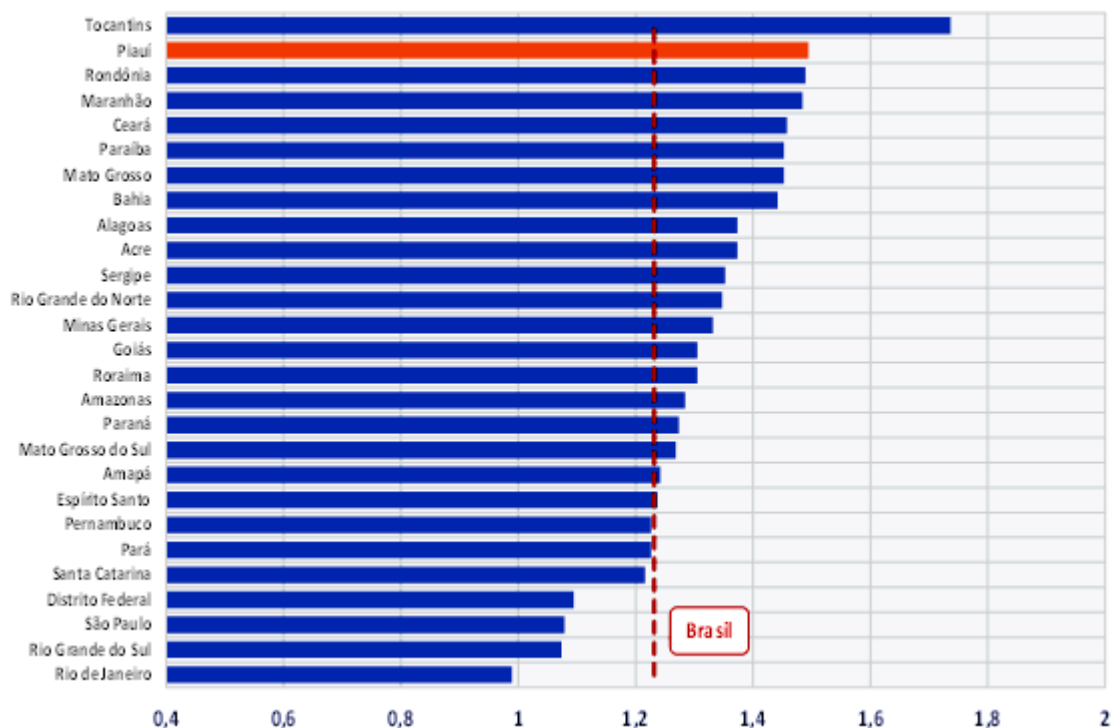
Portanto, essa é uma velocidade de melhoria que foi alcançada por poucos no passado e o estado do Piauí, encontra-se entre esses poucos. Assim, se ele continuar imprimindo uma velocidade igual ou até maior será possível atingir, no prazo determinado, a meta estabelecida.

Os dados divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostraram que a história do IDH no Piauí entre 1991 e 2010, anos censitários¹, foi impressionante. Em 1991 o IDH do estado era 0,362 posicionando-o na faixa de “Muito Baixo Desenvolvimento Humano” (IDHM entre 0 e 0,499). Em 2010, o IDH passou a 0,646, situando o estado na faixa de “Desenvolvimento Humano Médio” (IDHM entre 0,600 e 0,699).

¹ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Para maiores informações acesse: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/

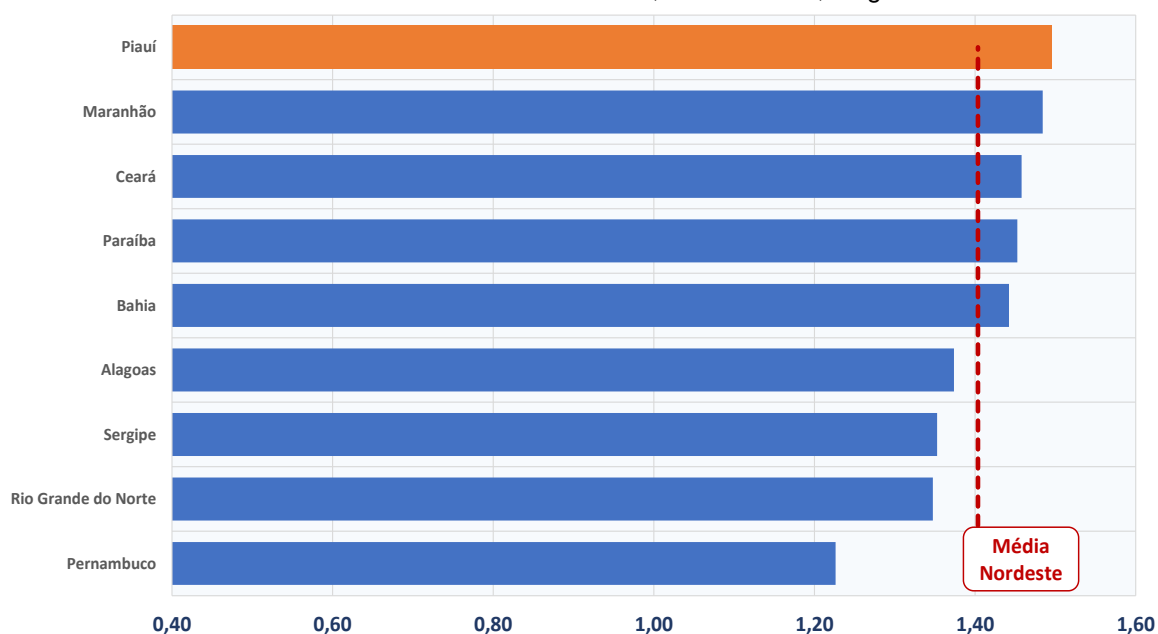
O Piauí foi o segundo estado que mais cresceu o IDH de 1991 para 2010, bem acima do crescimento observado para o País, conforme mostra o Gráfico 1. Quando comparado aos estados que compõem a região Nordeste, como mostra o Gráfico 2, foi o estado que mais cresceu o IDH, também acima da média da região.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do IDH, 1991 a 2010, UFs e Brasil



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

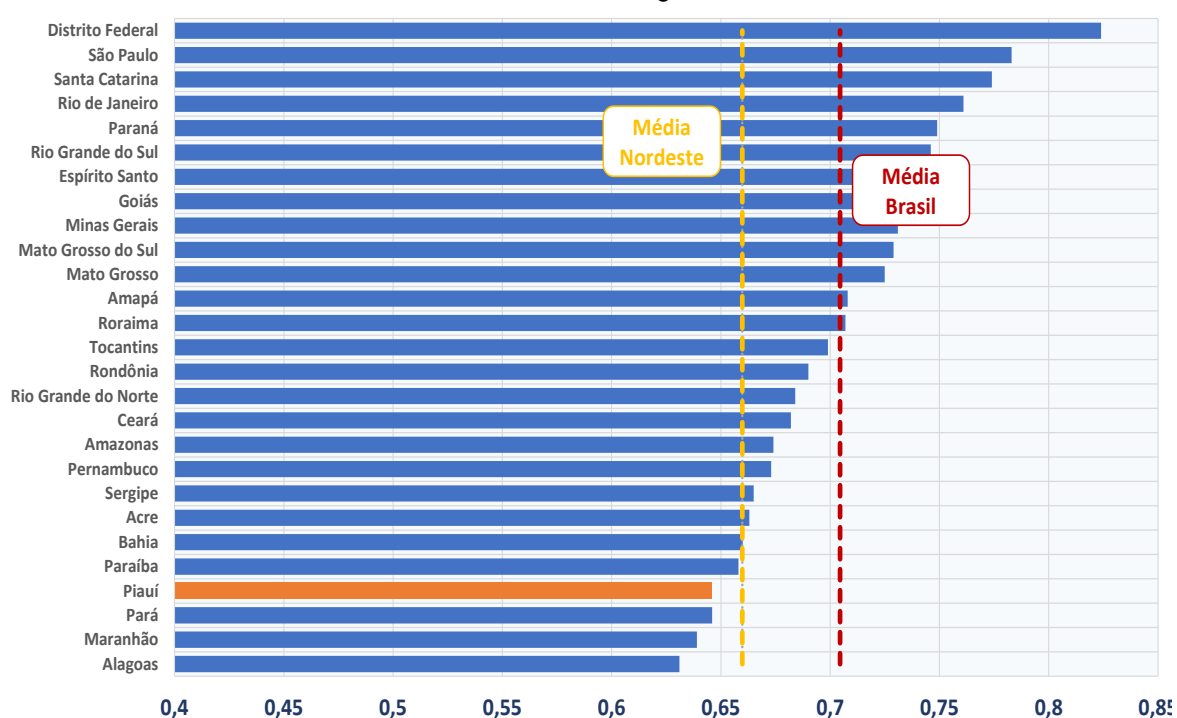
Gráfico 2 – Taxa de crescimento do IDH, 1991 a 2010, Região Nordeste



Fonte: Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
 Nota: Média aritmética calculada para a Região Nordeste a partir dos IDHs das UFs que a compõem.

Apesar do rápido crescimento observado nesse período, o IDH do estado ainda se encontra abaixo da média nacional e abaixo na média para o Nordeste, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – IDH, 2010: UFs, Região Nordeste e Brasil



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
 Nota: Média aritmética calculada para a Região Nordeste a partir dos IDHs das UFs que a compõem.

Quando se observa o que o estado foi capaz de realizar em termos do seu progresso social, aqui representado pelo IDH agregado, o que se percebe é uma capacidade extraordinária de avanço. O estado demonstrou ser capaz de avançar a uma velocidade incrivelmente rápida nas últimas décadas, e isso permite que ele possa agora sonhar com metas ainda mais arrojadas no futuro.

Em suma, nos últimos 15 anos, o estado do Piauí não resolveu todos os seus problemas sociais; não resolveu o problema da pobreza, da qualidade de vida, da vulnerabilidade, da saúde e da educação, mas deu um passo grande o suficiente para ver que em duas décadas, é possível praticamente erradicar esses problemas sociais no estado. Com o progresso mostrado nesse período, ele seguramente demonstrou ser possível resolver esses problemas com uma rapidez bastante razoável, mostrou o caminho. Esse documento mostra esse progresso acelerado e como se continuado, pode resolver esses problemas nos próximos 20 anos. Esse é um relatório que documenta o progresso passado, com o objetivo de fomentar as realizações alcançadas e, com base nisso, nos diz o que é possível conquistar no futuro.

O documento encontra-se organizado em cinco capítulos, além dessa introdução. No primeiro capítulo, abordamos com maior riqueza de detalhes a evolução histórica do estado em termos do IDH global e analisamos em que medida, a meta abraçada pelo governo do estado de alcançar até 2022 um IDH de 0,80 e, portanto, passar a ser um estado com nível de desenvolvimento humano muito alto, é factível. Analisamos cada um dos componentes do IDH, assim como a sua evolução histórica, e comparamos com as demais unidades da federação.

No segundo capítulo adentramos o tema da distribuição de renda no estado. Analisamos o crescimento da renda *per capita* no estado no período 2002-2014, descrevemos o processo de queda contínua da desigualdade de renda e o crescimento da renda dos décimos mais pobres da distribuição, além da evolução temporal da pobreza e da extrema pobreza no estado.

No terceiro capítulo tratamos da inclusão produtiva no estado. De fato, o estado vem conseguindo aumentar substancialmente sua renda, mesmo sem aumentar a escolaridade da população adulta. Para uma inclusão produtiva bem-sucedida, seria necessário garantir, principalmente aos mais pobres, o acesso a oportunidades de boa qualidade. Em que medida os mais pobres estão tendo acesso a trabalho no estado? Em que medida esse trabalho é produtivo e, portanto, é capaz de garantir

uma remuneração razoável para o trabalhador? O estado vem sendo capaz de incluir produtivamente sua população? Essas são algumas das perguntas tratadas nesse capítulo.

O quarto capítulo aborda o tema da educação, um componente extremamente importante nesse processo de desenvolvimento do estado. O capítulo avalia as dimensões essenciais do direito à educação: *i)* acesso à escola e permanência, *ii)* progresso dos estudantes, e *iii)* aprendizado dos estudantes. Mais especificamente, nesse capítulo buscamos verificar os atuais níveis alcançados pelo estado, bem como sua posição em relação ao Nordeste e ao Brasil, o progresso observado nos últimos 10 anos, onde o estado desponta nas lideranças nacional e regional e onde o Piauí precisa manter os níveis de desenvolvimento já alcançados, onde ainda precisa se desenvolver, mas pode manter seu ritmo de crescimento e onde precisa acelerar o seu crescimento histórico.

Por fim, o quinto capítulo vai abordar o tema da saúde, um dos pilares do IDH, mais especificamente na dimensão de longevidade, que pode ser traduzida em expectativa de vida ao nascer. Nesse capítulo vamos mostrar que nessa área, ao contrário do que o estado foi capaz de fazer em termos de renda e pobreza, os resultados não foram nada bons. Nesse capítulo, examinamos alguns dos principais fatores que afetam a longevidade ao longo das diferentes fases da vida: na infância, na juventude e a fase adulta.

1 DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ESTADO DO PIAUÍ

O conceito de Desenvolvimento Humano (DH) aparece pela primeira vez em 1990, especificamente no Relatório do PNUD desse mesmo ano. A partir desse momento, esse conceito foi permanentemente alterado no sentido de incluir mais categorias com a finalidade de obter uma definição que responda às exigências e desafios contemporâneos, bem como permitir uma operacionalização mais eficiente. Esse conceito considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação. A popularização da abordagem de Desenvolvimento Humano se deu com a criação e adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB), hegemônico, à época, como medida de desenvolvimento.

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como o alargamento do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. A renda, nesse enfoque, não é um fim em si mesma, mas um meio para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

De fato, o crescimento econômico não se traduz automaticamente em qualidade de vida. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras.

Portanto, o conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que para avaliar-se o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico, considerando-se essas outras características sociais, culturais e políticas que, por certo, influenciam a qualidade de vida das pessoas.

Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD.

Nesse capítulo analisamos o progresso do estado em Desenvolvimento Humano utilizando o IDH, e o que o estado pode alcançar num futuro próximo, não somente em termos do índice global mas, também, de seus três componentes.

1.1 Progresso social do estado segundo o IDH

1.1.1 O IDH

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: *i*) a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde, *ii*) de ter acesso ao conhecimento – educação, e *iii*) de poder desfrutar de um padrão de vida digno - renda.

Devido a sua simplicidade e fácil compreensão, e também pela forma mais abrangente de mensurar o desenvolvimento, o IDH alcançou grande repercussão mundial. Ao transformar em um único número a complexidade de três importantes dimensões das condições de vida, o IDH tornou-se uma forma de compreensão e promoção de ampla reflexão sobre o significado do desenvolvimento humano para a sociedade. As três dimensões do IDH são:

- **VIDA LONGA E SAUDÁVEL (longevidade):** ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer a ampliação das oportunidades evitando mortes prematuras e garantindo um ambiente mais saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.
- **ACESSO AO CONHECIMENTO (educação):** o acesso ao conhecimento é um determinante fundamental do bem estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é crucial para que as pessoas sejam capazes de expandir suas

habilidades e de decidir sobre seu futuro. A educação constrói confiança e confere dignidade, ampliando os horizontes e as perspectivas de vida.

- **PADRÃO DE VIDA (renda):** a renda é essencial pois permite o acesso às necessidades básicas como água, comida e abrigo. É um meio para uma série de fins que possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida².

Sociedades que oferecem boas condições de vida à população apresentam uma expectativa de vida ao nascer mais elevada, uma vez que a mortalidade infantil é mais baixa e a população consegue atingir idades mais avançadas, alimentando-se de forma mais saudável e com os recursos de saúde disponíveis. Além disso, a educação também reflete nas condições de vida das pessoas, uma vez que o acesso à educação, como já bem conhecido na literatura, tem elevados impactos sobre a renda futura das pessoas.

O IDH é classificado entre 0 a 1. O indicador 0 corresponde a nenhum desenvolvimento humano e o indicador 1 representa desenvolvimento humano total. Quanto mais próximo a 1 mais desenvolvido. O Relatório de Desenvolvimento Humano classifica os países da seguinte forma: (a) IDH menor que 0,550: baixo desenvolvimento humano; (b) IDH entre 0,551 e 0,699: médio desenvolvimento humano; (c) IDH entre 0,700 e 0,799: alto desenvolvimento humano; (d) IDH acima de 0,800: muito alto desenvolvimento humano.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil³ e, portanto, o IDH é baseado exclusivamente nos Censos Demográficos realizados a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, em função da necessidade de gerar informações mais atualizadas sobre a tendência dos indicadores em suas regiões, o PNUD, a Fundação João Pinheiro e o Ipea se organizaram e criaram o

² Nesse relatório consideramos a pobreza na sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda *per capita* de cada família pobre e a linha de pobreza.

³ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) e 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Para maiores informações acesse: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/

“Radar IDHM”, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE, divulgada anualmente⁴.

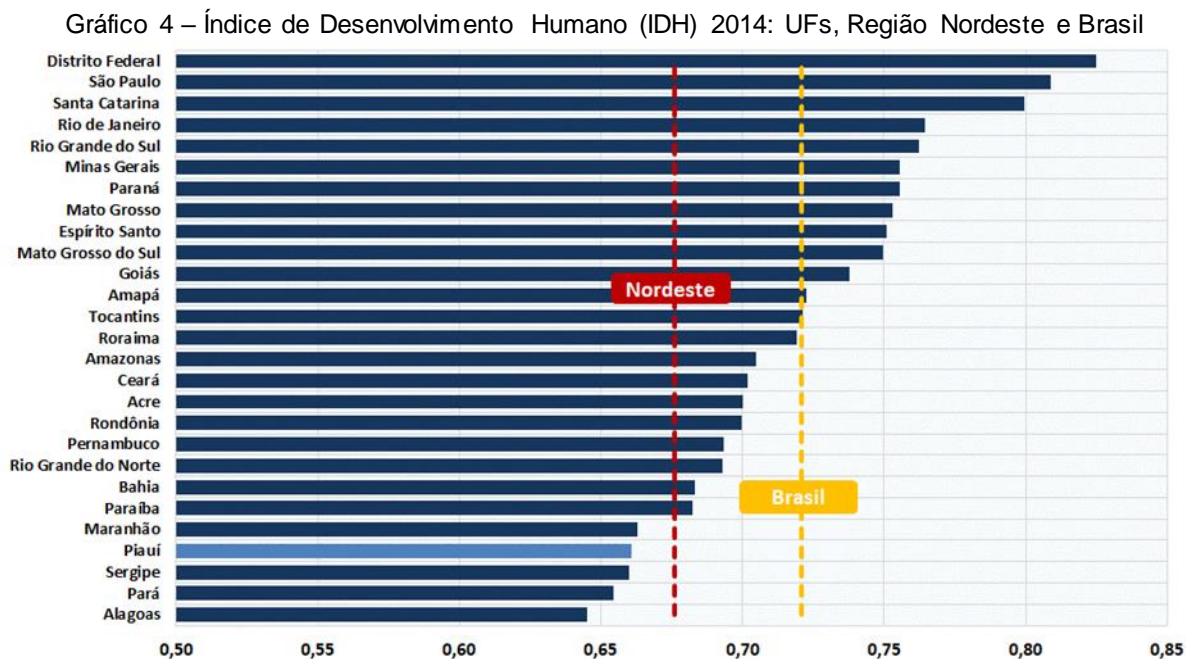
Nesse capítulo vamos utilizar essencialmente essas informações (IDHM) nas análises realizadas mas, também faremos uso do IDH construído com base nos Censos Demográficos, utilizando apenas uma denominação – IDH.

1.1.2 Situação atual no estado

Em 2014, o IDH do Piauí era 0,66, ou seja, o estado era considerado como sendo de “médio desenvolvimento humano”. Esse valor estava abaixo da média para a região Nordeste, e apenas três estados tinham um IDH mais baixo que o Piauí – Sergipe, Pará e Alagoas. Segundo a classificação utilizada pelas Nações Unidas, apenas uma unidade da federação e o Distrito Federal eram classificados como “muito alto desenvolvimento humano”; oito dos nove estados da região Nordeste eram classificados como “médio desenvolvimento humano”, entre eles o estado do Piauí; por fim, as demais unidades da federação (19) se enquadravam na categoria de “alto desenvolvimento humano”, conforme mostra o Gráfico 4.

Entretanto, apesar desse resultado observado em 2014, o que o estado conseguiu fazer em termos da evolução desse indicador é algo surpreendente, como vamos ver em detalhes na próxima seção. O IDH do Estado em 2002 era de 0,52 e, portanto, o progresso ao longo dos últimos 12 anos foi de 0,14 ou 0,012 por ano – foi a 5ª unidade da federação que mais progrediu, um ritmo mais acelerado que a média para o Brasil e para a região Nordeste.

⁴ O Radar IDHM disponibiliza ainda, além do IDHM e seus três subíndices – IDHM Educação, IDHM Longevidade e IDHM Renda – um conjunto de 60 indicadores socioeconômicos que permitem ampliar a análise do desenvolvimento humano nas áreas estudadas - <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os dados divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com base nos Censos Demográficos, também mostraram que a história do IDH no Piauí entre 1991 e 2010 foi impressionante. Em 1991 o IDH do estado era 0,362 posicionando-o na faixa de “Muito Baixo Desenvolvimento Humano” (IDHM entre 0 e 0,499). Em 2010 o IDH passou a 0,646, situando o estado na faixa de “Desenvolvimento Humano Médio” (IDHM entre 0,600 e 0,699). De fato, o Piauí foi o terceiro estado onde o IDH mais cresceu de 1991 para 2010, bem acima do crescimento observado para o País, e acima do crescimento observado para a região Nordeste. Mas, apesar do rápido crescimento observado nesse período, o IDH do estado ainda se encontra abaixo da média nacional e abaixo na média para o Nordeste.

1.2 Estabelecendo metas sociais para o Piauí: o desafio de se tornar um estado de “muito alto desenvolvimento humano”

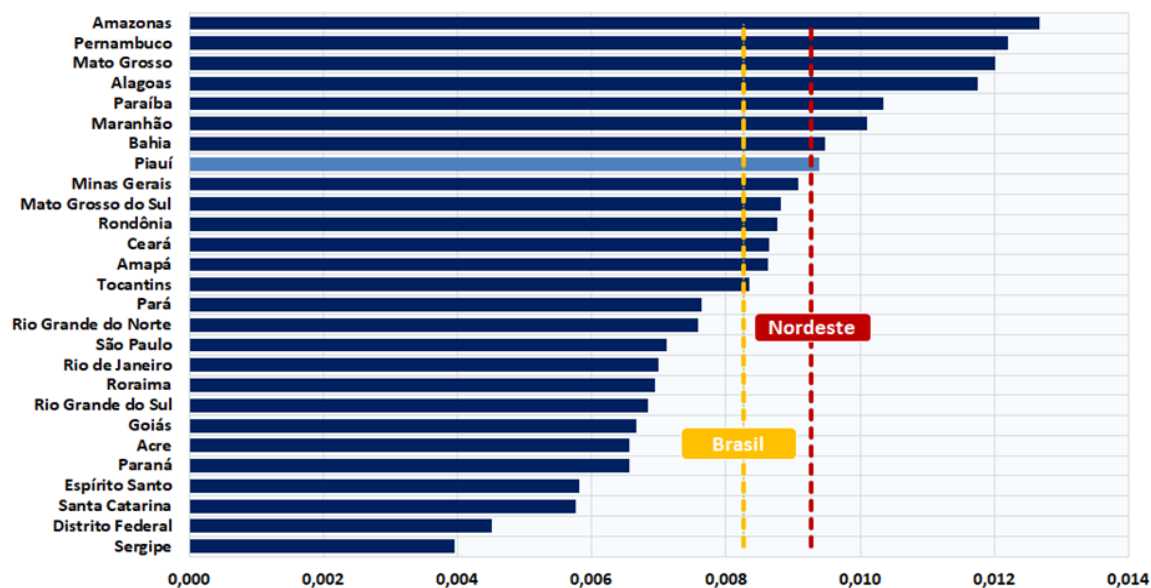
O governo do Piauí abraçou como meta, até 2022 – oito anos após o início da atual administração – alcançar um IDH de 0,80 e, portanto, passar a ser um estado com nível de desenvolvimento humano muito alto. Segundo o Relatório do

Desenvolvimento Humano 2015, países como Noruega, Austrália, Irlanda, Suíça, entre outros são classificados nesse grupo. O Chile é o único país da América Latina classificado como tendo desenvolvimento humano muito elevado. Parece um desafio e tanto!

Dado que em 2014 o nível do IDH no estado era 0,66 (médio desenvolvimento humano), atingir essa meta significa avançar 0,14 em oito anos e, portanto, 0,018 por ano. Como o IDH do Estado em 2002 era de 0,52, o progresso ao longo dos últimos 12 anos foi de 0,14 e, portanto, de 0,012 por ano. Assim, passar de uma taxa de progresso histórica de 0,012 por ano para uma de 0,018 por ano significa um aumento de 50%! É possível aumentar em 50% a taxa de progresso no IDH no estado? Esse teria que ser o esforço necessário para o estado alcançar o patamar de 0,80 (alto desenvolvimento humano) até 2022. Ou seja, para atingir essa meta o estado precisa imprimir uma velocidade ainda maior de progresso no IDH, superando o trabalho já feito no passado.

Essa é uma meta extremamente ambiciosa uma vez que, como mostra o Gráfico 5, num período mais recente (2009-2014), nenhuma unidade da federação alcançou progresso similar. O estado do Amazonas foi o estado onde o IDH mais progrediu nesse período – 0,013 por ano; no Piauí, que ficou em 8º lugar em termos do crescimento do IDH nesse período, o IDH cresceu 0,009 por ano, crescimento similar ao da região Nordeste.

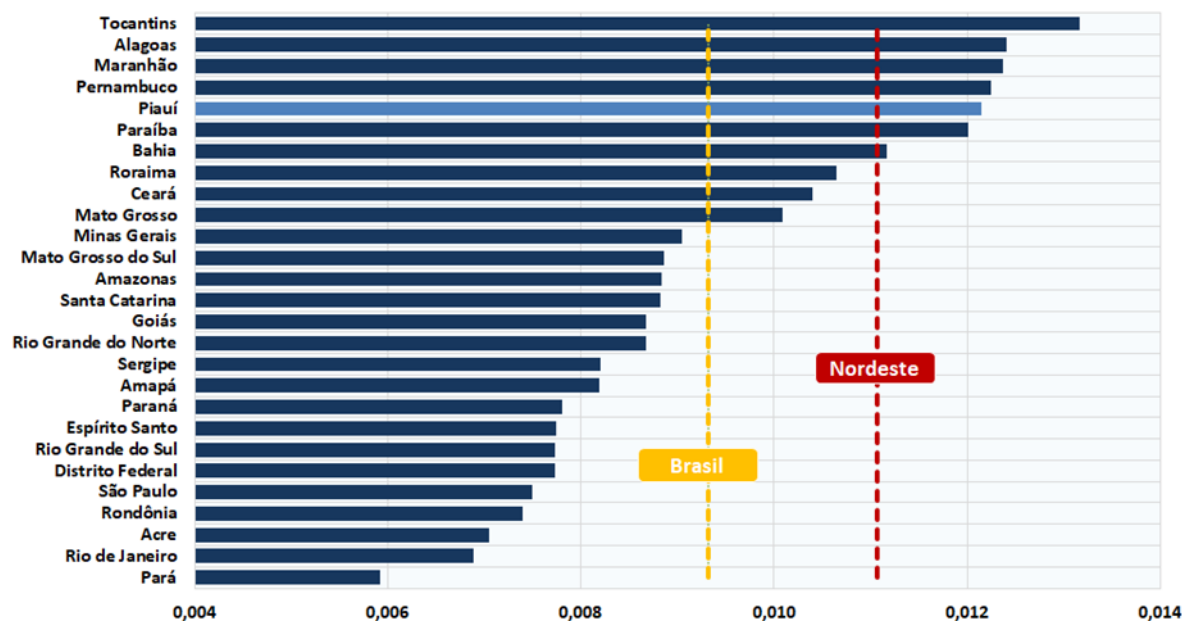
Gráfico 5 – Variação anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2009 e 2014: UFs, Região Nordeste e Brasil



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Mesmo quando observamos o progresso alcançado num tempo mais longo, 2002 a 2014, também é possível observar que essa meta é bem superior ao progresso que todas as unidades da federação alcançaram nesse período, como mostra o Gráfico 6. O estado do Tocantins foi o estado que obteve o maior progresso – 0,013 por ano. Portanto, nenhum estado brasileiro conseguiu uma variação no seu IDH próxima a 0,018 por ano nos últimos doze anos.

Gráfico 6 – Variação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2002 e 2014: UFs, Região Nordeste e Brasil



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Uma forma alternativa de vermos que essa é uma meta extremamente ambiciosa é percebermos que, como mostra o Gráfico 7, com base nos dados censitários, esse progresso é similar ao alcançado pelo Tocantins, unidade da federação que mais progrediu entre 2000 e 2010; resultado idêntico também pode ser observado quando consideramos um período mais longo, entre 1991 e 2010, conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 7 – Variação anual no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 2000-2010: UFs, Região Nordeste e Brasil

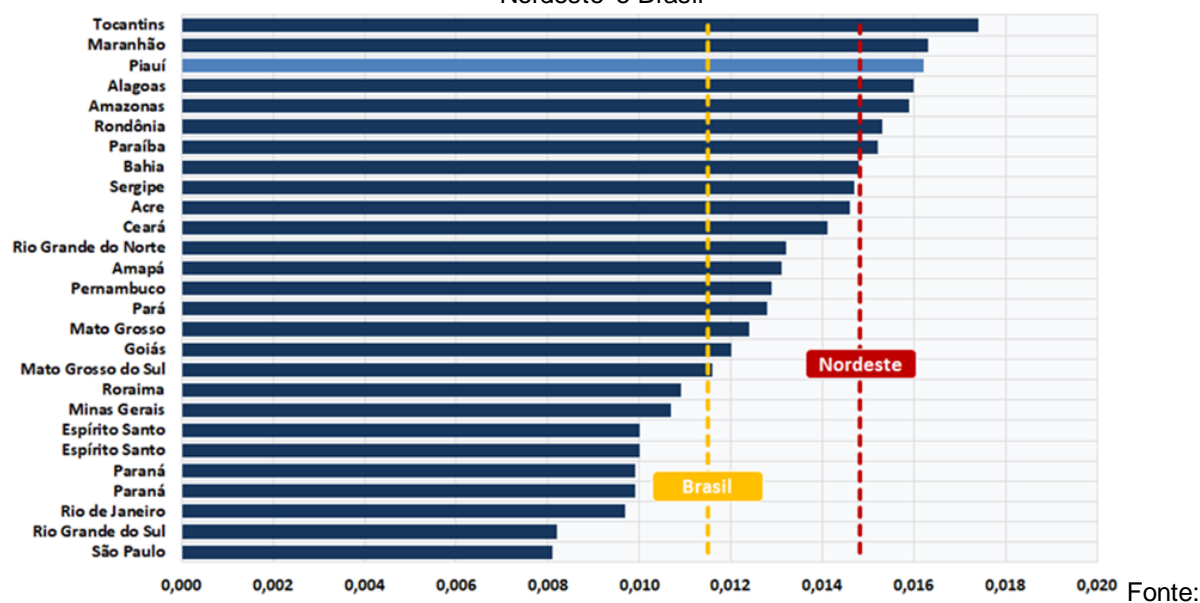
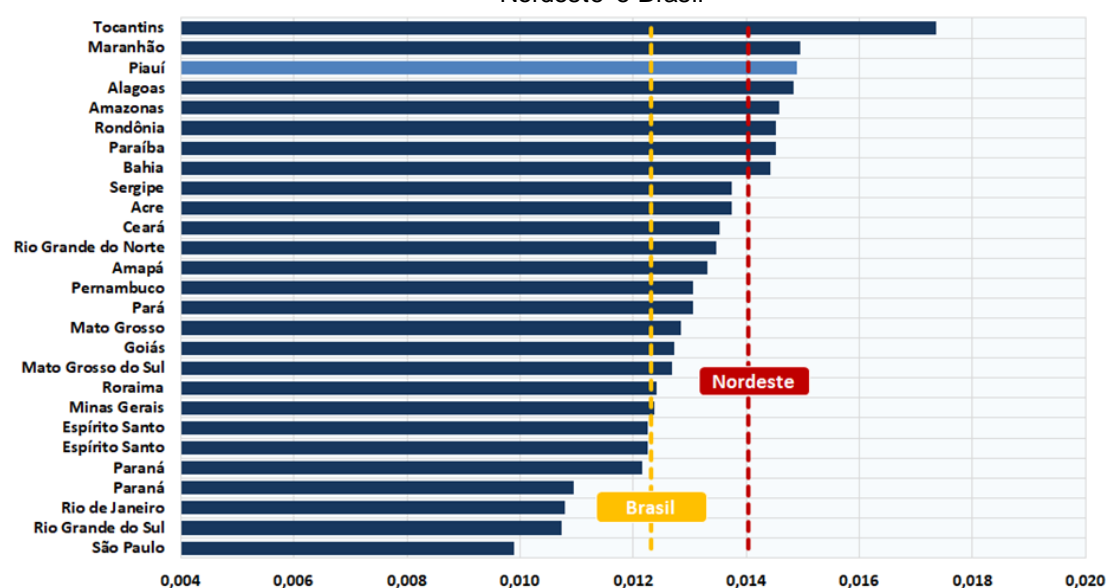


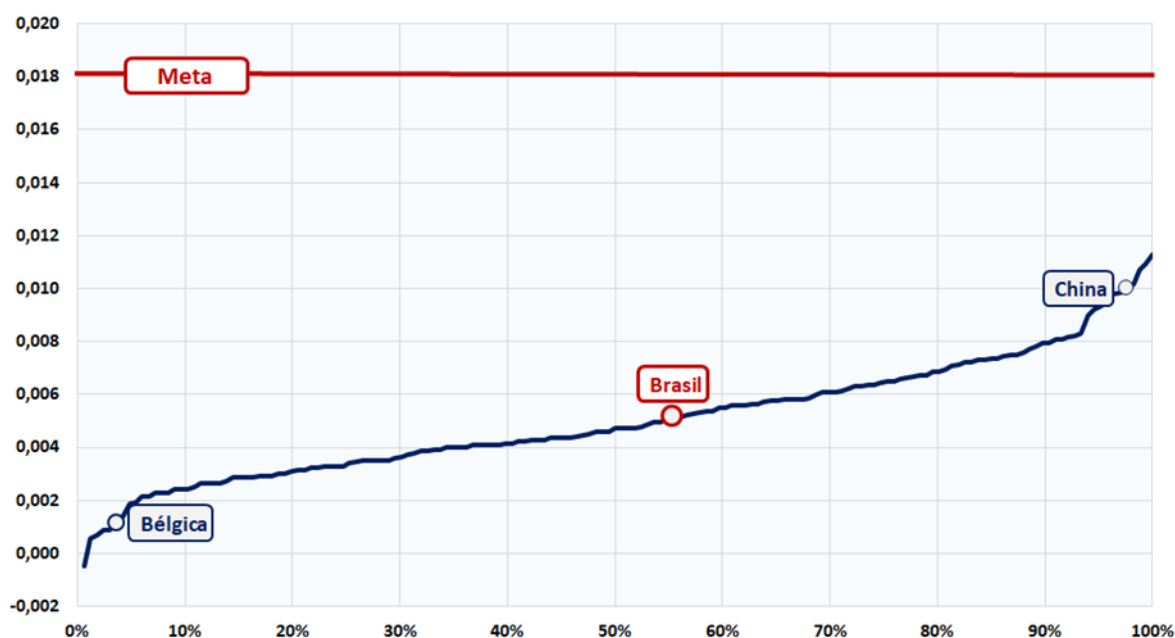
Gráfico 8 – Variação anual no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1991-2010: UFs, Região Nordeste e Brasil



Também pelos padrões internacionais essa é uma meta muito arrojada. Quando observamos o progresso do IDH nos países do mundo, nenhum deles evoluiu com essa taxa de melhoria – 0,018 por ano. Os Gráficos 9 e 10 mostram a variação anual do IDH nos países do mundo entre 2000 e 2014, e entre 1990 e 2014, respectivamente. O Gráfico 9 mostra que entre 2000 e 2014, os países que mais progrediram em termos do IDH, como por exemplo a China, obtiveram um progresso anual de 0,011 por ano. Esse mesmo gráfico mostra a posição do Brasil – 55% dos países no mundo (leitura no eixo X) obtiveram um progresso no IDH inferior ao brasileiro que foi de 0,005 por ano (leitura no eixo Y).

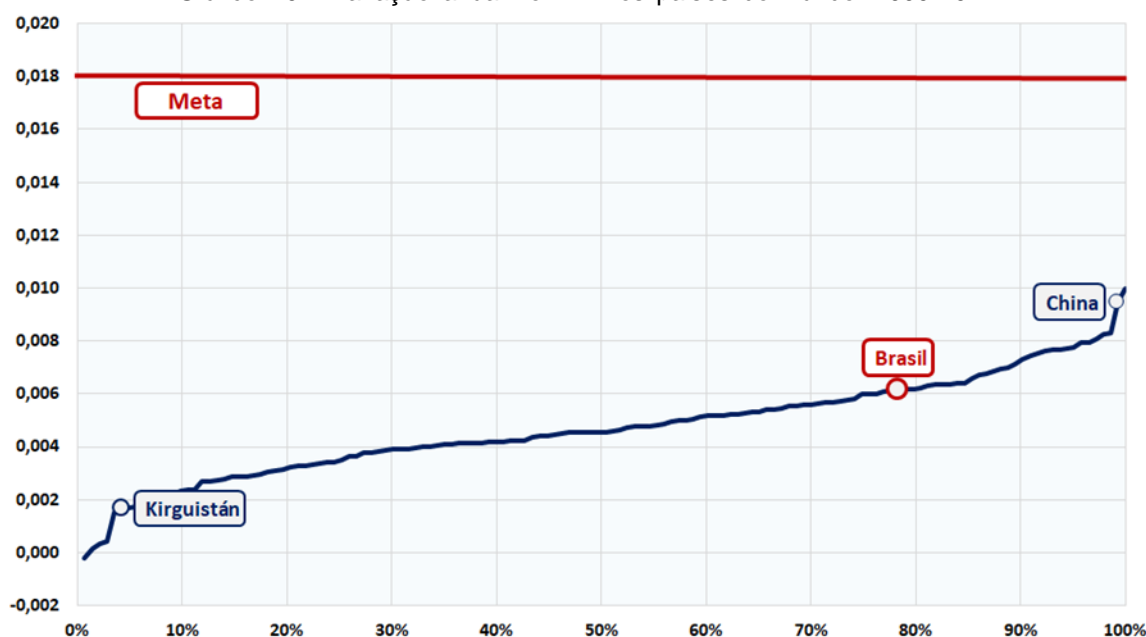
O Gráfico 10 mostra os resultados para um período mais longo – 1990 e 2014. O resultado não é muito diferente – novamente, a China aparece como um dos países que mais progrediu em termos do IDH, com um progresso anual de 0,010 por ano. Esse mesmo gráfico mostra a posição do Brasil – 78% dos países no mundo (leitura no eixo X) obtiveram um progresso no IDH inferior ao brasileiro que foi de 0,006 por ano (leitura no eixo Y).

Gráfico 9 – Variação anual no IDH nos países do mundo: 2000-2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base nos microdados da United Nations Development Programme (UNDP).

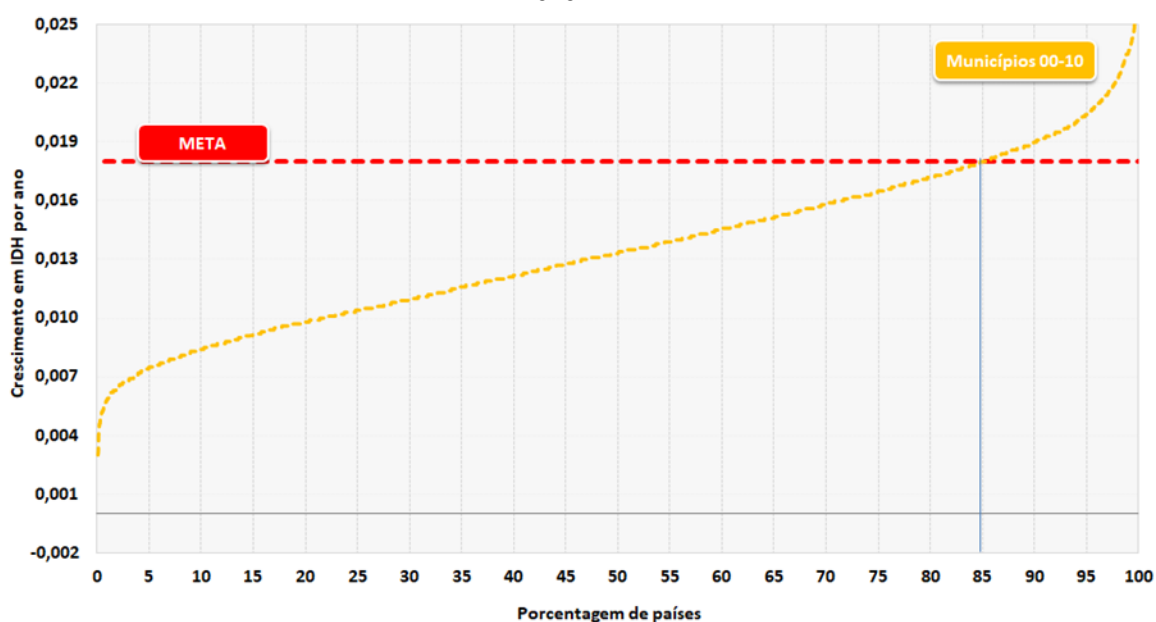
Gráfico 10 – Variação anual no IDH nos países do mundo: 1990-2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Mas, sim, quando observamos a evolução do IDH nos municípios brasileiros, notamos que uma pequena porcentagem deles melhorou o seu IDH a uma velocidade igual ou até maior do que essa, conforme mostra o Gráfico 11. De fato, entre 2000 e 2010, cerca de 15% (100% – 85% - eixo X) dos municípios brasileiros foram capazes de alcançar um progresso igual ou maior que 0,018 por ano.

Gráfico 11 – Experiências dos municípios brasileiros com relação ao crescimento no IDH entre 2000 e 2010

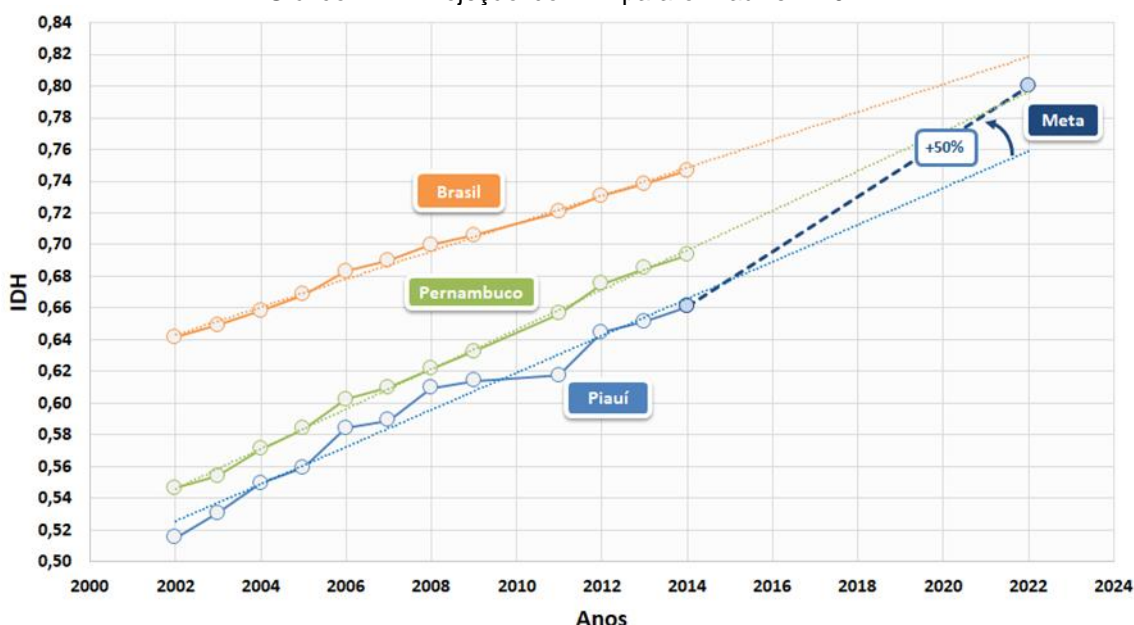


Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Como vimos, o progresso almejado para o Piauí de 0,018 por ano é 50% maior que o seu progresso histórico, alcançado entre 2002 e 2014. Porém, como o progresso em IDH tende a ser menor em sociedades onde que o IDH já é maior, agora que o IDH do Piauí é bem maior do que o observado em 2002, o avanço esperado é também inferior a 0,012 por ano. Por quê? Porque quem sai com um IDH maior tende a obter um crescimento menor. O Piauí cresceu 0,012 por ano quando saiu de um IDH de 0,52 em 2002. Em 2014 seu IDH era 0,66 e para atingir a meta ele precisa crescer 0,018 por ano – um aumento de 50%, partindo de um patamar bem mais elevado! Isso é problemático. Ou seja, essa é uma tarefa bem difícil. O progresso desejado de 0,018 acaba sendo bem maior do que o esperado para uma unidade da federação com o nível atual de IDH do Piauí.

Caso o Piauí, de fato, seja capaz de elevar em 50% sua velocidade de progresso, mudando sua trajetória de evolução do IDH, conforme mostra o Gráfico 12, em 2022 o estado ultrapassaria o IDH de Pernambuco, assumindo, evidentemente, que esse estado mantivesse sua velocidade histórica de progresso, e já estaria muito próximo à média brasileira.

Gráfico 12 – Projeção do IDH para o Piauí em 2022

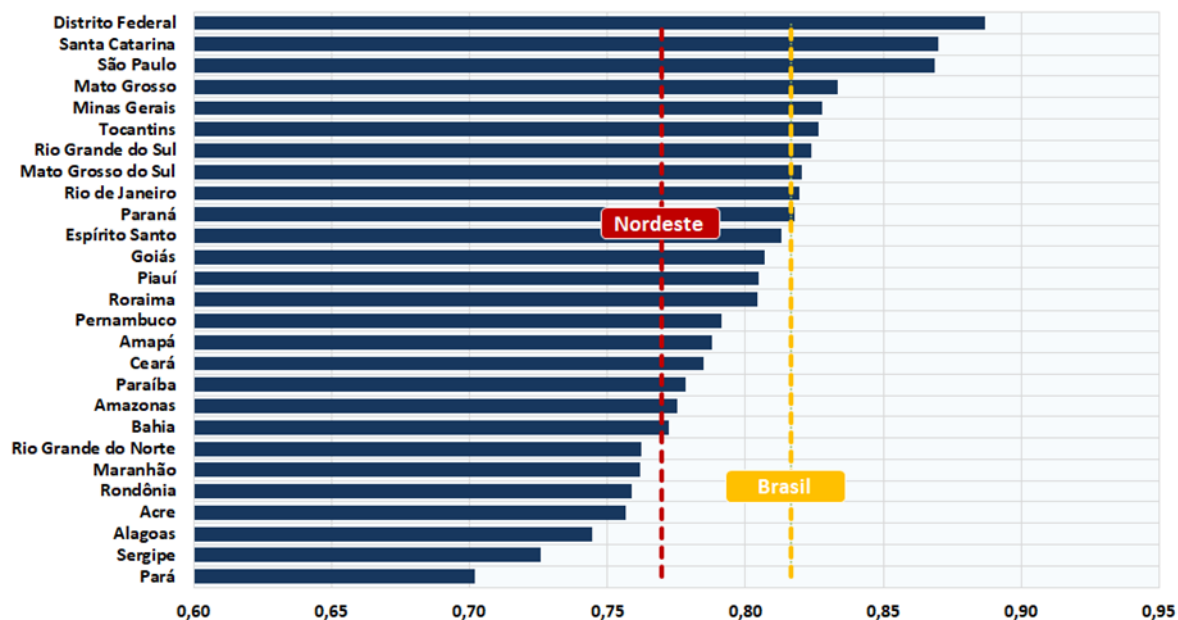


Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O Gráfico 13 mostra a posição do estado em 2022, com um IDH maior que a média da região Nordeste, novamente assumindo que todos os demais estados

mantivessem sua velocidade histórica de progresso. Tomando como base o ano de 2014, a despeito de ultrapassar 10 estados, o progresso de 0,018 por ano leva a que o Piauí se aproxime da média nacional, mas ainda fique abaixo dela.

Gráfico 13 – Projeção do IDH 2022: UFs, região Nordeste e Brasil



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

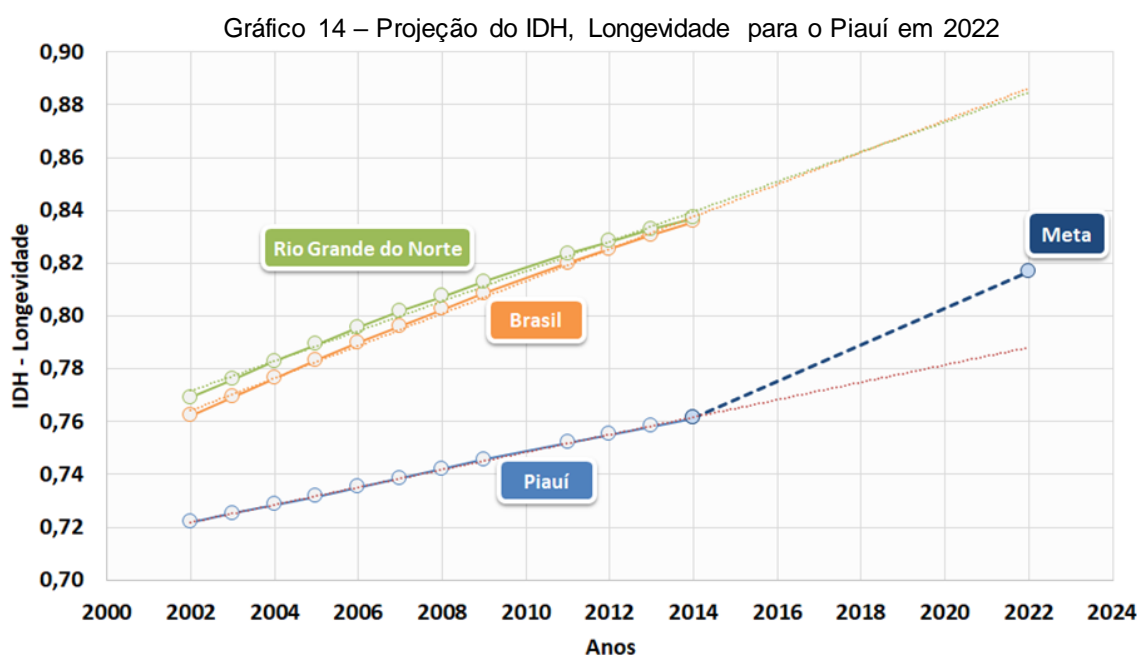
Em suma, quando se observa o que o estado foi capaz de realizar em termos do seu progresso social, aqui representado pelo IDH agregado, o que se percebe é uma capacidade extraordinária de avanço. O estado demonstrou ser capaz de avançar a uma velocidade incrivelmente rápida nas últimas décadas, e isso permite que ele possa agora sonhar com metas ainda mais arrojadas no futuro embora, como demonstrado anteriormente, essa meta de 0,018 seja extremamente ambiciosa.

1.3 Analisando as dimensões do IDH no estado

Como vimos anteriormente, o IDH é um índice composto de três componentes – longevidade, educação e renda. Dobrar a taxa de progresso em cada uma dessas três dimensões do IDH não traz a mesma capacidade de reposicionamento. A questão é particularmente problemática com relação à longevidade. Ao passo que nas outras duas dimensões – renda e educação – o Piauí já vinha progredindo mais rápido que os demais estados, em longevidade o progresso no Piauí vinha sendo muito mais

lento e, mais lento que o do Brasil, levando a que estivesse ocorrendo divergência ao invés de convergência.

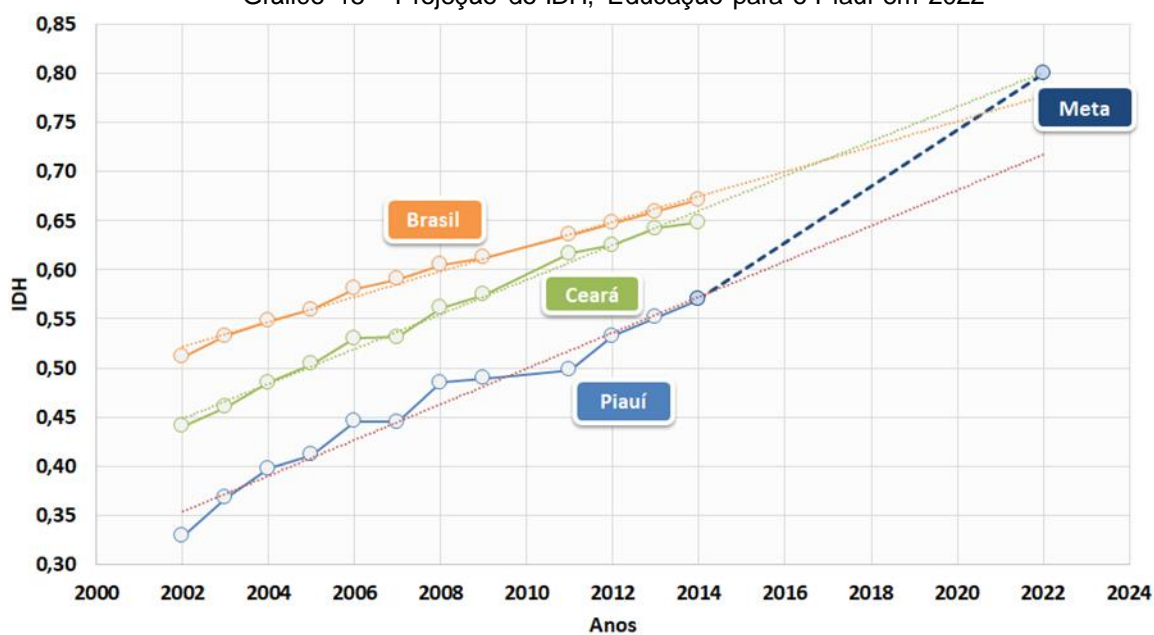
Conforme mostra o Gráfico 14, em longevidade mesmo dobrando a velocidade de progresso, a rota de convergência com o Brasil é muito tênue. De fato, mesmo dobrando a velocidade de progresso, o Piauí não conseguiria alcançar a média brasileira, caso o Brasil mantivesse sua velocidade histórica de progresso.



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

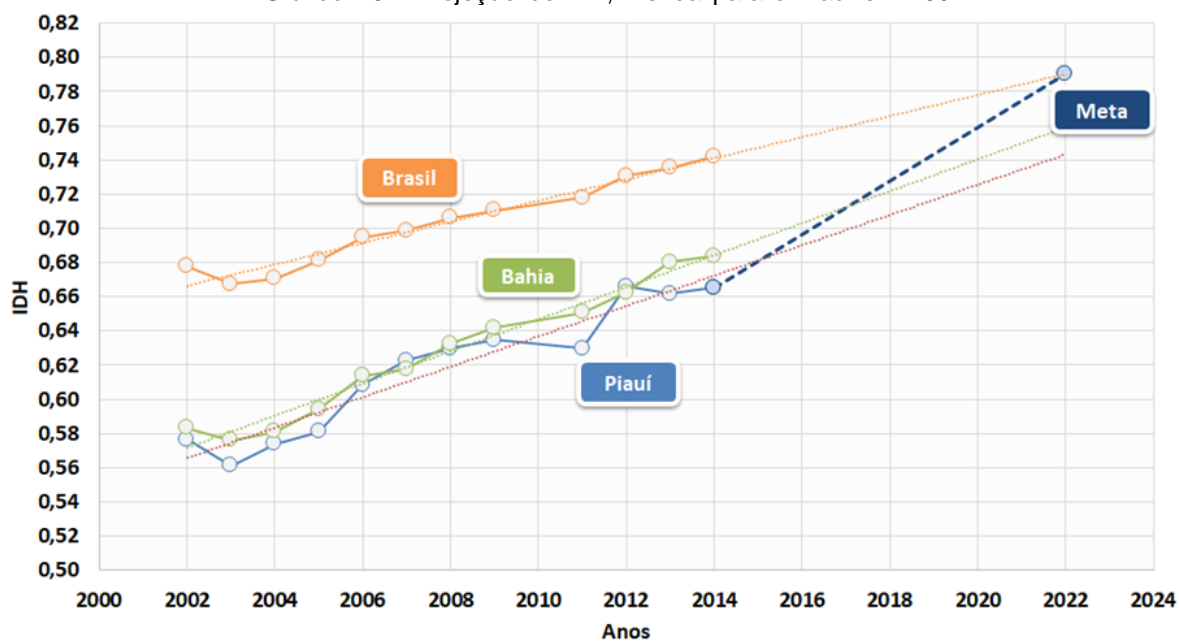
Em educação e renda o Piauí já vinha progredindo mais rápido que o Brasil. Portanto, dobrar a velocidade de progresso do Piauí irá apenas acelerar esse melhoria. Com essa velocidade dobrada, em 2022, o Piauí alcançaria a média brasileira como podemos ver nos Gráfico 15 e 16, respectivamente.

Gráfico 15 – Projeção do IDH, Educação para o Piauí em 2022



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Gráfico 16 – Projeção do IDH, Renda para o Piauí em 2002



Fonte: IETS| Ope Sociais com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PIAUÍ

Entre 2002 e 2014, o estado do Piauí apresentou uma das maiores taxas de crescimento da renda *per capita* do País – 4,6% ao ano – maior que a brasileira e que a da região Nordeste. Também a desigualdade na distribuição de renda declinou de forma substancial. Como consequência do elevado crescimento na renda *per capita* e marcante redução no grau de desigualdade de renda, foi possível observar uma redução acentuada na porcentagem de famílias vivendo em situação de pobreza no estado. De fato, o Piauí cumpriu com o Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir a extrema pobreza à metade mais de 10 antes do requerido.

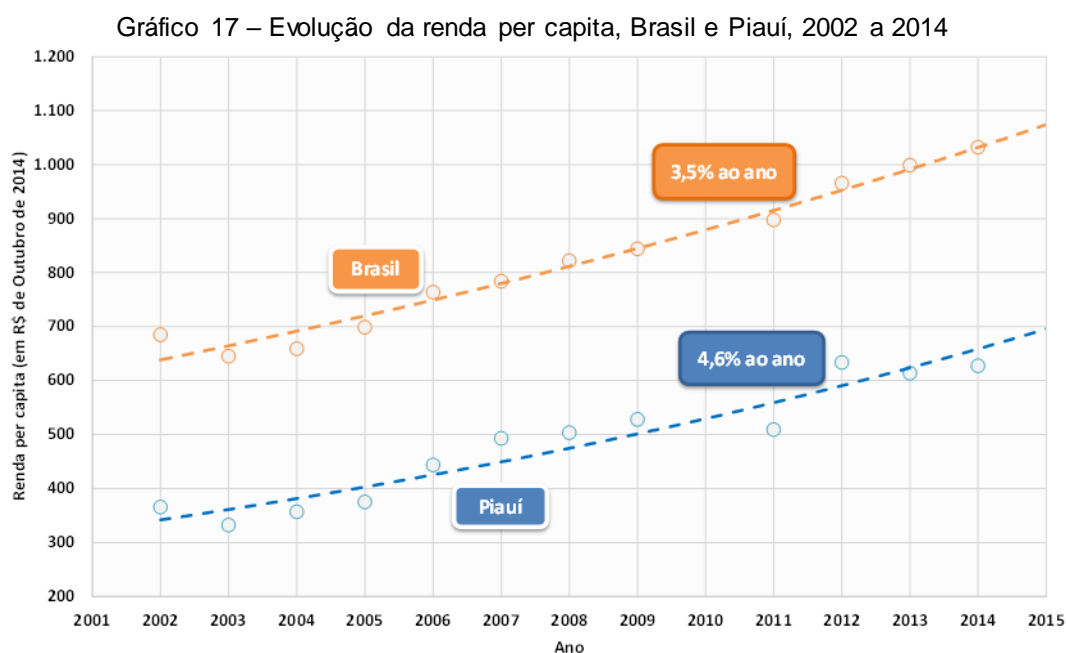
Nesse capítulo iniciamos analisando o crescimento da renda *per capita* no estado no período 2002-2014. Na sequência, seção 2.1, descrevemos o processo de queda contínua da desigualdade de renda no estado e o crescimento da renda dos décimos mais pobres da distribuição, e na seção 2.3 analisamos a evolução temporal da pobreza e da extrema pobreza no estado.

Como foi visto no primeiro capítulo, para que o estado passe a ocupar a posição de “muito alto desenvolvimento humano” até 2022, o que equivale a alcançar um IDH de no mínimo 0,800, ele precisaria dobrar a taxa de crescimento do IDH. Assim, o que fizemos foi assumir que também para cada um dos indicadores em questão, ele deveria tomar como meta, dobrar a sua taxa de crescimento (ou redução, no caso da desigualdade e da pobreza). Portanto, na última seção, com base no desempenho histórico do estado em termos dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza, passamos, então, estimar não somente a posição do Piauí no ano de 2022 mantida sua velocidade histórica de melhoria desses indicadores, mas também, dobrando essa taxa.

2.1 Crescimento da renda per capita no estado

A renda *per capita* no Piauí em 2014 era de R\$ 627,00, o que significa que desde 2002, como demonstra o Gráfico 17, o estado tem sido capaz de aumentar sua

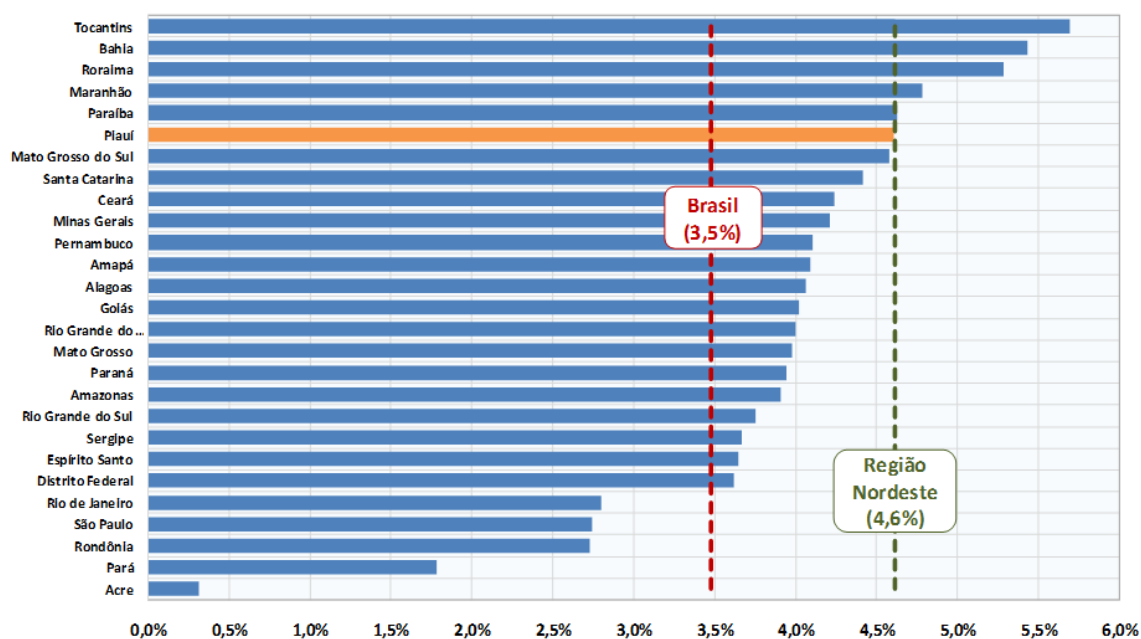
renda *per capita* a uma taxa de 4,6% ao ano, mais de um ponto percentual acima da média nacional (3,5% ao ano).



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Nesse período, o Piauí foi um dos estados com a maior taxa de crescimento da renda *per capita*. De fato, como mostra o Gráfico 18, a taxa de crescimento da renda *per capita* do Piauí foi a 6ª maior no período analisado – 4,6% – igual à observada para a região Nordeste e superior à média brasileira (3,5%). Apenas os estados Tocantins, Bahia, Roraima, Maranhão e Paraíba obtiveram taxas mais elevadas.

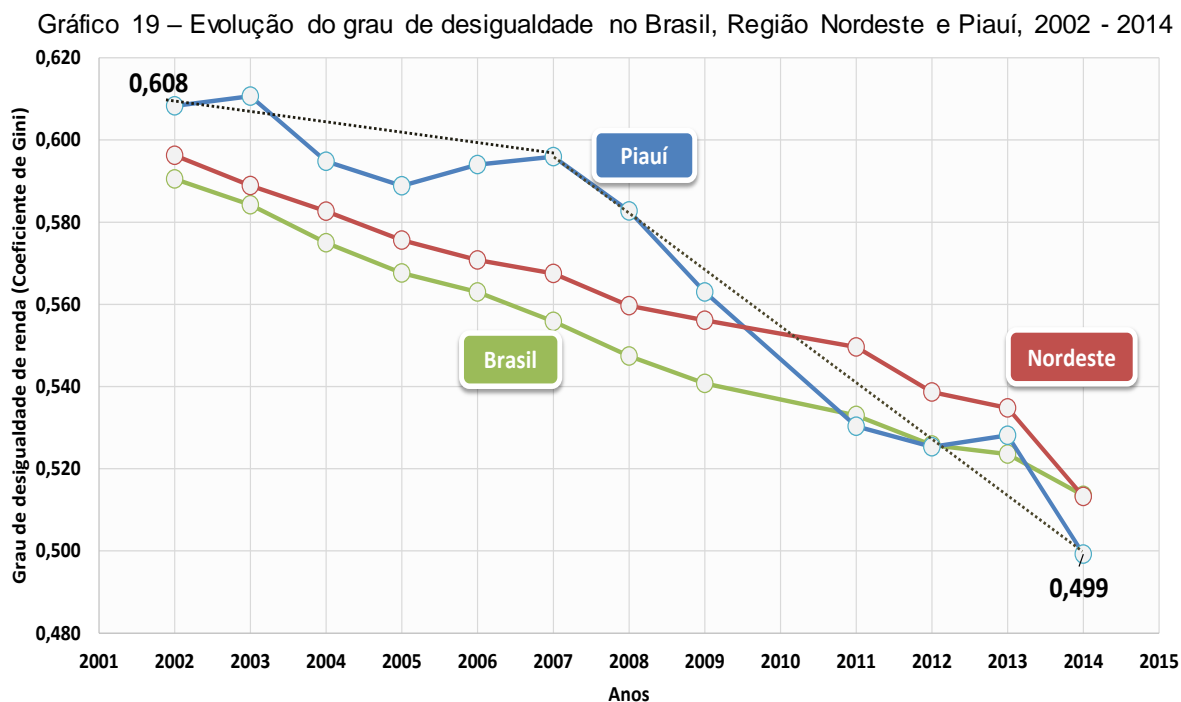
Gráfico 18 – Taxa de crescimento anual da renda per capita, 2002 - 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

2.2 A magnitude da queda na desigualdade de renda

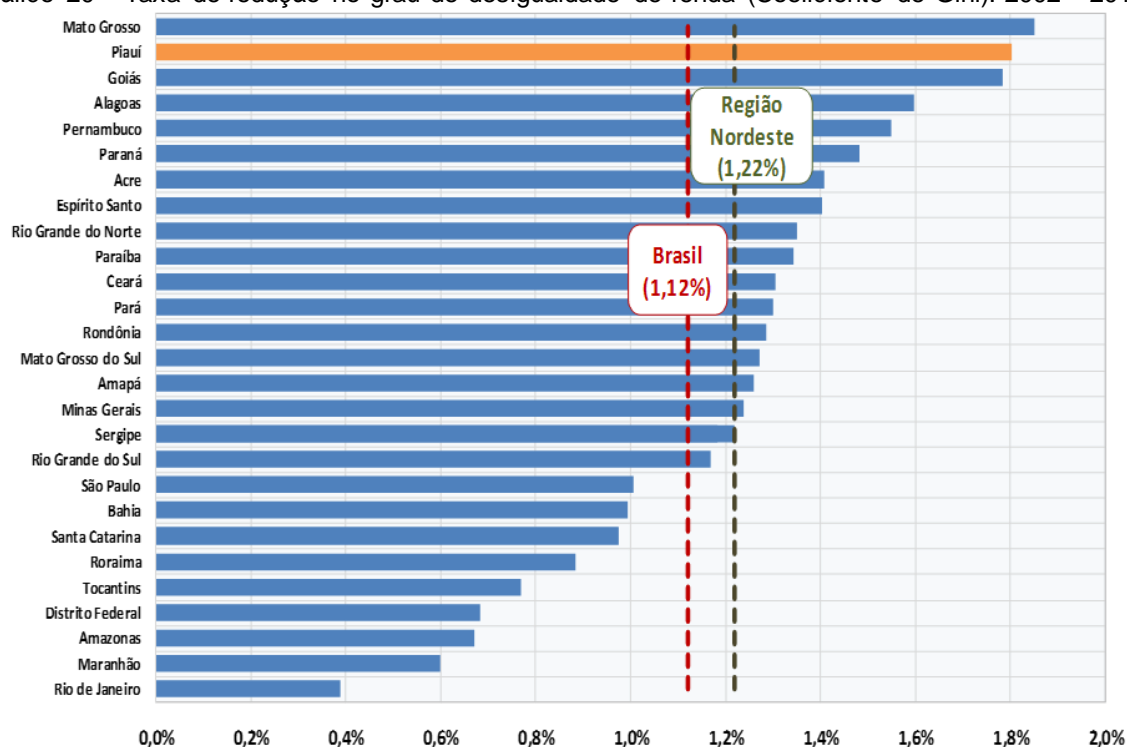
Entre 2002 e 2014, o grau de desigualdade na distribuição de renda no Piauí declinou substancialmente. Como mostra o Gráfico 19, a partir de 2007, a velocidade com que a desigualdade declina passa a ser duas vezes maior. Segundo o Coeficiente de Gini, uma das medidas mais utilizadas, o grau de desigualdade de renda no período declinou 20% no Piauí, passando de 0,620 para 0,499. Em 2002 ele encontrava-se acima da média da região Nordeste e da brasileira, em 2014 o estado atingiu um nível de desigualdade inferior ao observado para a região Nordeste e para o Brasil.



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Quando comparado aos demais estados, o desempenho do Piauí também foi excepcional em termos da taxa de redução do grau de desigualdade. Conforme mostra o Gráfico 20, foi a 2ª maior taxa de redução na desigualdade de renda (1,8%), medida pelo Coeficiente de Gini, ficando atrás apenas do estado do Mato Grosso. Quando comparada à redução na desigualdade da região Nordeste e do Brasil, o desempenho do estado também foi melhor: sua taxa de redução foi cerca de uma vez e meia maior que as registradas para o Brasil e para a região Nordeste.

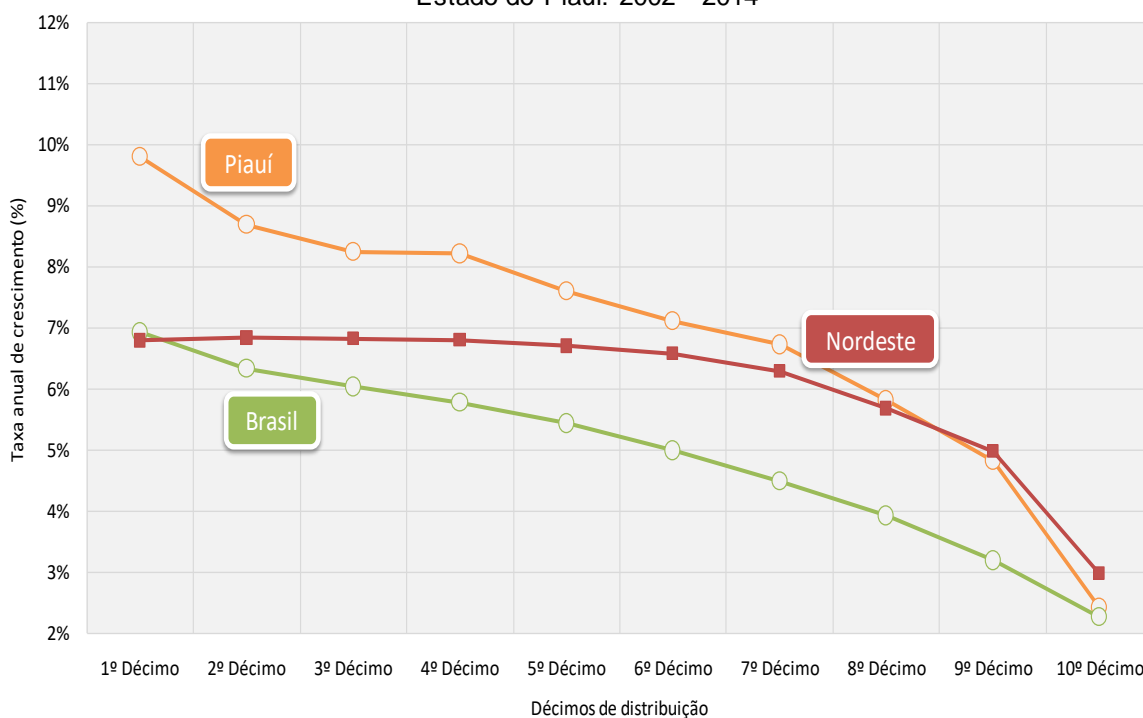
Gráfico 20 – Taxa de redução no grau de desigualdade de renda (Coeficiente de Gini): 2002 - 2014



Fonte: IETS | Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

O elevado crescimento da renda *per capita*, associado ao declínio acentuado da desigualdade na distribuição de renda, levou o estado a ocupar também uma posição de destaque em termos do crescimento da renda dos grupos mais pobres. O Gráfico 21 apresenta a taxa de crescimento anual da renda familiar *per capita* para cada um dos décimos da distribuição de renda no Brasil, Nordeste e estado do Piauí, entre 2002 e 2014. A renda dos 10% mais pobres (1º décimo) no estado cresceu a uma taxa de 10% ao ano, cerca de três pontos percentuais acima do crescimento observado para esse mesmo grupo, tanto no Brasil quanto na região Nordeste. De fato, a taxa de crescimento da renda familiar *per capita* no estado é maior para todos os décimos da distribuição até o oitavo décimo.

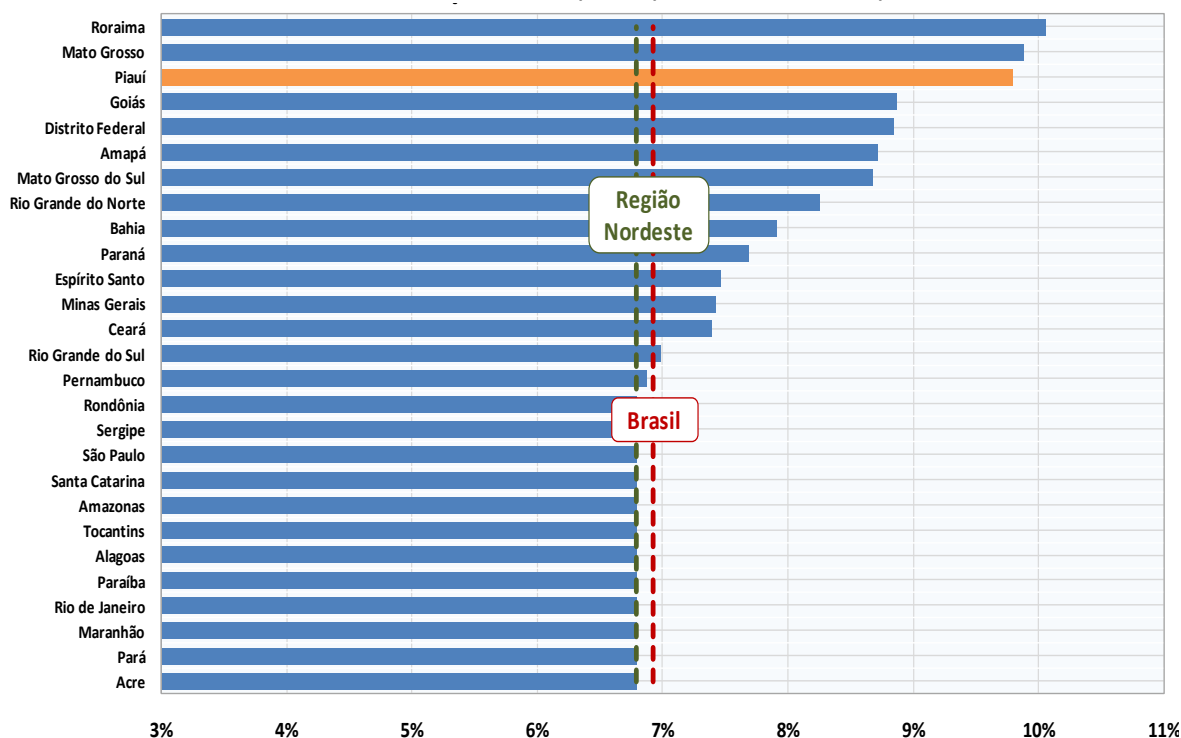
Gráfico 21 – Taxa anual de crescimento da renda familiar per capita no Brasil, Região Nordeste e Estado do Piauí: 2002 - 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

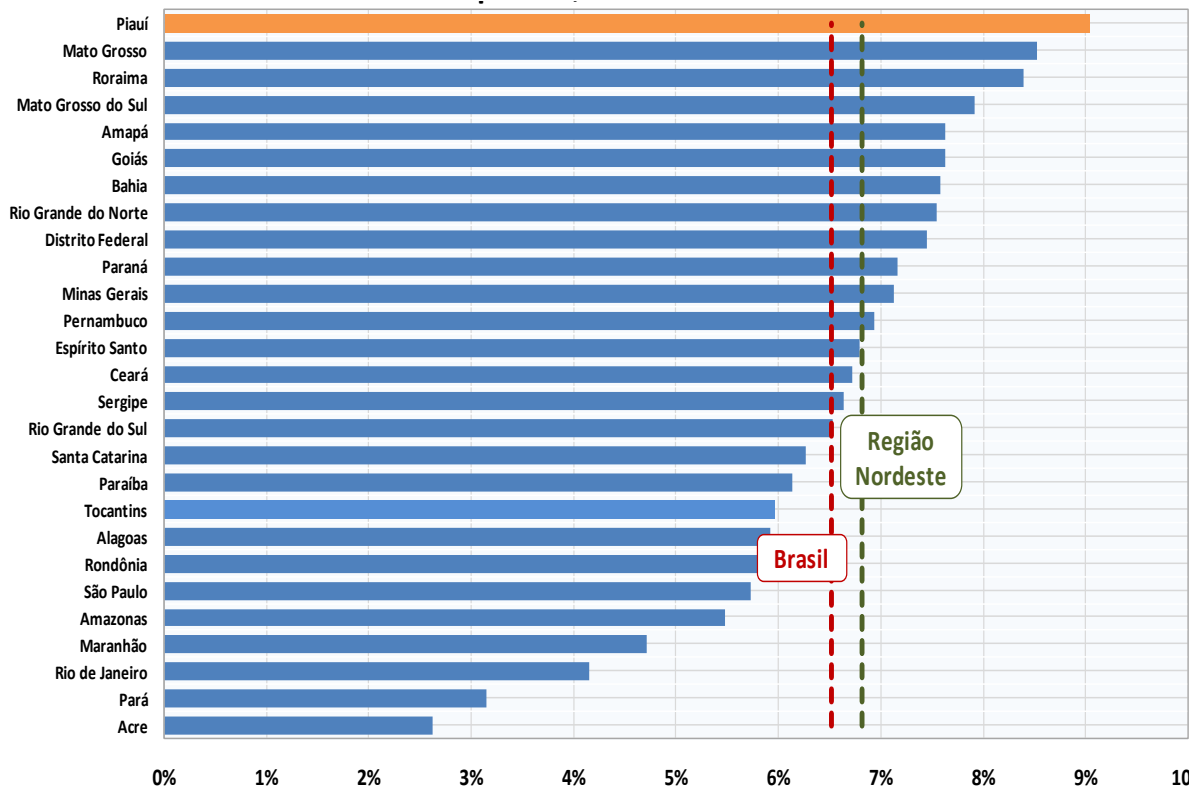
Os Gráficos 22, 23, 24 apresentam as taxas de crescimento da renda *per capita* dos 10% mais pobres, 20% mais pobres e 40% mais pobres, respectivamente, para todas as unidades da federação, destacando com as barras verticais as taxas de crescimento, médias para o Brasil e região Nordeste. Exceto no crescimento da renda dos 10% mais pobres, onde Roraima e Mato Grosso estiveram à frente do Piauí nesse período, com respeito à renda dos 20% e 40% mais pobres o estado do Piauí liderou completamente em termos do crescimento da renda desses grupos.

Gráfico 22 – Taxa de crescimento da renda per capita dos 10% mais pobres, 2002 a 2014



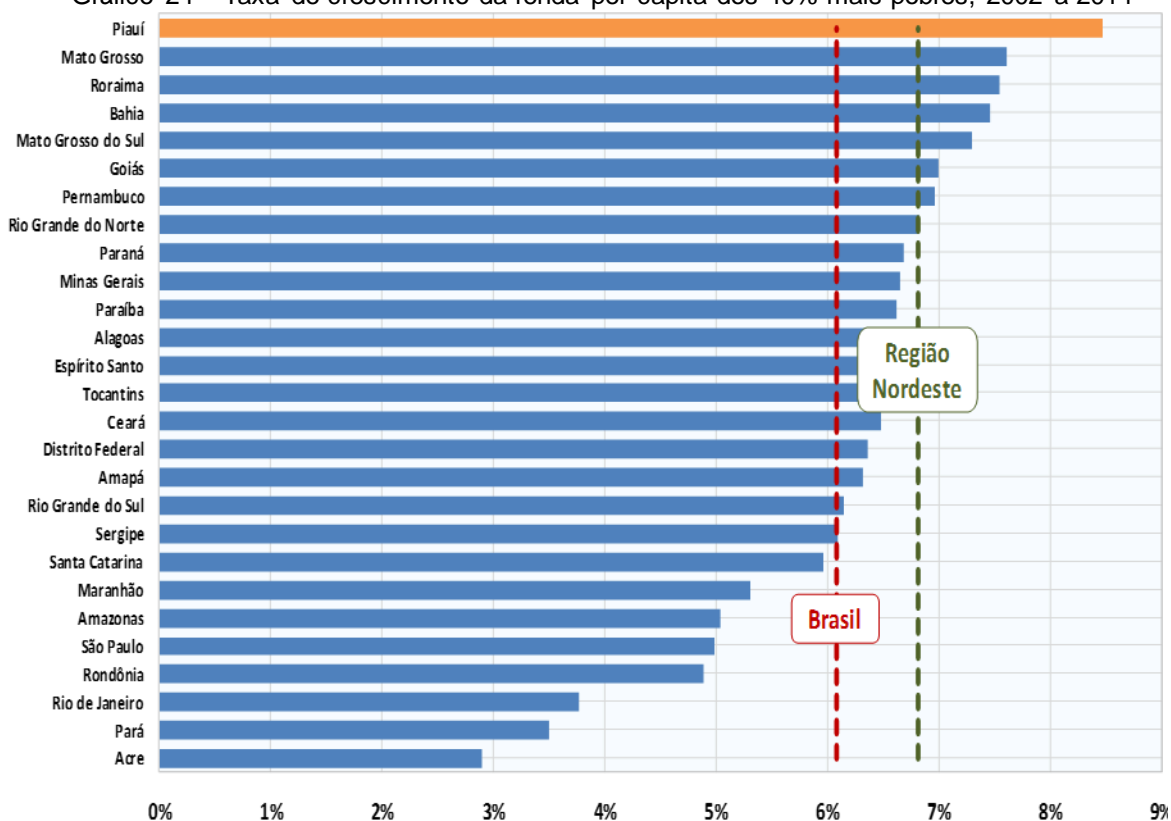
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Gráfico 23 – Taxa de crescimento da renda per capita dos 20% mais pobres, 2002 a 2014



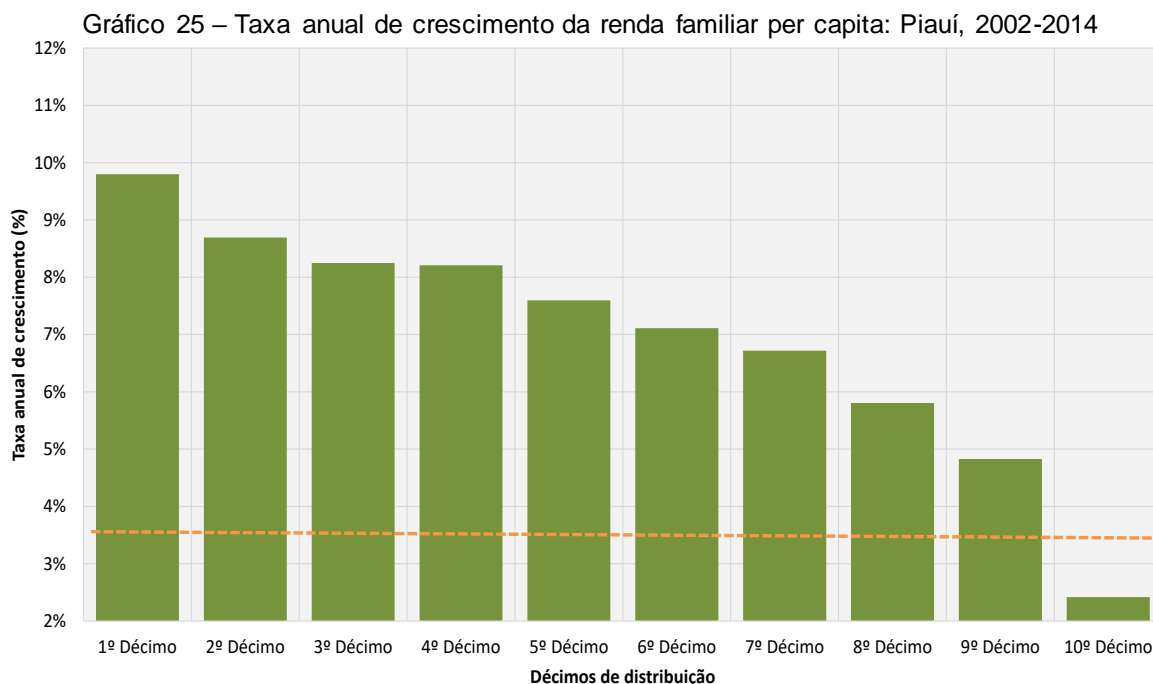
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Gráfico 24 – Taxa de crescimento da renda per capita dos 40% mais pobres, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Vale ressaltar que não apenas a taxa de crescimento da renda *per capita* foi substancialmente maior entre os mais pobres, mas a renda de todos os décimos da distribuição cresceu entre 2002 e 2014, aumentando, desta forma, o bem-estar de todos no estado, conforme mostra o Gráfico 25.



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A despeito dessa importante redução observada no período, a desigualdade na distribuição de renda no estado ainda permanece elevada em 2014; 15 estados ainda apresentavam níveis de desigualdade mais baixos que o do Piauí. Apenas para ilustrar esse fato, caso o Piauí mantivesse o ritmo acelerado histórico com que a desigualdade de renda vem declinando, ainda levariam oito anos para ele atingir o nível de desigualdade que o estado de Santa Catarina⁵ apresentava em 2014.

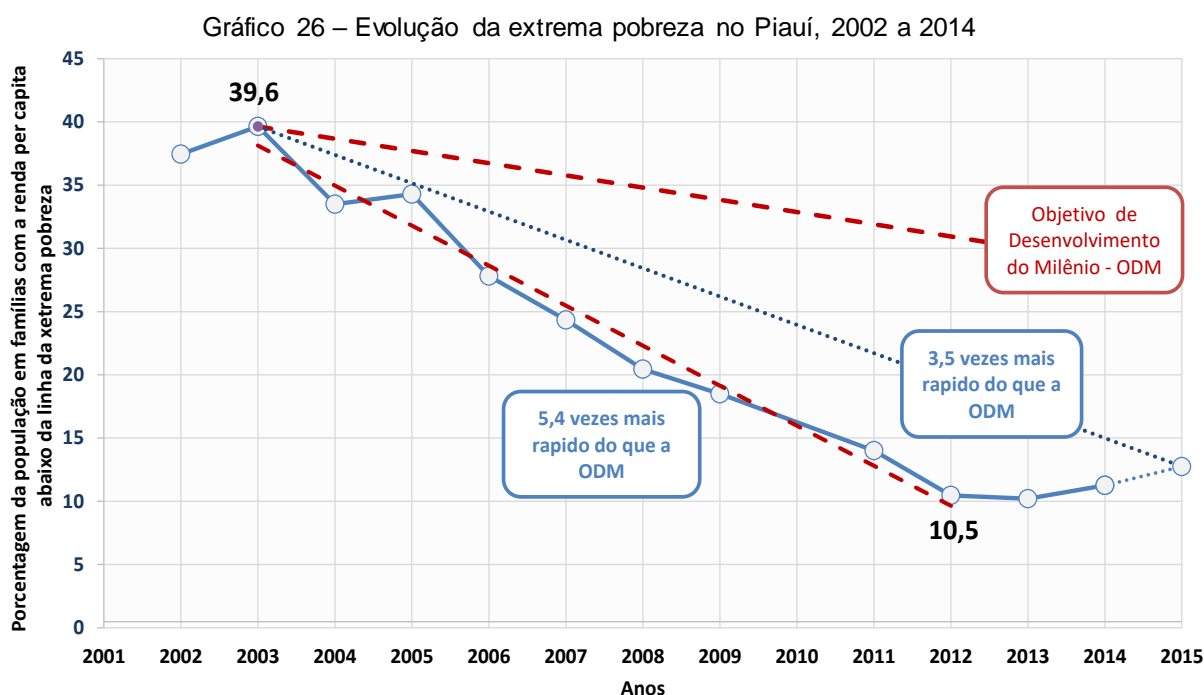
2.3 O acentuado e contínuo declínio em extrema pobreza e pobreza

O crescimento da renda *per capita* dos grupos mais pobres e a melhoria na distribuição da renda no estado, ao longo do período 2002 – 2014, acarretaram uma redução nos graus de extrema pobreza e de pobreza, em ritmo extremamente acelerado. De fato, quanto mais acelerado o crescimento e mais acentuada a queda na desigualdade, maior a redução na pobreza.

Os Gráficos 26 e 28 apresentam a evolução da porcentagem de pessoas vivendo em famílias extremamente pobres e em famílias pobres no estado do Piauí entre 2002 e 2014, respectivamente, e revelam que o estado tem sido capaz de reduzir

⁵ Estado com o mais baixo grau de desigualdade no ano 2014.

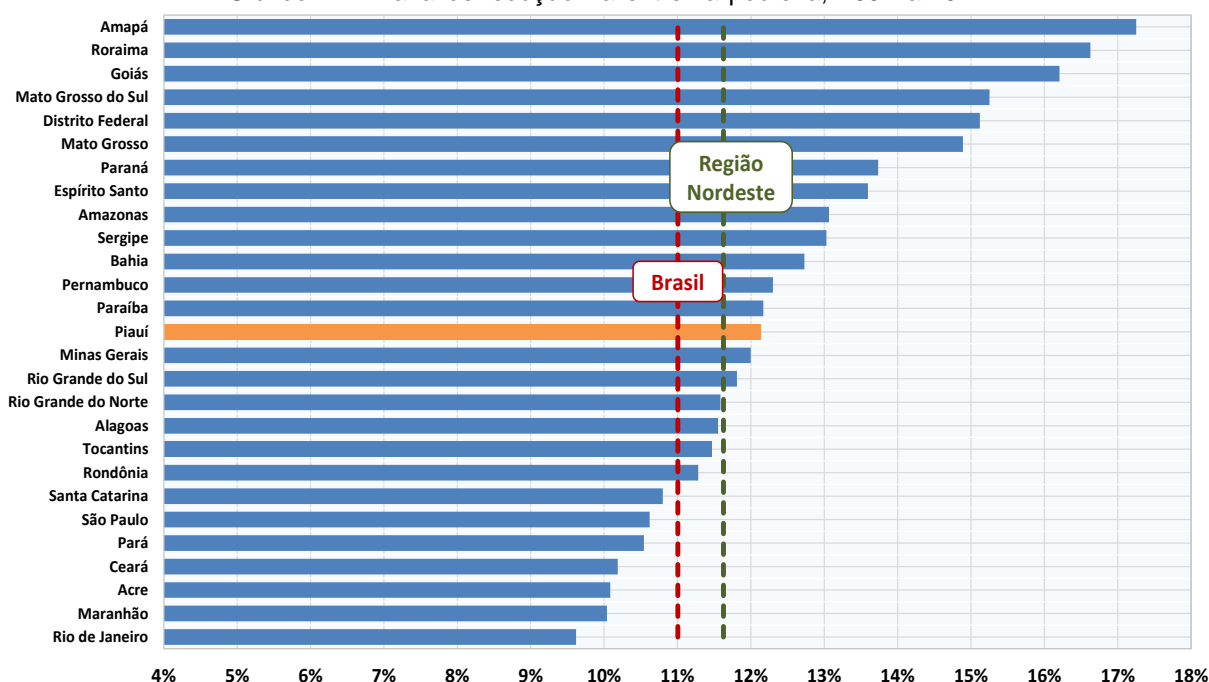
seus graus de extrema pobreza e de pobreza de forma acentuada e estável nesse período. Enquanto o cumprimento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) requeria uma redução à metade na extrema pobreza em 25 anos, considerando o período 2003-2012, o Piauí reduziu a extrema pobreza em 30 pontos percentuais, como mostra o Gráfico 26 – uma velocidade 5,4 vezes mais rápida do que a requerida para que a meta fosse atingida. Mesmo considerando a desaceleração a partir de 2012, ainda assim a queda a partir de 2003 mostra uma velocidade de redução 3,5 vezes mais rápida do que a requerida para atingir a meta. Portanto, o Piauí cumpriu com o ODM de reduzir a extrema pobreza à metade mais de 10 antes do requerido.



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Apesar dessa redução impressionante na extrema pobreza, considerando-se o período como um todo, 2002 – 2014, e a taxa de redução nas várias unidades da federação, o Piauí fica com a 14ª maior taxa de redução, como mostra o Gráfico 27, mas ainda acima da média brasileira e da região Nordeste.

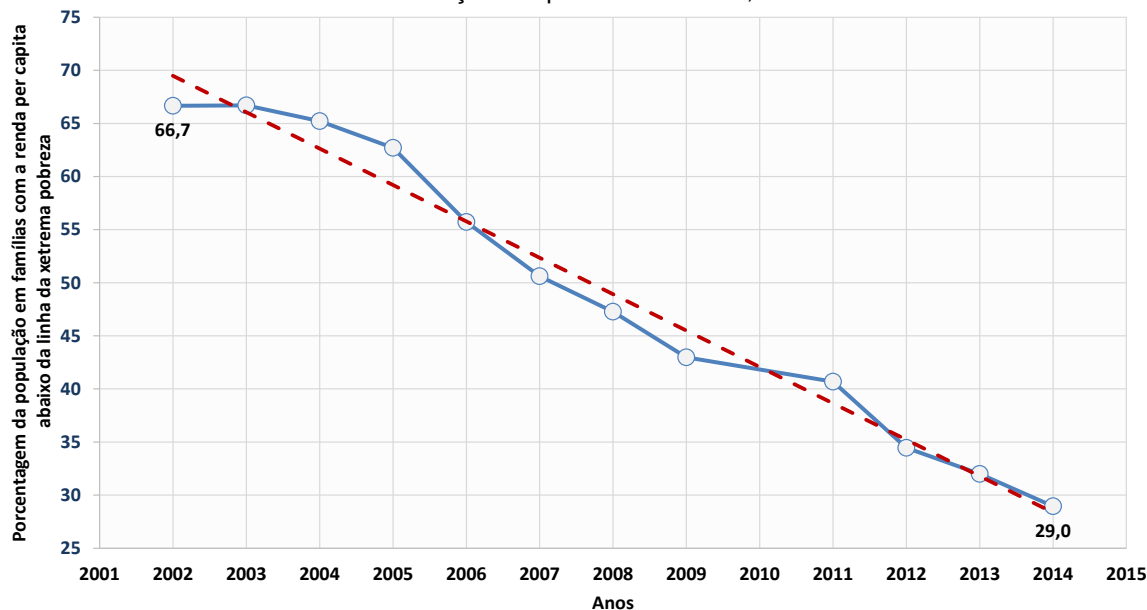
Gráfico 27 – Taxa de redução na extrema pobreza, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Já com relação à pobreza, o Gráfico 28 revela que em 2002 cerca de 67% das pessoas no Piauí viviam em famílias com renda per capita inferior à linha de pobreza. Pouco mais de uma década depois, essa porcentagem declinou 38 pontos percentuais; ou seja, em 2014, a porcentagem de pessoas vivendo em famílias com renda per capita inferior à linha de pobreza passou para 29%, bem menos da metade.

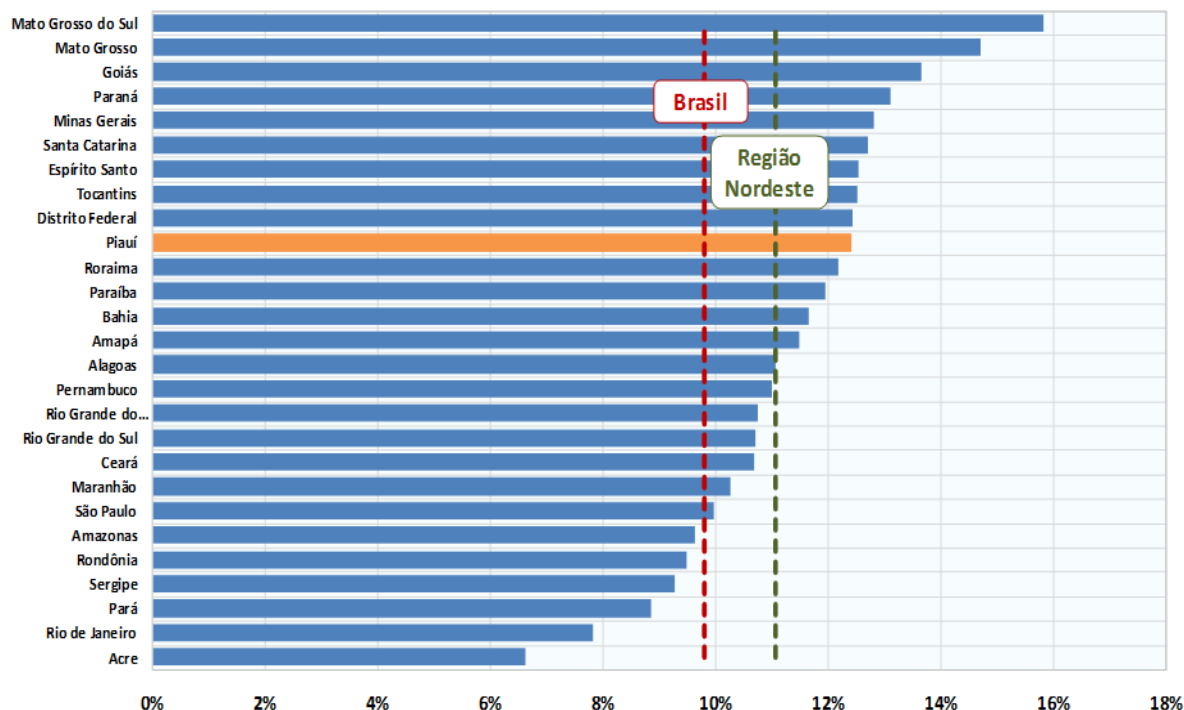
Gráfico 28 – Evolução da pobreza no Piauí, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Na comparação com as demais unidades da federação, considerando-se o período como um todo – 2002 a 2014 – o Piauí fica com a 10ª maior taxa de redução, como mostra o Gráfico 29, novamente ainda acima da média brasileira e da região Nordeste.

Gráfico 29 – Taxa de redução na pobreza, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

2.4 Projeção de cenários

Como foi visto na seção anterior, até 2014 o Piauí vinha reduzindo a extrema pobreza a uma velocidade 4 a 5 vezes a implícita no ODM. Essa redução na porcentagem de famílias vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, foi uma consequência do crescimento da renda *per capita* dos grupos mais pobres e da melhoria na distribuição da renda no estado ao longo do período 2002-2014. De fato, como vimos na seção 2.1, a renda *per capita* no Piauí cresceu entre 2002 e 2014 a uma taxa maior que a média brasileira, facultando ao estado a 4ª posição dentre todas as unidades da federação.

Em suma, o estado vem fazendo um ótimo trabalho em termos dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza. Contudo, para que o estado passe a ocupar a

posição de “muito alto desenvolvimento humano”, o que equivale a alcançar um IDH de no mínimo 0,800, ele precisa dobrar a velocidade de crescimento do IDH. Isso significa ser ainda mais arrojado, estabelecendo metas ousadas para a melhoria dos indicadores, em particular, aqueles mais relacionados ao IDH. No que se segue, vamos assumir que para o estado atingir a meta de um IDH de no mínimo 0,800, ele também deve dobrar a taxa de crescimento de sua renda *per capita*. Mais que isso, nas subseções que se seguem, vamos assumir que a meta para 2022 e além de dobrar a taxa de crescimento da renda *per capita*, o Piauí também deveria dobrar a velocidade de declínio da desigualdade na distribuição de renda, da pobreza e da extrema pobreza.

É possível que a meta de dobrar a velocidade de melhoria desses indicadores seja “ousada demais”. Por um lado, como vimos nas primeiras três seções, o estado vem sendo bastante arrojado em termos do desempenho desses indicadores, apresentando taxas de melhoria entre as mais altas do País, mostrando que é capaz de obter resultados extraordinários, posicionando-se entre os melhores. Por outro lado, como será visto ao longo das quatro subseções que se seguem, manter a velocidade histórica de melhoria desses indicadores pode não levar o estado a uma posição confortável para alcançar seu propósito de “muito alto desenvolvimento humano”.

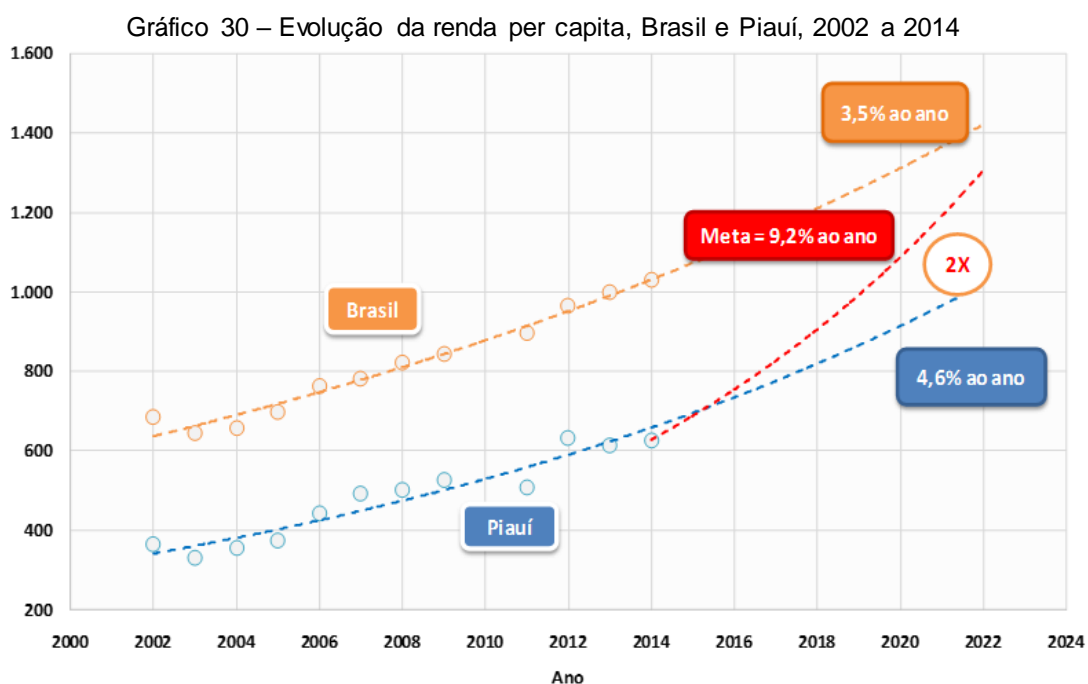
De fato, a concepção de intenções, desde que factíveis, e o seu acompanhamento, são fundamentais para a gestão, ajuda direcionar os esforços da administração e suas ações.

2.4.1 Projeção de cenários que concebem o crescimento da renda per capita

Conforme vimos na primeira seção, a renda *per capita* no Piauí em 2014 era de R\$ 627, e sua taxa de crescimento entre 2002 e 2014 foi de 4,6% ao ano, a 4ª maior taxa de crescimento observada. No entanto, apesar desse fantástico desempenho em termos do crescimento de sua renda *per capita*, para que o estado passe a ocupar a posição de “muito alto desenvolvimento humano”, o que equivale a alcançar um IDH de no mínimo 0,800, vamos assumir que é preciso dobrar a taxa de crescimento da renda *per capita*, um dos três componentes do IDH. Mantida a

velocidade histórica de crescimento observada no período analisado, em 2022 a renda *per capita* no estado seria cerca de R\$ 900. Contudo, dado o desempenho passado do estado em termos da taxa de crescimento da sua renda (4,6% ao ano), é perfeitamente possível pensarmos numa meta de crescimento bem mais arrojada.

A taxa de crescimento da renda *per capita* do Tocantins no período analisado, por exemplo, foi de cerca de 6% ao ano. Assim, se estabelecermos como uma meta, dobrar a taxa de crescimento da renda *per capita* do estado, ou seja, passar a uma taxa de crescimento de 9,2% ao ano, como mostra o Gráfico 30, sua trajetória em termos da evolução da renda *per capita* muda de tal forma que ao final, em 2022, sua renda *per capita* seria muito próxima à brasileira.



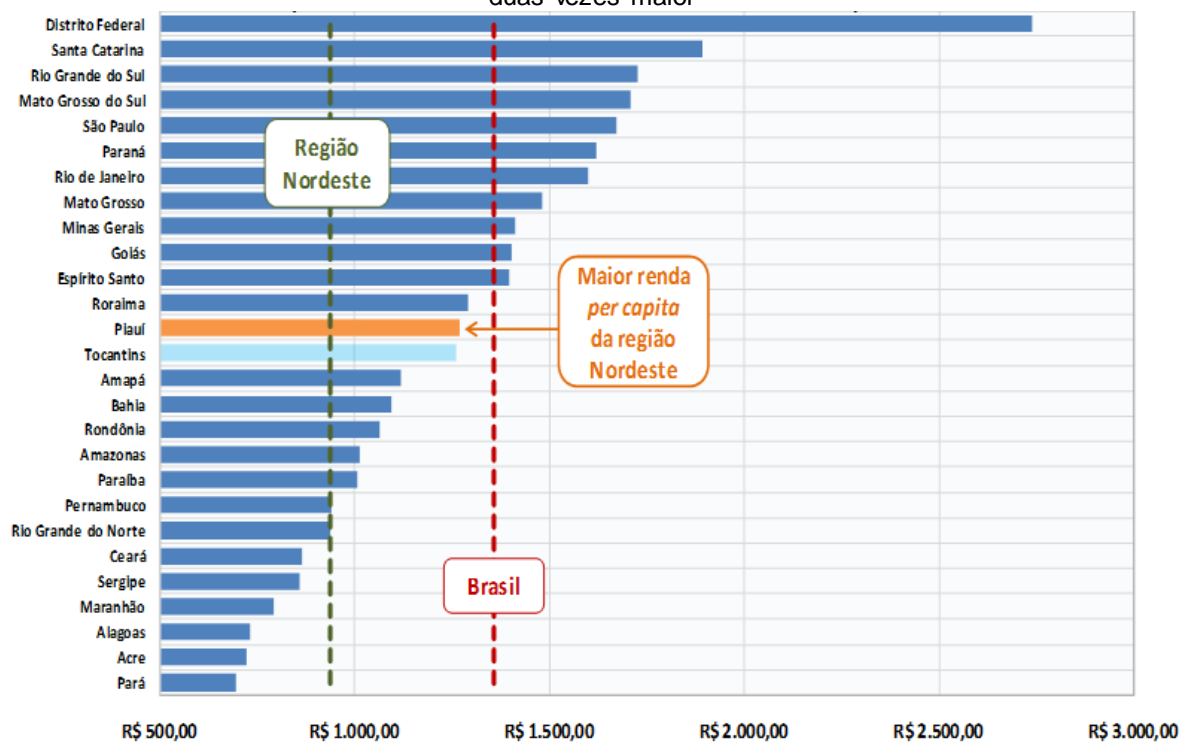
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

De fato, em 2022, com essa taxa de crescimento, o Piauí teria a maior renda *per capita* da região Nordeste – R\$ 1.268 – como mostra o Gráfico 31; uma renda *per capita* maior do que a de 14 estados e similar à do Tocantins. Vale ressaltar que em 2014 a renda *per capita* no Piauí era de R\$ 627, com apenas quatro estados apresentando uma renda *per capita* inferior: Alagoas, Maranhão, Pará e Ceará.

De fato, se o estado mantivesse sua velocidade histórica de crescimento da renda *per capita* (4,6% ao ano) o resultado alcançado evidentemente não seria tão bom como podemos observar no Gráfico 32. O nível de renda alcançado pelo estado

seria de R\$899, posicionando-se como a 7ª unidade da federação com a menor renda *per capita* do País, bem abaixo do Tocantins e abaixo das médias da região Nordeste e brasileira.

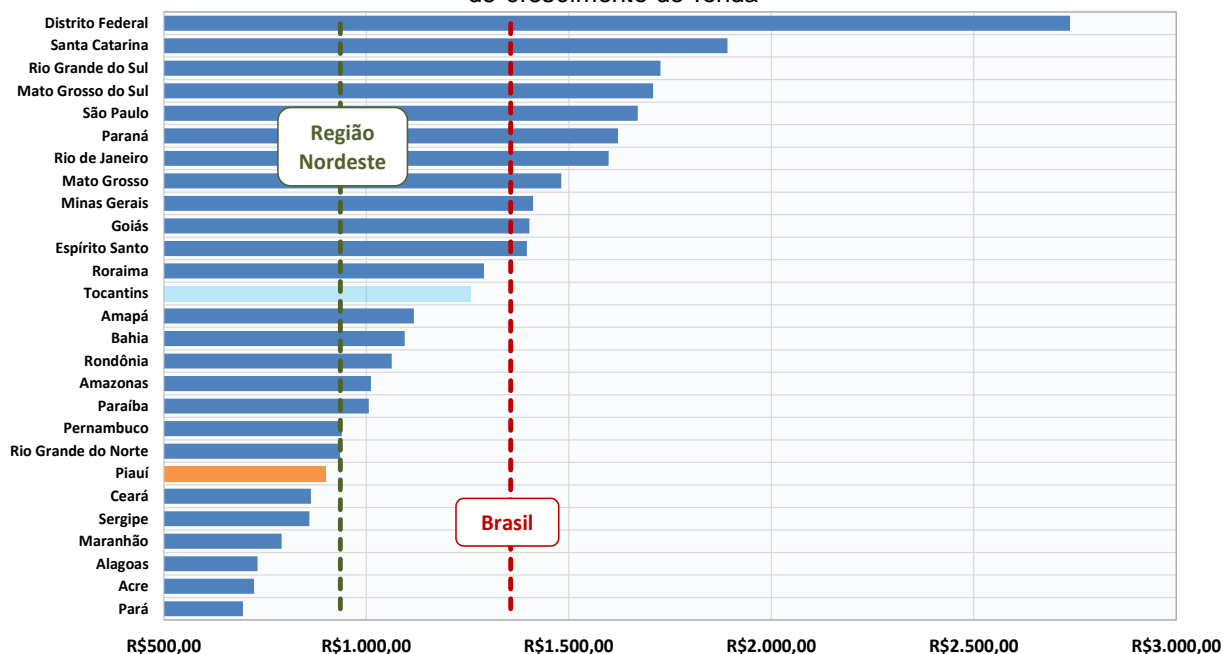
Gráfico 31 – Projeção do valor da renda per capita, 2022, caso o crescimento da renda no Piauí fosse duas vezes maior



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Gráfico 32 – Projeção do valor da renda per capita em 2022, mantida a taxa de crescimento histórica de crescimento de renda



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

2.4.2 Projeção de cenários para a redução da desigualdade de renda

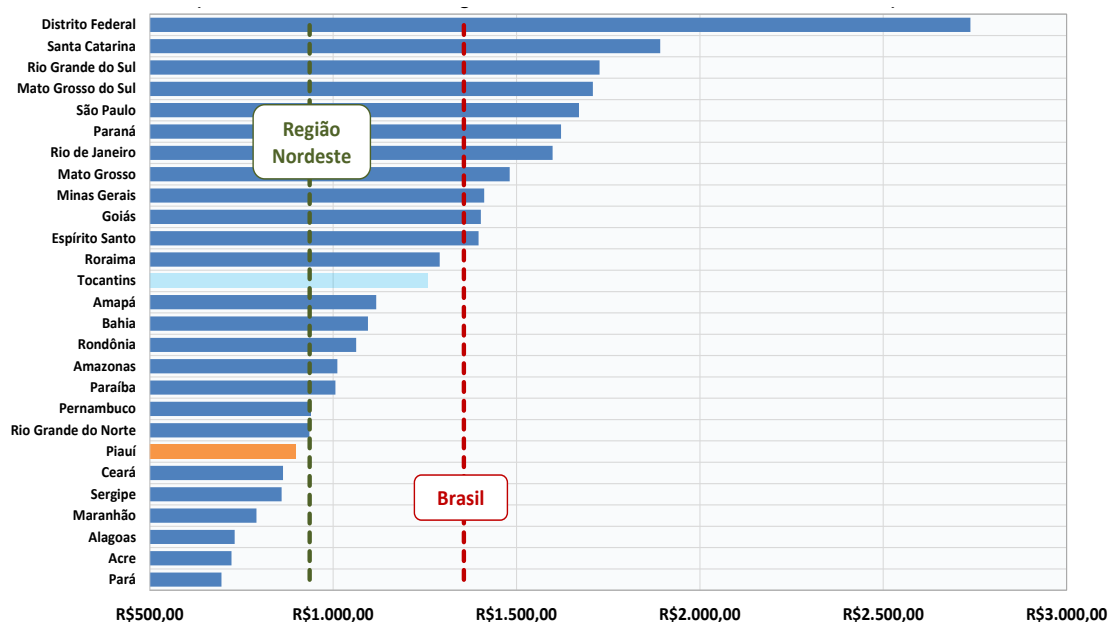
Como foi visto na primeira seção, o grau de desigualdade na distribuição de renda no Piauí declinou substancialmente entre 2002 e 2014. A velocidade de queda da desigualdade chegou a dobrar a partir de 2007. Ainda assim, em 2014 o estado ocupava a 12ª posição com mais alto grau de desigualdade, mas inferior ao observado para a região Nordeste e à média para o Brasil.

Apesar da desigualdade de renda não ser um componente direto na composição do IDH, o crescimento na renda *per capita* e o declínio acentuado no grau de desigualdade de renda, levaram a reduções acentuadas nos graus de pobreza e extrema pobreza.

Se estabelecermos uma meta também ousada de declínio na desigualdade de renda, como fizemos no caso da renda *per capita*, dobrando sua velocidade histórica de declínio, em 2022 o Piauí teria a menor desigualdade do País, como mostra o Gráfico 33, passando da 12ª unidade da federação mais desigual a uma posição de unidade da federação com o menor nível de desigualdade. Em 2022 o grau de

desigualdade na distribuição de renda, medido pelo Coeficiente de Gini, seria de 0,372.

Gráfico 33 – Projeção do valor da renda per capita em 2022, caso a taxa de declínio da desigualdade de renda no Piauí fosse duas vezes maior



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

De fato, se o estado mantivesse sua velocidade histórica de declínio da desigualdade, o resultado alcançado já seria espetacular, conforme mostra o Gráfico 34. Ele seria a 7ª unidade da federação com menor desigualdade de renda, com um Coeficiente de Gini de 0,432.

Gráfico 34 – Projeção do grau de desigualdade de renda (Coeficiente de Gini), 2022, mantida a taxa de redução histórica da desigualdade



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

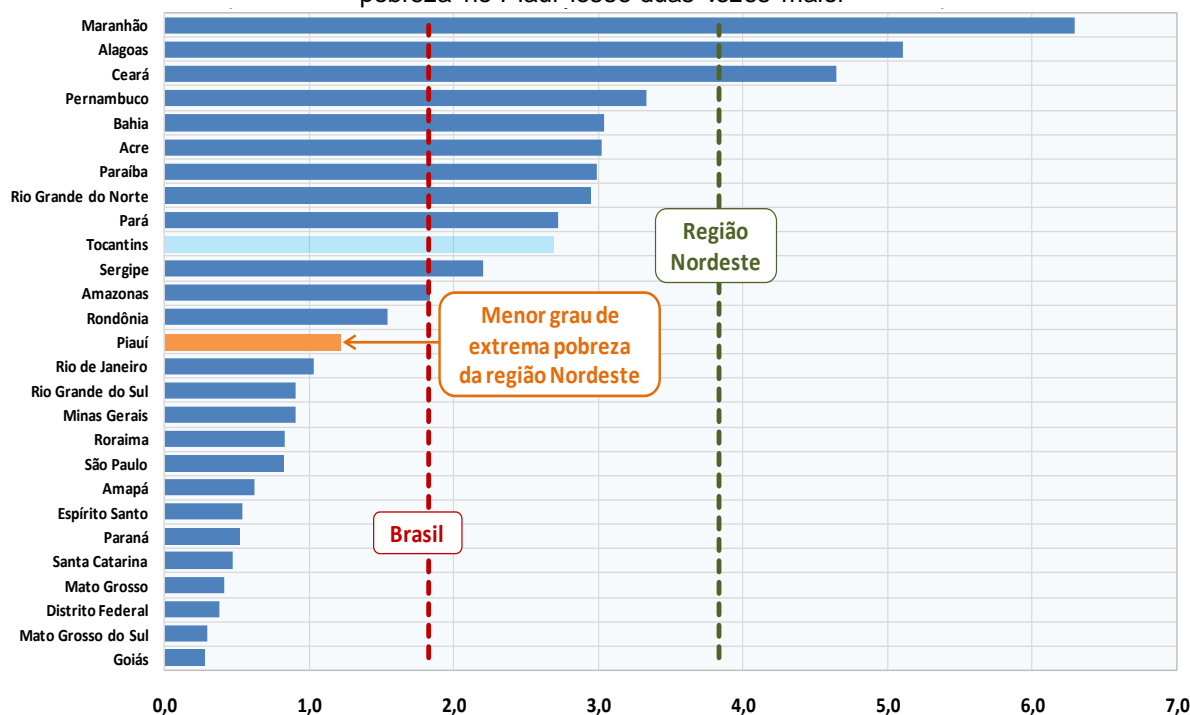
2.4.3 Projeção de cenários para a redução da extrema pobreza

A porcentagem de pessoas vivendo em famílias extremamente pobres no Piauí, conforme foi visto na primeira seção, declinou entre 2002 e 2014, a uma velocidade muito mais rápida do que a requerida para que a meta do primeiro ODM fosse atingida. De fato, o Piauí cumpriu com o ODM de reduzir a extrema pobreza à metade mais de 10 anos antes do requerido.

Apesar da redução considerável na extrema pobreza (12% ao ano), em 2014 o Piauí ocupava e apresentava o 3º maior grau de pobreza extrema do País.

Se estabelecermos uma meta de declínio da extrema pobreza tão ousada quanto o fizemos no caso da renda *per capita* ou da desigualdade, dobrando sua velocidade histórica, em 2022 o Piauí teria um grau de extrema pobreza de 1,22%, o menor da região Nordeste, ocupando a 14ª posição em termos da menor porcentagem de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, conforme mostra o Gráfico 35.

Gráfico 35 – Projeção do grau de extrema pobreza em 2022, caso a taxa de declínio da extrema pobreza no Piauí fosse duas vezes maior

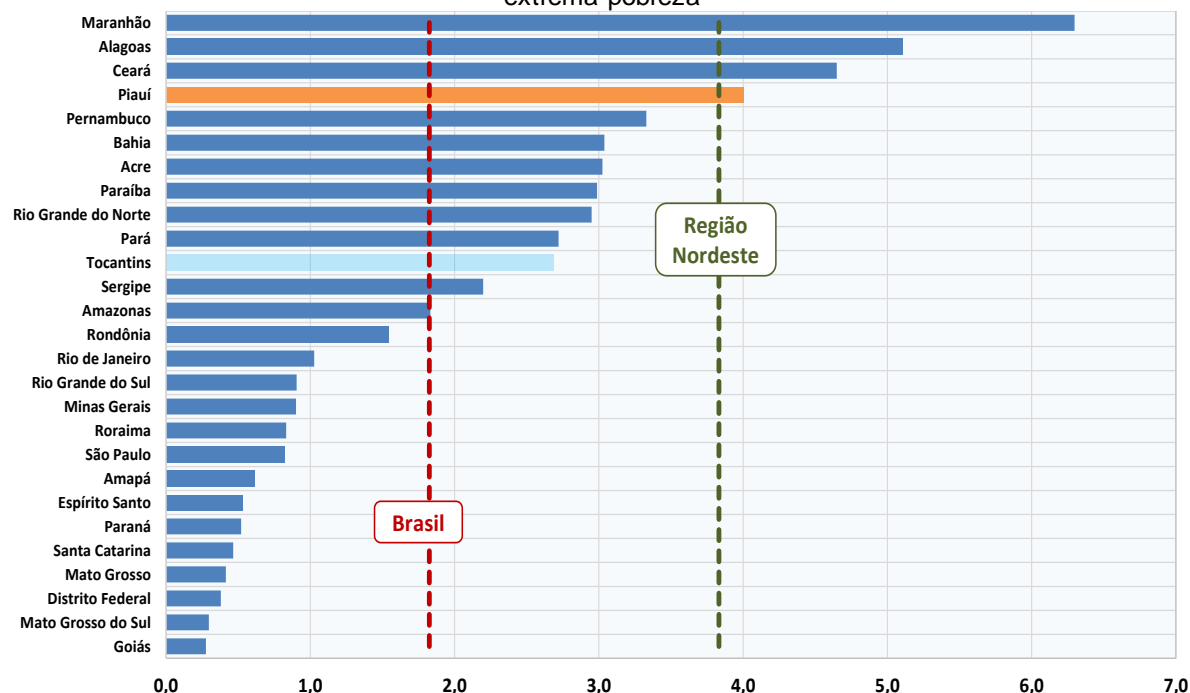


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)

Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

No entanto, se o estado mantivesse sua velocidade histórica de declínio da extrema pobreza (12%) o resultado alcançado não seria tão bom, como podemos observar no Gráfico 36, com um nível de extrema pobreza cerca de quatro vezes maior (4%). O estado seria a 4ª unidade da federação com o maior grau de extrema pobreza, acima da região Nordeste.

Gráfico 36 – Projeção do grau de extrema pobreza em 2022, mantida a taxa de redução histórica da extrema pobreza



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

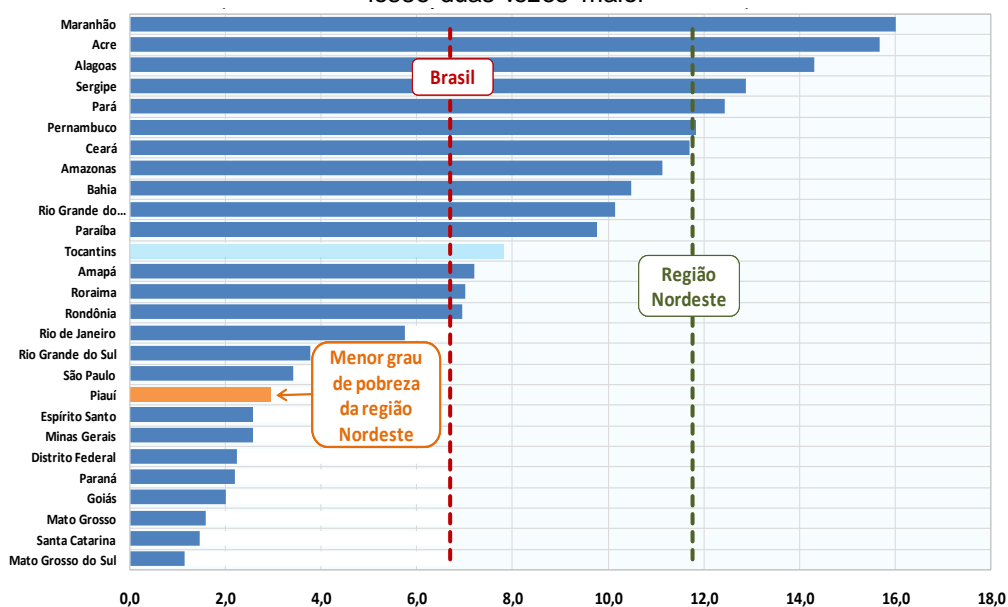
2.4.4 Projeção de cenários para a redução da pobreza

A porcentagem de pessoas vivendo em famílias pobres no Piauí, conforme foi visto na primeira seção, declinou entre 2002 e 2014 de forma rápida e contínua (12,4% ao ano). Em 2014, o Piauí ocupava a 4ª posição, com 29% de pessoas vivendo em famílias em condições de pobreza – apenas Maranhão, Alagoas e Pernambuco apresentavam um grau de pobreza maior.

Apesar da redução considerável na pobreza entre 2002 e 2014, o estado ocupava em 2014 a 10ª posição, com nove estados apresentando taxas de redução mais elevadas.

Ao estabelecermos uma meta de declínio da pobreza tão ousada quanto a que estabelecemos no caso dos indicadores anteriores, dobrando sua velocidade histórica de declínio, em 2022 o Piauí teria um grau de pobreza cerca de 3%, o menor da região Nordeste, ocupando a 9ª posição em termos da porcentagem de pessoas vivendo em famílias pobres. Apenas oito unidades da federação apresentariam um grau de pobreza maior como mostra o Gráfico 37.

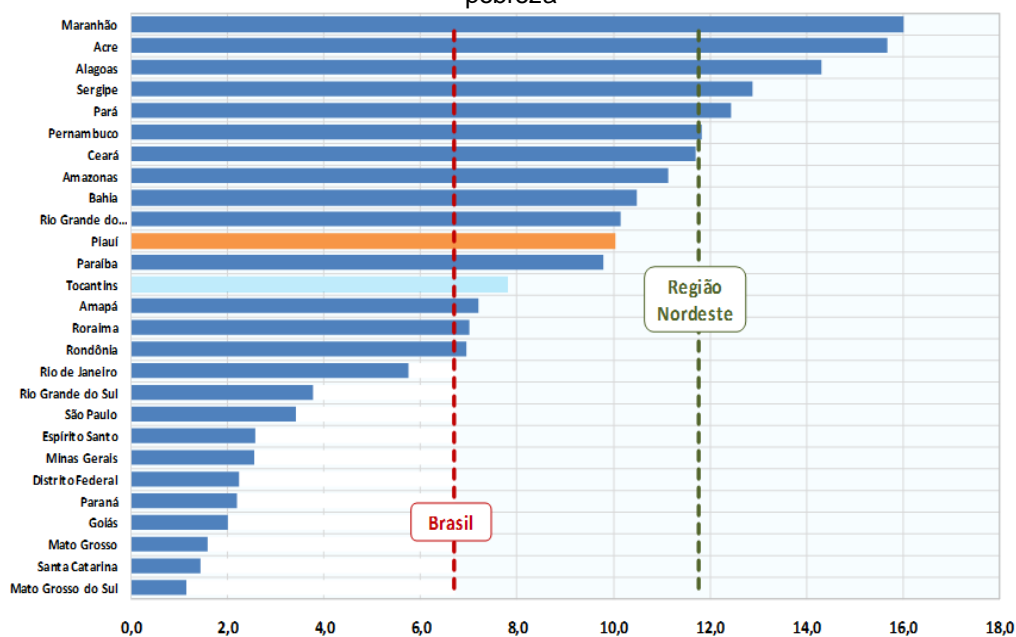
Gráfico 37 – Projeção do grau de pobreza em 2022, caso a taxa de declínio da pobreza no Piauí fosse duas vezes maior



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

No entanto, se o estado mantivesse sua velocidade histórica de declínio da pobreza (12,4%), o resultado alcançado seria um nível de pobreza cerca de três vezes maior (10%), conforme mostra o Gráfico 38. Ele seria a 17ª unidade da federação com a menor porcentagem de pessoas vivendo em famílias pobres.

Gráfico 38 – Projeção do grau de pobreza em 2022, mantida sua taxa de redução histórica da pobreza



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

3 INCLUSÃO PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO PIAUÍ

O Estado do Piauí vem conseguindo aumentar substancialmente sua renda, mesmo sem aumentar a escolaridade da população adulta. Contudo, é inconcebível pensarmos em uma solução definitiva para a pobreza no estado sem que esta, necessariamente, passe pelo aumento da escolaridade da população adulta que ainda é muito baixa. A população mais pobre já está ocupada, mas a remuneração no estado ainda é muito baixa. Para uma inclusão produtiva e bem-sucedida, seria necessário garantir, principalmente aos mais pobres, o acesso a oportunidades de boa qualidade. Em que medida os mais pobres estão tendo acesso a trabalho no estado? Em que medida esse trabalho é produtivo e, portanto, é capaz de garantir uma remuneração razoável para o trabalhador? O estado vem sendo capaz de incluir produtivamente sua população? Essas são algumas das perguntas que vamos buscar responder nesse capítulo.

Para tanto, o capítulo foi organizado em oito seções. As duas primeiras são bem gerais e nelas abordamos, de forma bem sucinta, a ideia do direito ao desenvolvimento como um dos direitos humanos e a ideia de que um indivíduo precisa de oportunidades produtivas de boa qualidade para que ele alcance sua autonomia. Na terceira seção tratamos do crescimento na renda do trabalho dos mais pobres e da sua contribuição para o crescimento da renda familiar *per capita*. O Piauí foi o estado onde essa contribuição foi elevada e, portanto, onde houve maior inclusão produtiva da população mais pobre, com exceção do décimo mais pobre. Na sequência, analisamos nas seções 4 e 5 a taxa de ocupação e a remuneração, respectivamente, e mostramos que se, por um lado, a taxa de ocupação é elevada no estado, a remuneração é a mais baixa do País – a boa notícia é que a remuneração média vem crescendo rápido.

Em boa medida, essa baixa remuneração decorre da baixa escolaridade da população adulta no estado. Assim, na seção 6, vamos tratar desse tema mostrando que, ao contrário do que vimos com a remuneração, onde o Piauí foi o estado onde ela mais cresceu no País, no que diz respeito à escolaridade da população adulta o estado apresentou um desempenho bastante ruim. Portanto, crescimentos futuros na

renda do estado, para serem sustentáveis, devem ser respaldados por crescimentos na escolaridade da população adulta.

Na penúltima seção, focamos nossa atenção na questão rural. Se estamos preocupados com a pobreza, então, não podemos deixar de olhar com muito cuidado a área rural uma vez que a distribuição de renda no estado é totalmente visada pró área urbana – enquanto que na área urbana encontram-se 67% da população do estado e 80% da renda, na área rural vivem 33% da população e que detém 20% da renda. Além disso, entre os 25% mais pobres, cerca de 50% encontram-se na área rural, enquanto que entre os 25% mais ricos, apenas 19% encontram-se na área rural. Ou seja, a população rural está sendo representada entre os mais pobres do estado.

Por fim, na última seção, apresentamos algumas reflexões sobre em que condições poderíamos ter uma inclusão produtiva bem-sucedida.

3.1 Autonomia, desenvolvimento humano e inclusão produtiva

Ao longo do último século, testemunhamos uma tendência generalizada à universalização do acesso à educação. Hoje, por exemplo, nos países desenvolvidos a grande maioria da população dedica, praticamente em tempo integral, entre 10 e 15 anos de sua vida aos estudos. Essa crescente importância atribuída à educação, remonta à expansão do processo democrático e da cidadania constitutivo das sociedades modernas. A consolidação das referências democráticas e o aprimoramento da cidadania, implicam que a educação seja reconhecida socialmente como algo a que todos devem ter acesso, independente da origem familiar. Mais que isso, o pleno desenvolvimento de um indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho são a base para essa sociedade moderna.

Contudo, apenas muito recentemente passamos a reconhecer o direito ao desenvolvimento como um dos direitos humanos. Do ponto de vista do indivíduo, a garantia do direito ao desenvolvimento significa assegurar-lhe muito mais que educação. Significa assegurar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades para que ela seja capaz de desenvolver ou mesmo adquirir as competências e o

conhecimento que deseja, ampliando, com isso, o espectro de realizações e resultados possíveis de serem alcançados. Ou seja, a ideia do desenvolvimento é a de que as pessoas possam fazer escolhas e perseguir, de forma autônoma, a vida que escolheram para si mesmas.

O direito ao desenvolvimento, contudo, não se limita ao desenvolvimento das competências; garantir que um indivíduo possa desenvolver plenamente suas potencialidades não é suficiente. É preciso que cada um tenha acesso a oportunidades para que possa, então, utilizar de forma plena, produtiva e eficaz todas as competências e os conhecimentos que adquiriu. Mais que isso, para uma inclusão produtiva bem-sucedida, é necessário garantir principalmente aos mais pobres, o efetivo acesso a oportunidades de boa qualidade. Toda e qualquer redução na pobreza é sempre muito bem-vinda, mas quando a redução na pobreza ocorre via inclusão produtiva e não simplesmente via transferências de renda, ela é ainda melhor, porque dá autonomia ao indivíduo para gerar a própria renda. Nesse caso, ele não depende da generosidade da sociedade e portanto, essa situação é mais compatível com a ideia de desenvolvimento humano. Não que essa generosidade não seja importante; ela é muito valiosa, mas deve ser reservada para aqueles que não conseguem ter essa autonomia.

Por fim, vale ressaltar que em toda sociedade, por variadas razões, as pessoas muitas vezes perdem a capacidade de atender suas necessidades mais básicas de forma autônoma. Portanto, é preciso gerar oportunidades e meios para que elas possam recuperar sua autonomia, voltando a gerar seus recursos e, com isso, serem capazes de satisfazer suas necessidades básicas.

3.2 Inclusão produtiva: acesso a trabalho e remuneração

A maior parte da renda das famílias é proveniente do trabalho de seus membros e em geral, tem dois determinantes imediatos. Por um lado, ela depende do acesso dos membros adultos e disponíveis da família aos postos de trabalho existentes; por outro, ela depende da remuneração desses membros ocupados.

A remuneração, no entanto, depende de uma série de fatores. O trabalhador muitas vezes pode trabalhar uma grande quantidade de horas, como no caso de

muitos agricultores brasileiros, e ainda assim obter uma renda muito baixa. Ou simplesmente, o país pode estar vivendo um momento de recessão econômica como o atual e nesse caso, os trabalhadores nem emprego conseguem. As duas condições são necessárias – conseguir um trabalho e que este seja decente em termos de sua remuneração.

Em suma, para que um indivíduo alcance sua autonomia ele precisa do produto dessas duas condições – acesso a trabalho e trabalho produtivo capaz de garantir uma remuneração razoável. Ou seja, ele precisa que oportunidades produtivas de boa qualidade existam e estejam disponíveis para ele.

Como veremos mais adiante nesse capítulo, no estado do Piauí, a população adulta que busca trabalho não parece encontrar dificuldades em achar trabalho, principalmente aquela mais pobre, o problema parece ser a remuneração que ainda é muito baixa.

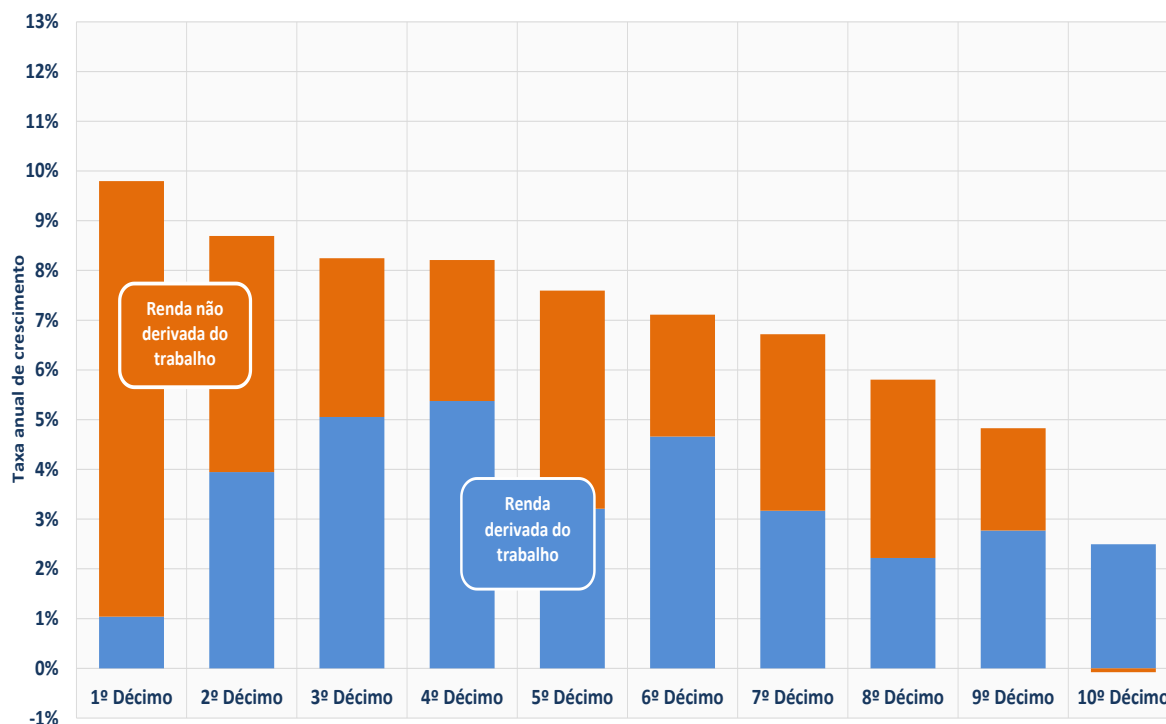
3.3 Contribuição da inclusão produtiva para o crescimento da renda dos mais pobres

Como vimos anteriormente, o Piauí foi um dos estados com a maior taxa de crescimento da renda *per capita* entre 2002 e 2014, 4,6% ao ano, mais de um ponto percentual acima da média nacional (3,5% ao ano).

Esse elevado crescimento da renda *per capita*, associado ao declínio acentuado da desigualdade na distribuição de renda, levou o estado a ocupar também uma posição de destaque em termos do crescimento da renda dos grupos mais pobres. A renda dos décimos mais pobres no estado, cresceu nesse período, a uma taxa próxima a 9% ao ano.

Boa parte desse acentuado crescimento na renda *per capita* dos mais pobres, resultou de um maior crescimento da renda do trabalho, conforme mostra o Gráfico 39, que apresenta a composição da taxa anual de crescimento da renda familiar *per capita* por décimo da distribuição no período 2002-2014. À exceção do décimo mais pobre da distribuição (primeiro décimo), o crescimento da renda familiar *per capita* foi claramente gerado pela inclusão produtiva, isto é, pelo maior crescimento da renda derivada do trabalho.

Gráfico 39 – Composição da taxa anual de crescimento por décimo da distribuição de renda, Piauí, 2002 a 2014

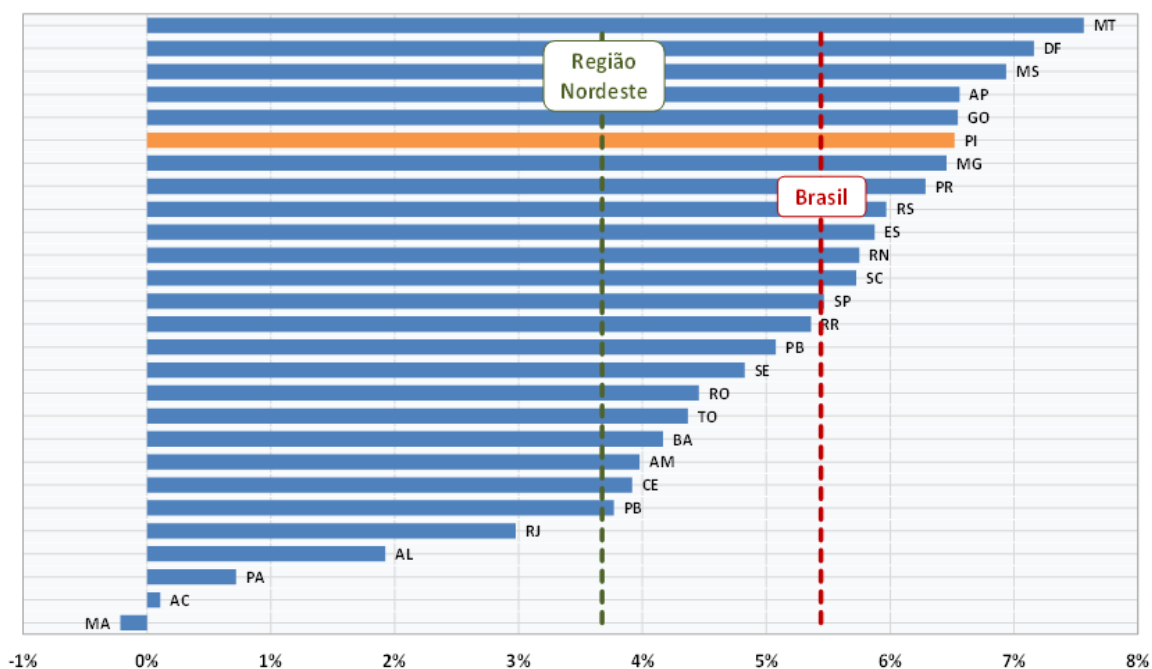


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

3.3.1 Crescimento na renda do trabalho

De fato, a taxa de crescimento da renda do trabalho *per capita* acumulada dos mais pobres no estado, encontra-se entre as mais elevadas dentre as unidades da federação. Como mostra o Gráfico 40, dentre os 20% mais pobres, o Piauí ocupa a 6ª posição (6,5%), bem acima das taxas observadas para a região Nordeste (3,7%) e Brasil (5,4%).

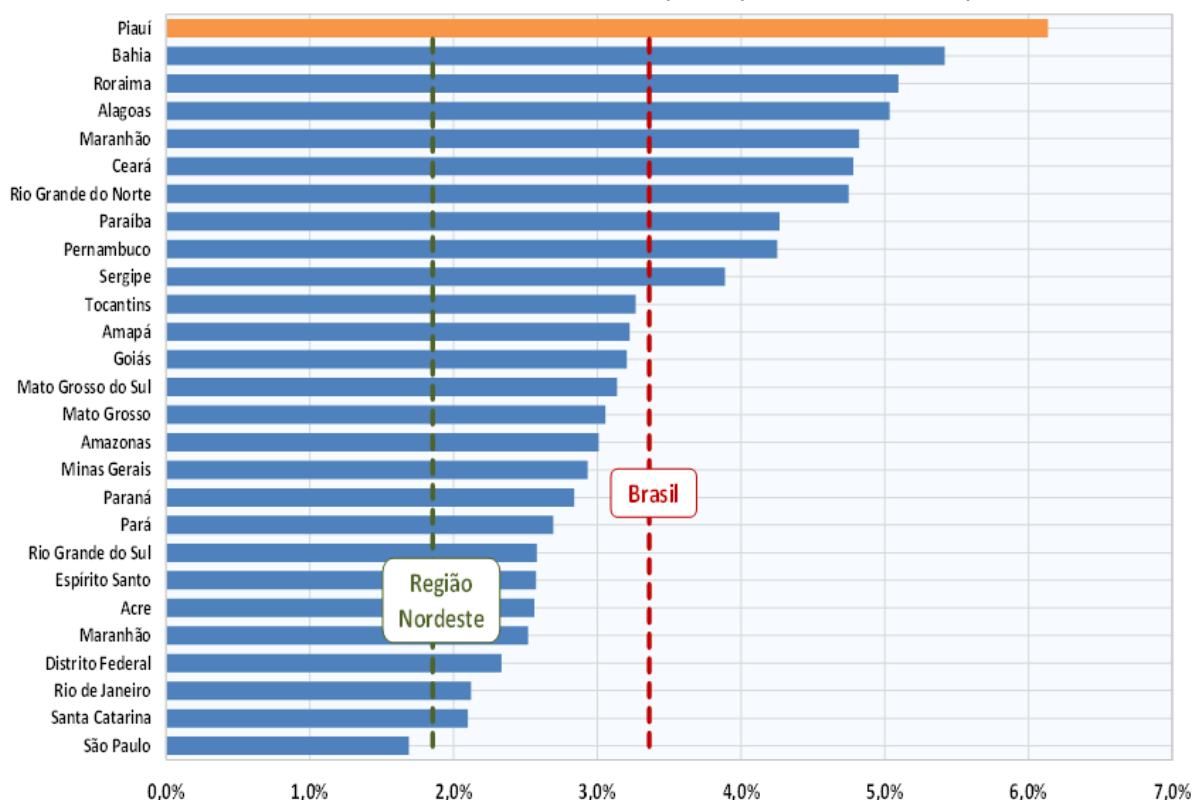
Gráfico 40 – Taxa de crescimento da renda do trabalho per capita dos 20% mais pobres, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Quando observamos o crescimento da renda do trabalho *per capita* dos 40% mais pobres, o estado passa a ocupar a primeira posição como mostra o Gráfico 41, com 1 (um) ponto percentual à frente do segundo colocado, o estado Mato Grosso. Nesse período, a taxa de crescimento da renda do trabalho desse grupo cresceu, em média, 8% ao ano, quase 3 pontos percentuais acima do crescimento observado para a região Nordeste (5,3%) e para o Brasil (5,4%).

Gráfico 41 – Taxa de crescimento da renda do trabalho per capita dos 40% mais pobres, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

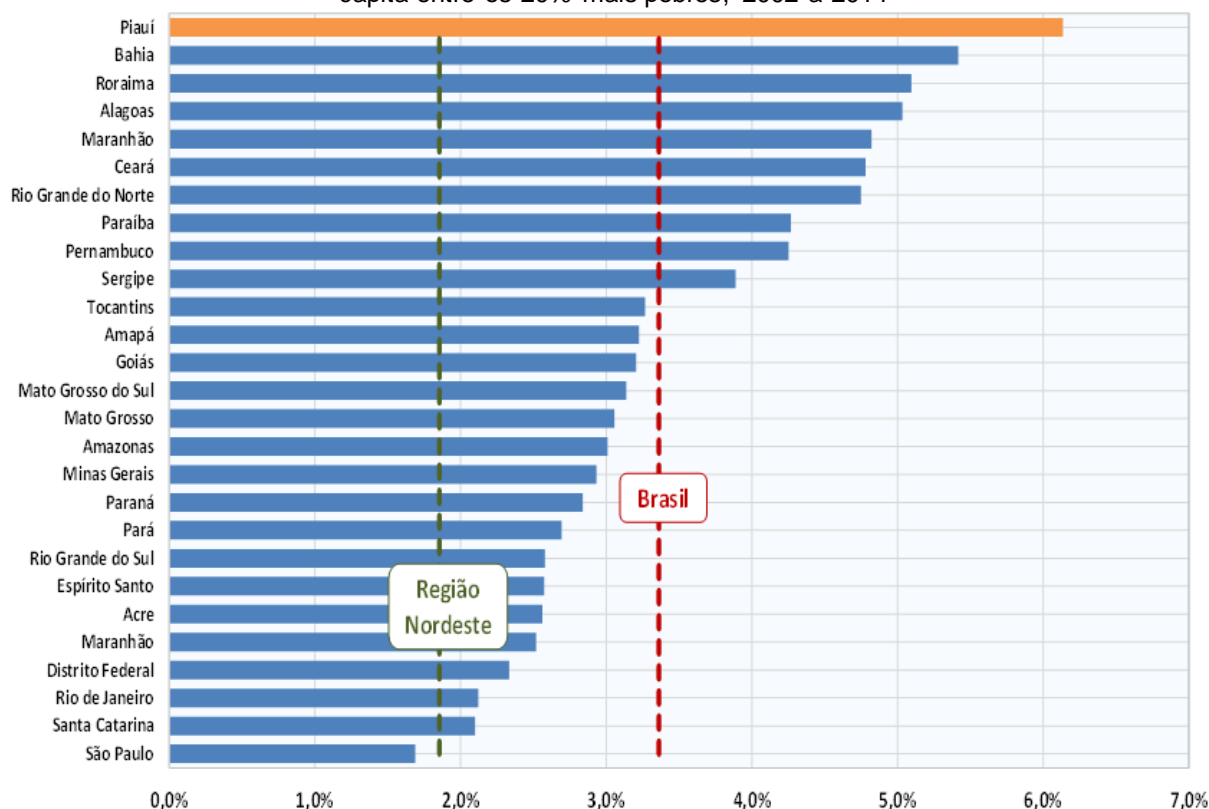
Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

3.3.2 Contribuição do crescimento na renda dos mais pobres para o crescimento na renda per capita

Como resultado do elevado crescimento da renda do trabalho no estado, principalmente entre os mais pobres, podemos observar uma também elevada contribuição do crescimento dessa renda para a taxa de crescimento da renda familiar *per capita*. Essa contribuição foi da ordem de 6% entre os 20% mais pobres, como mostra o Gráfico 42. Em outras palavras, considerando que a taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres no período de 2002 – 2014 foi de 9% ao ano, cerca de 6 pontos percentuais deveram-se ao crescimento na renda do trabalho desse grupo, o que demonstra uma fantástica inclusão produtiva.

De fato, quando comparado às demais unidades da federação, o Piauí foi o estado onde essa contribuição foi maior e, portanto, onde houve maior inclusão produtiva da população mais pobre. Essa contribuição foi também substancialmente maior que a observada para o Brasil e para a região Nordeste.

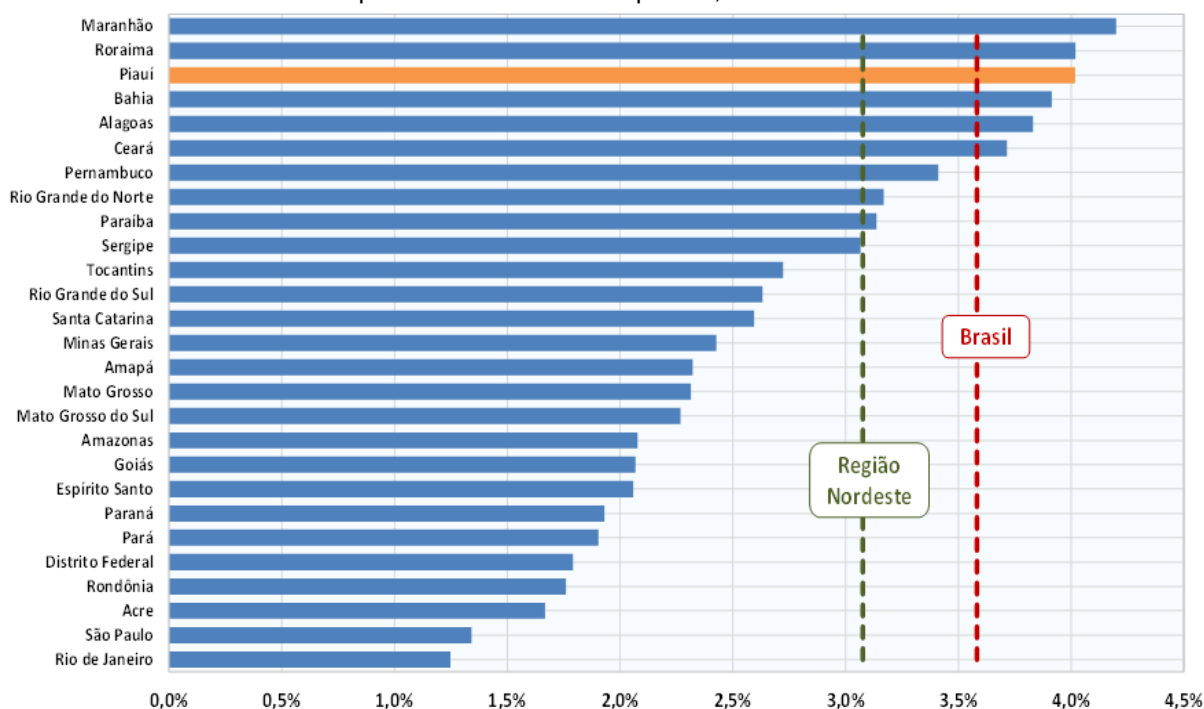
Gráfico 42 – Contribuição da renda derivada do trabalho para a taxa de crescimento da renda per capita entre os 20% mais pobres, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Quando ampliamos o foco para os 40% mais pobres o estado continua se destacando, ocupando a 3ª posição dentre as unidades da federação, como mostra o Gráfico 43. Considerando que a taxa de crescimento da renda dos 40% mais pobres no período de 2002-2014 foi de 8,5% ao ano, cerca de 4 pontos percentuais deveriam-se ao crescimento na renda do trabalho desse grupo, o que reforça a grande capacidade de inclusão produtiva do estado nesse período.

Gráfico 43 – Contribuição da renda derivada do trabalho para a taxa de crescimento da renda per capita entre os 40% mais pobres, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

Importante ressaltar que, a renda do trabalho estar aumentando é ótimo, principalmente para os mais pobres. Entretanto, esse aumento não vem sendo acompanhado por um aumento da produtividade dos trabalhadores e, portanto, é preocupante por não ser sustentável - é uma inclusão produtiva sem aumento de produtividade.

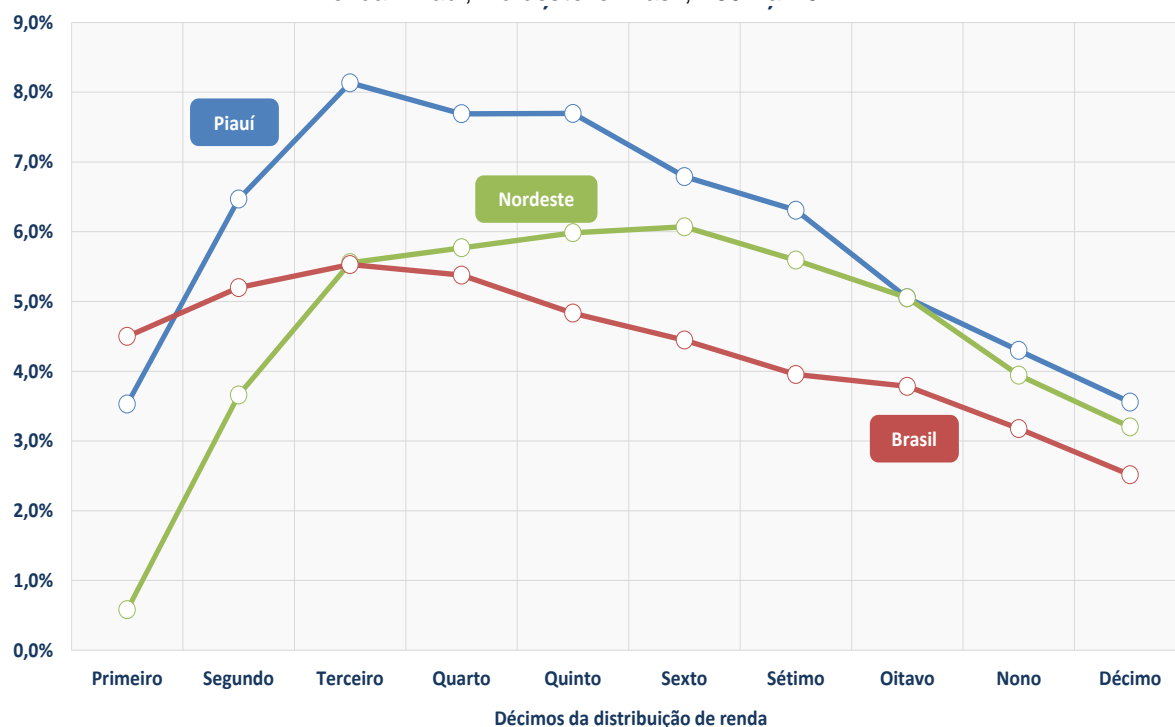
3.3.3 Dificuldade de inclusão produtiva dos 10% mais pobres

Como vimos no Gráfico 39, apesar do fantástico crescimento da renda do primeiro décimo da distribuição, a maior parte do crescimento da sua renda veio da maior generosidade e melhor focalização das transferências públicas, em particular do Programa Bolsa Família (PBF). Isso significa que o estado não vem conseguindo incluir produtivamente os 10% mais pobres da população.

Essa dificuldade, contudo, não parece ser só do Piauí como mostra o Gráfico 44 que apresenta a taxa de crescimento anual da renda do trabalho no período 2002 - 2014, onde o trabalhador é classificado segundo a renda *per capita* da família a qual

ele pertence. A taxa de crescimento da renda do trabalho no primeiro décimo é um problema no Piauí, na região Nordeste e no Brasil como um todo.

Gráfico 44 – Taxa de crescimento da renda do trabalho per capita por décimo da distribuição de renda: Piauí, Nordeste e Brasil, 2002 a 2014

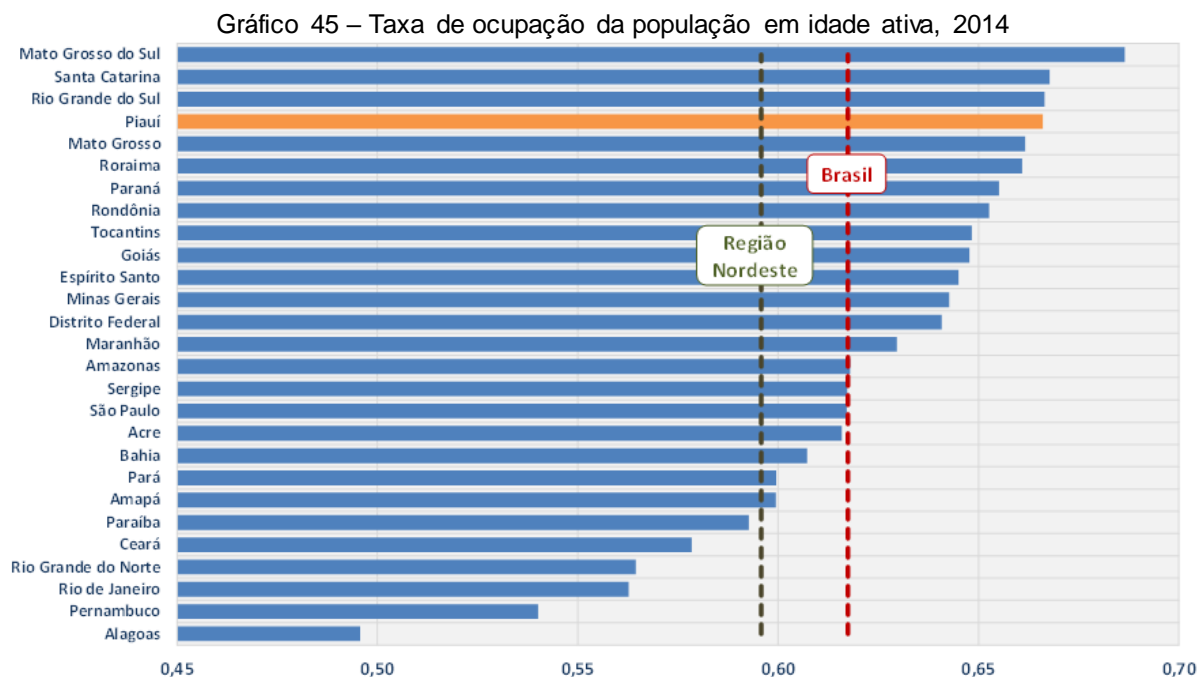


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

É claro que o que realmente importa é que a renda total desse grupo tem crescido a taxas elevadas, tanto no estado como no país, reduzindo de forma substancial os níveis de extrema pobreza.

3.4 Taxa de ocupação

A taxa de ocupação da população em idade ativa no Piauí (67%) é uma das mais elevadas do País, conforme podemos observar no Gráfico 45. Quando comparada com as demais unidades da federação é a mais alta dentre os estados da região Nordeste (60%) e é mais elevada que a média brasileira (62%).

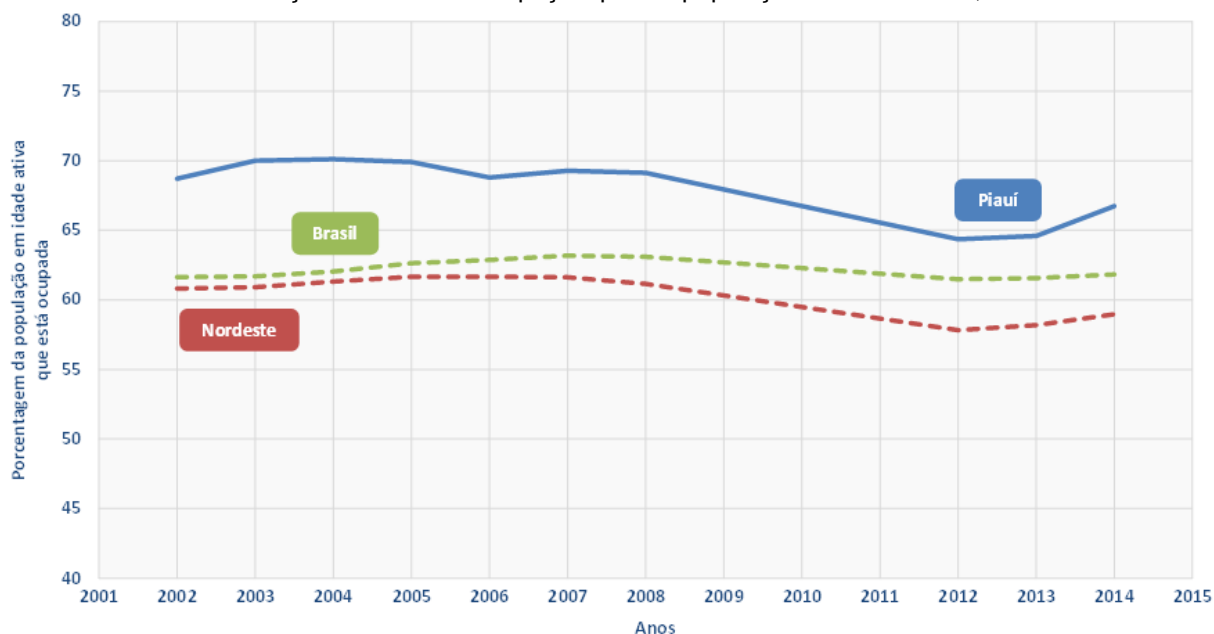


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Não somente a taxa de ocupação é bem mais elevada, mas ao longo do período analisado, ela se manteve sempre mais alta, como mostra o Gráfico 46. Entre 2002 e 2008, a taxa de ocupação no estado se manteve constante em torno 70%; na região Nordeste também permaneceu constante em torno de 61%, e no Brasil aumentou em cerca de um ponto percentual.

A partir de 2008 observamos um ligeiro declínio desse indicador no estado, assim como também na região Nordeste, voltando a crescer novamente a partir de 2012. Vale ressaltar também que no Piauí, ao contrário do restante do País, a taxa de ocupação é também mais alta entre os mais pobres.

Gráfico 46 – Evolução da taxa de ocupação para a população de idade ativa, 2002 a 2014

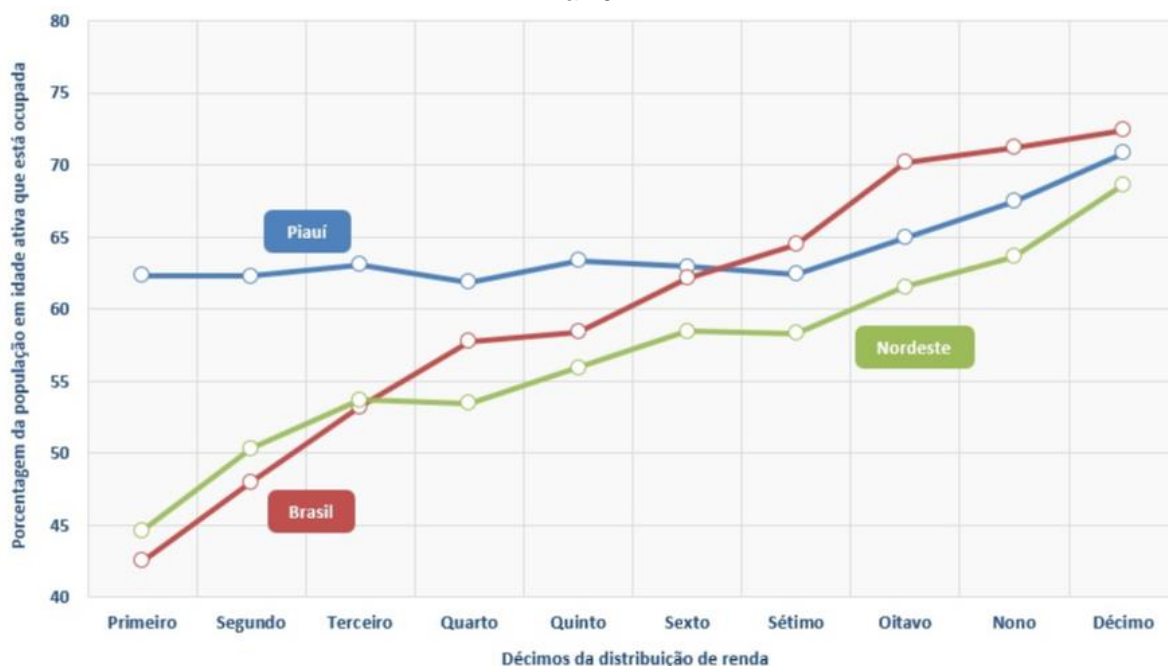


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

O Gráfico 47 apresenta a taxa de ocupação média por décimos da distribuição de renda no Piauí, Nordeste e Brasil, para o período 2012 – 2014. A taxa de ocupação no primeiro décimo chega a ser 19 pontos percentuais mais alta no Piauí quando comparada às taxas observadas para o Brasil e região Nordeste.

De fato, até o sexto décimo da distribuição as taxas de ocupação no estado são mais elevadas do que as observadas para o Brasil e para todos os décimos são mais elevadas que as observadas para a região Nordeste.

Gráfico 47 – Taxa de ocupação por décimo da distribuição de renda – Piauí, Nordeste e Brasil, 2012 a 2014

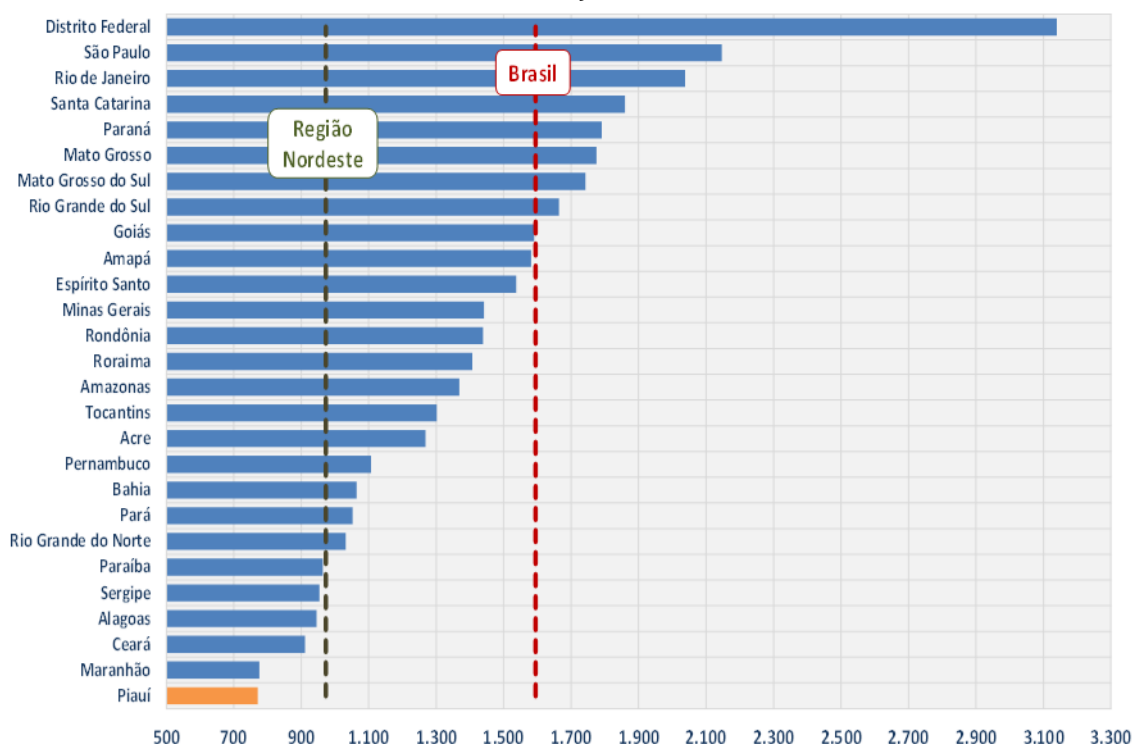


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

3.5 Remuneração

Se por um lado a taxa de ocupação é elevada no estado, como vimos na seção anterior, a remuneração é a mais baixa do país, conforme mostram os dados para 2014 apresentados no Gráfico 48. A renda média no Piauí em 2014 era R\$ 771, cerca da metade da renda nacional (R\$ 1.595) e também abaixo da média para a região Nordeste (R\$ 973). A boa notícia é que a remuneração média vem crescendo rápido.

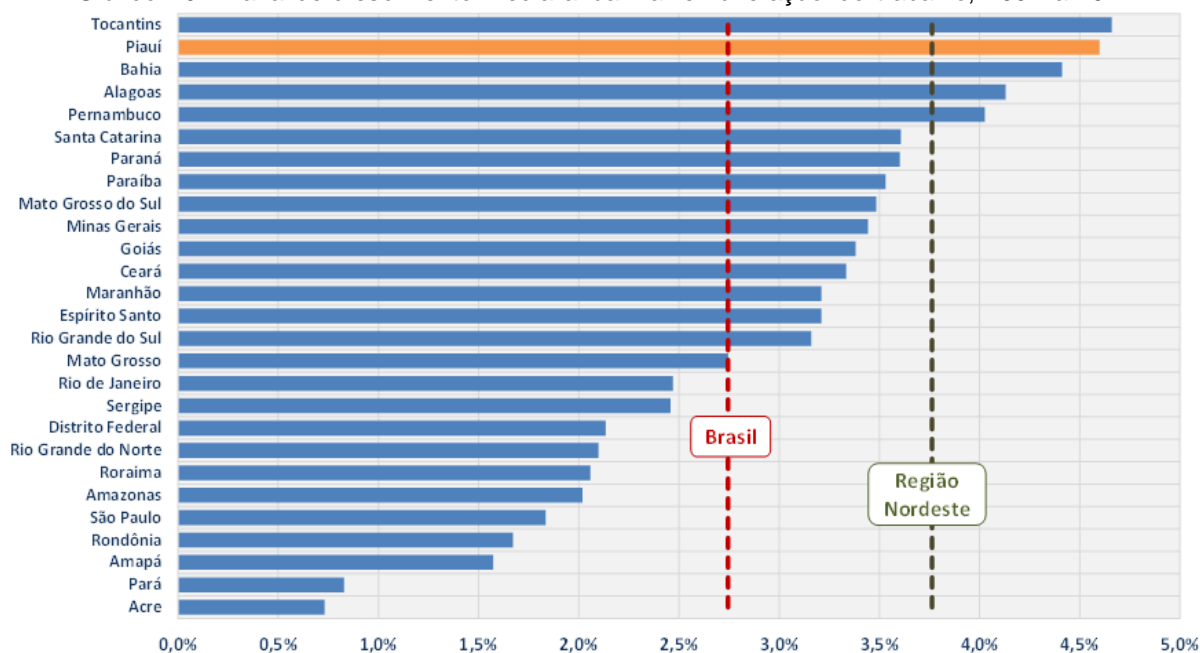
Gráfico 48 – Remuneração média do trabalho, 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

De fato, como mostra o Gráfico 49, a taxa de crescimento média anual da remuneração do trabalho entre 2002 e 2014 no Piauí é a segunda maior do país, só perdendo para o Tocantins. A remuneração média no Piauí vem crescendo a uma taxa de 4,6% ao ano, cerca de um ponto percentual acima da taxa de crescimento média observada para a região Nordeste (3,8%) e quase dois pontos acima da taxa de crescimento média do país (2,7%).

Gráfico 49 – Taxa de crescimento média anual na remuneração do trabalho, 2002 a 2014



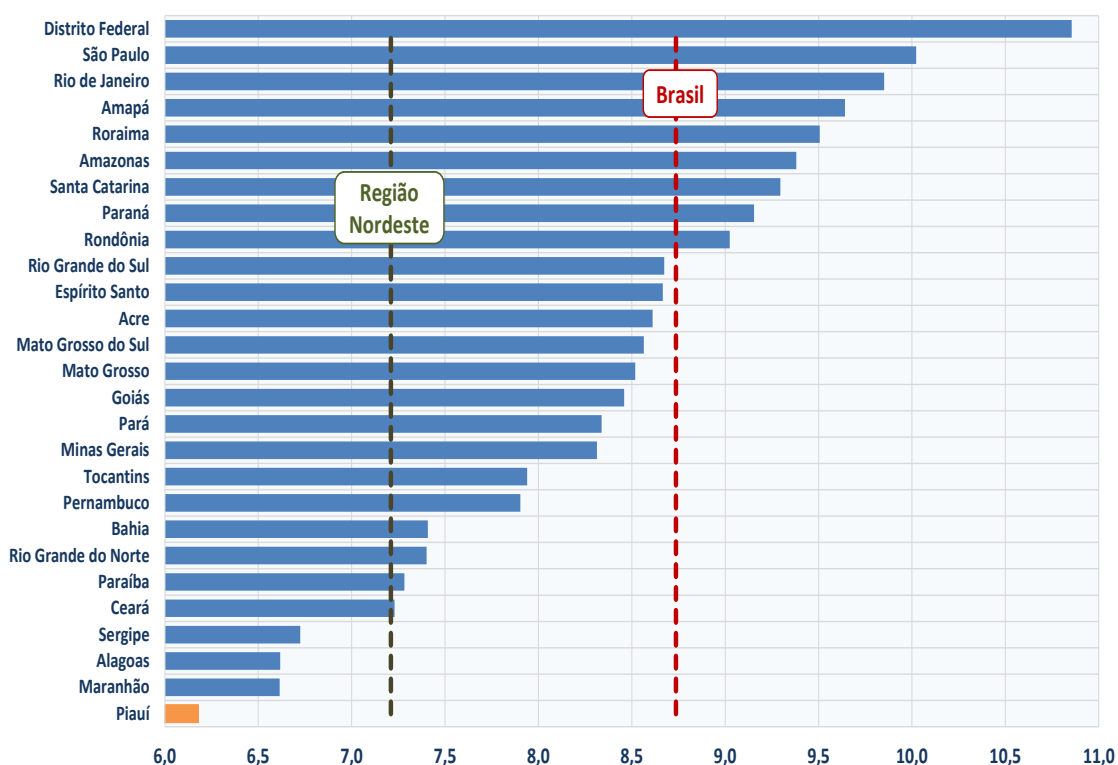
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Nota: Valores em R\$ de Outubro de 2014.

3.6 A baixa escolaridade da população adulta

Em boa medida, essa baixa remuneração decorre da baixa escolaridade da população adulta no estado. O Gráfico 50 apresenta a escolaridade média da população adulta (25 anos e mais) nas unidades da federação em 2014. Enquanto a escolaridade média no país era de 8,7 anos de estudo e na região Nordeste 7,2 anos de estudo, no Piauí a média de anos de estudo era de apenas 6,2, a mais baixa do País.

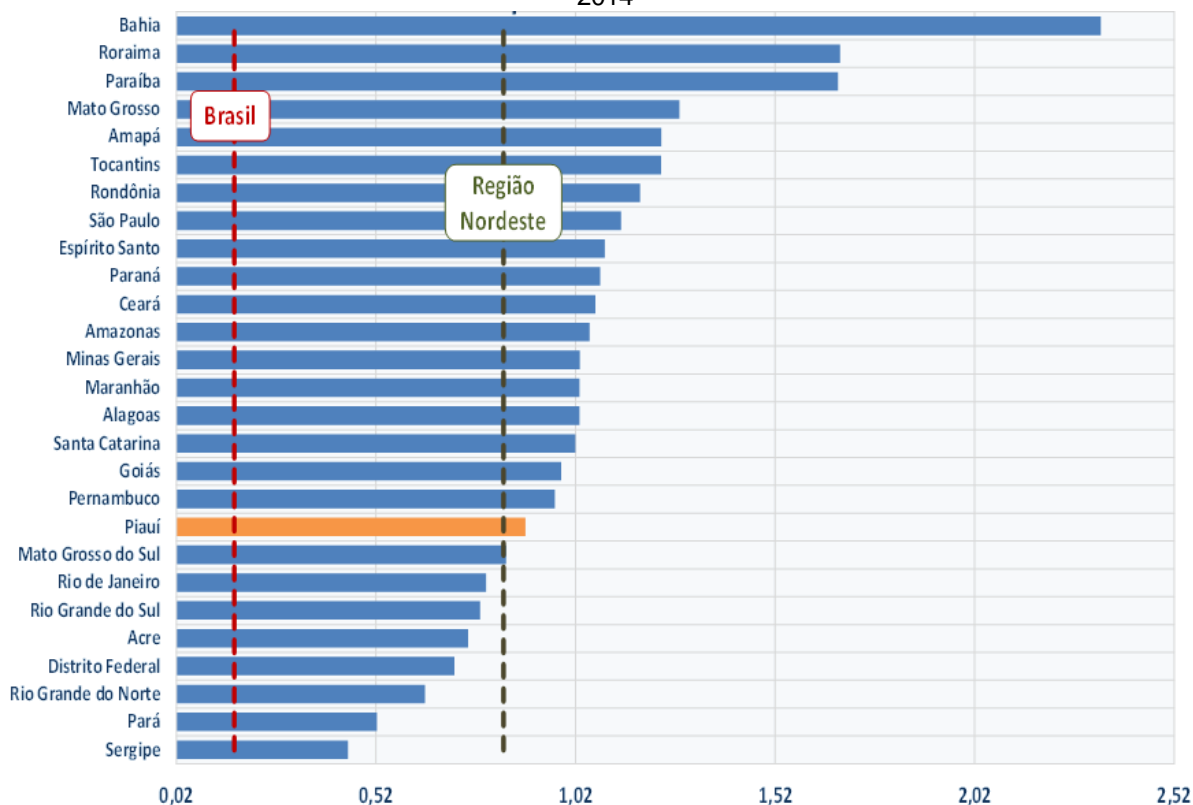
Gráfico 50 – Escolaridade média da população ocupada com 25 anos ou mais em 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Além disso, ao contrário do que vimos com a remuneração, onde o Piauí foi o estado em que ela mais cresceu no país, no que diz respeito à escolaridade da população adulta, o estado apresentou um desempenho bastante ruim – foi a nona unidade da federação onde a escolaridade menos cresceu, conforme mostra o Gráfico 51, situando-se abaixo do crescimento médio observado para a região Nordeste, embora acima do observado para o País como um todo.

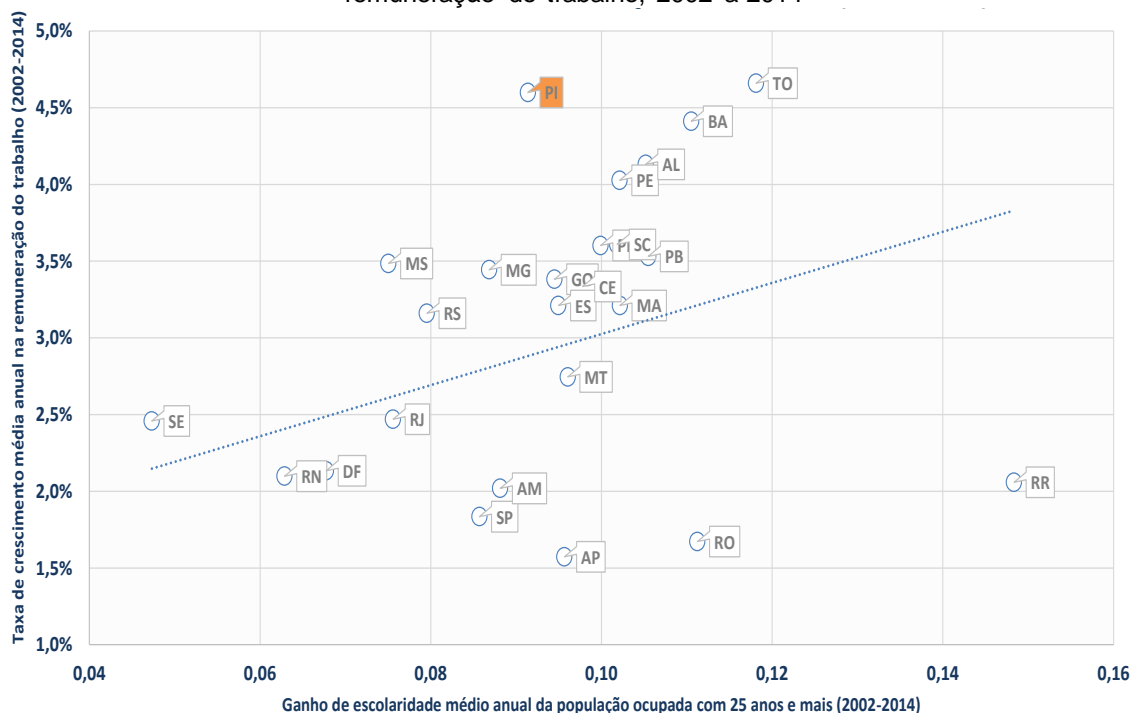
Gráfico 51 – Ganho de escolaridade da população ocupada com 25 anos ou mais por ano, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O Gráfico 52 apresenta a relação entre o crescimento da escolaridade e o crescimento da remuneração para todas as unidades da federação no período 2002-2014. Esse gráfico mostra claramente a posição do estado nesse período: uma das maiores taxas de crescimento da renda do trabalho, mas com um ganho de escolaridade baixo.

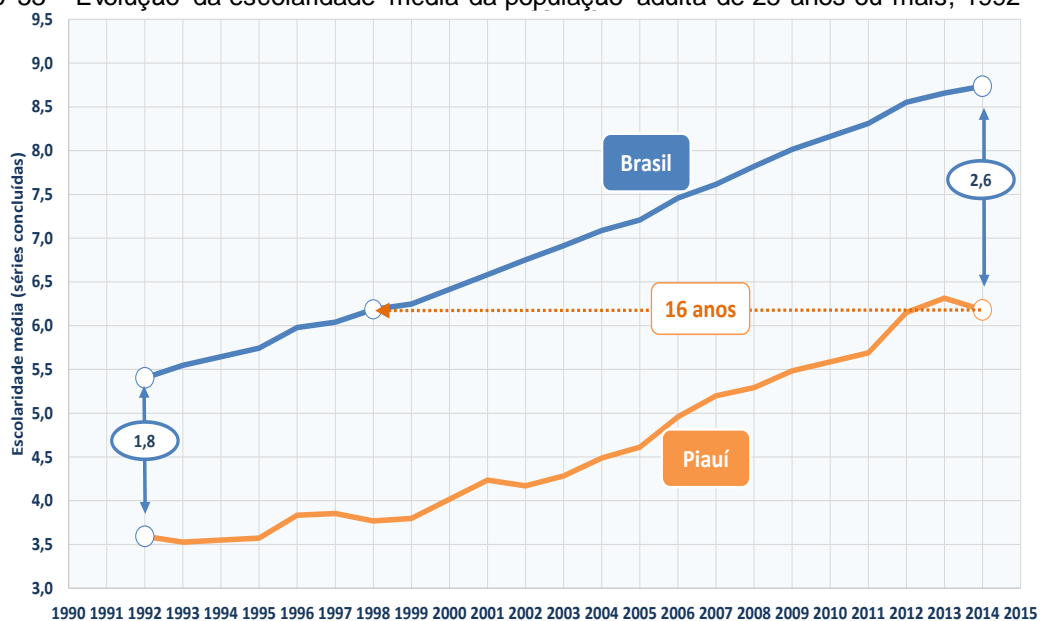
Gráfico 52 – Relação entre crescimento da escolaridade e taxa de crescimento média anual na remuneração do trabalho, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

De fato, o hiato educacional do Piauí em relação ao Brasil é colossal. Hoje, o estado tem a escolaridade média que o Brasil tinha há 16 anos, como mostra o Gráfico 53. Não somente esse hiato é elevado, mas também vem aumentando ao longo do tempo, passou de 1,8 para 2,6.

Gráfico 53 – Evolução da escolaridade média da população adulta de 25 anos ou mais, 1992 – 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Dados anteriores a 2004 não consideram Norte Rural.

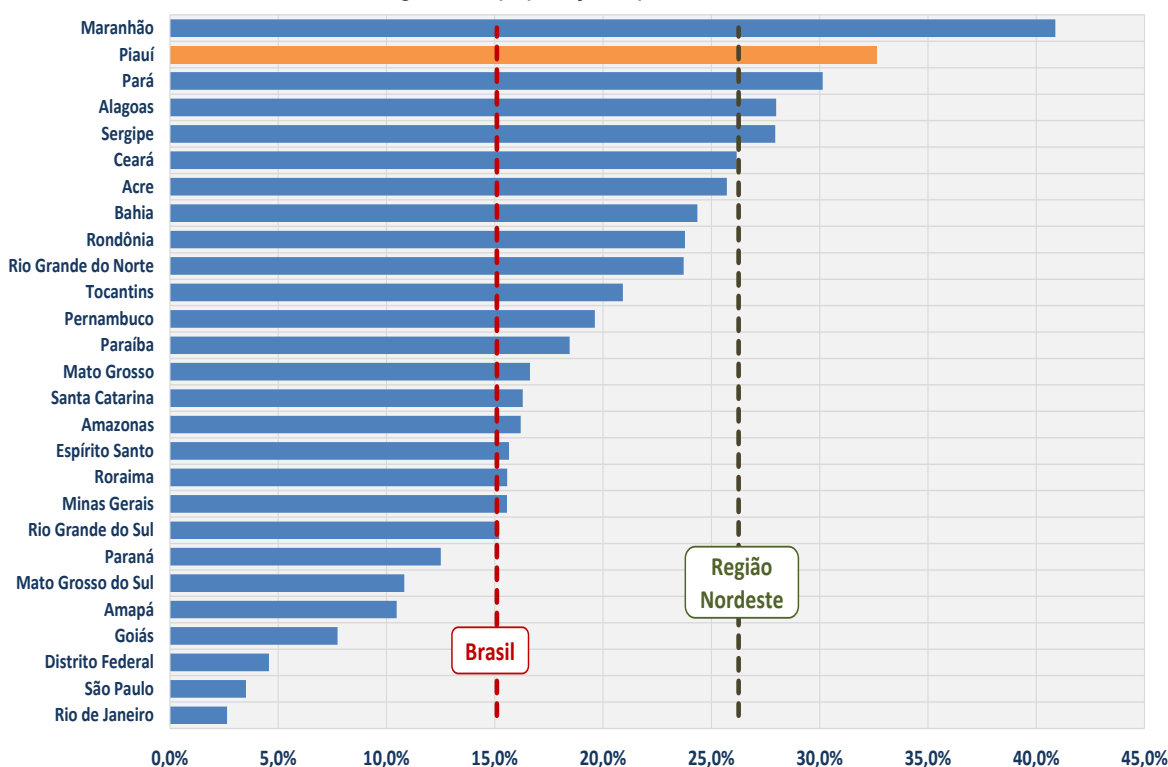
Em suma, não existe uma solução definitiva para a pobreza no estado sem que esse passe pelo aumento da escolaridade da população adulta que, como vimos, é muito baixa. O estado já conseguiu ao longo desse período que analisamos, aumentar substancialmente a renda, mesmo sem aumentar a escolaridade da população adulta. Contudo, ele precisa aumentar ainda mais a renda para atingir a meta do IDH estabelecida, como vimos no capítulo 1. A população mais pobre já está ocupada, mas a remuneração ainda é muito baixa, embora venha crescendo a taxas elevadas.

Assim, o aumento na educação da população adulta vai ser fundamental para tornar sustentável o crescimento da renda no estado. O Piauí é um dos estados onde a renda mais cresceu, mas é também um dos estados onde a escolaridade menos aumentou. Portanto, a sustentabilidade de soluções para a pobreza passa, necessariamente, por aumentar a escolaridade da população adulta.

3.7 Pobreza rural

O Piauí é o segundo estado mais rural do Brasil, só perdendo para o Maranhão, conforme mostra o Gráfico 54. Em 2014, cerca de 1/3 da população do estado vivia na área rural. No Nordeste, em média 1/4 da população vivia na área rural e no Brasil essa média era 15%.

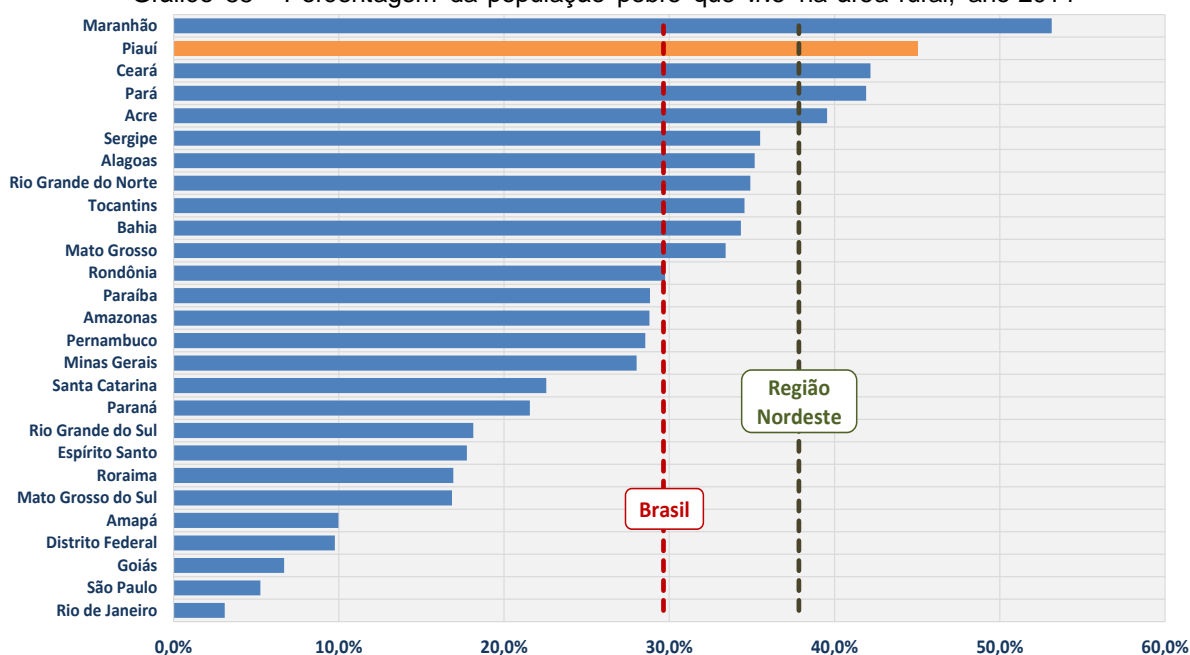
Gráfico 54 – Porcentagem da população que vive na área rural no ano 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

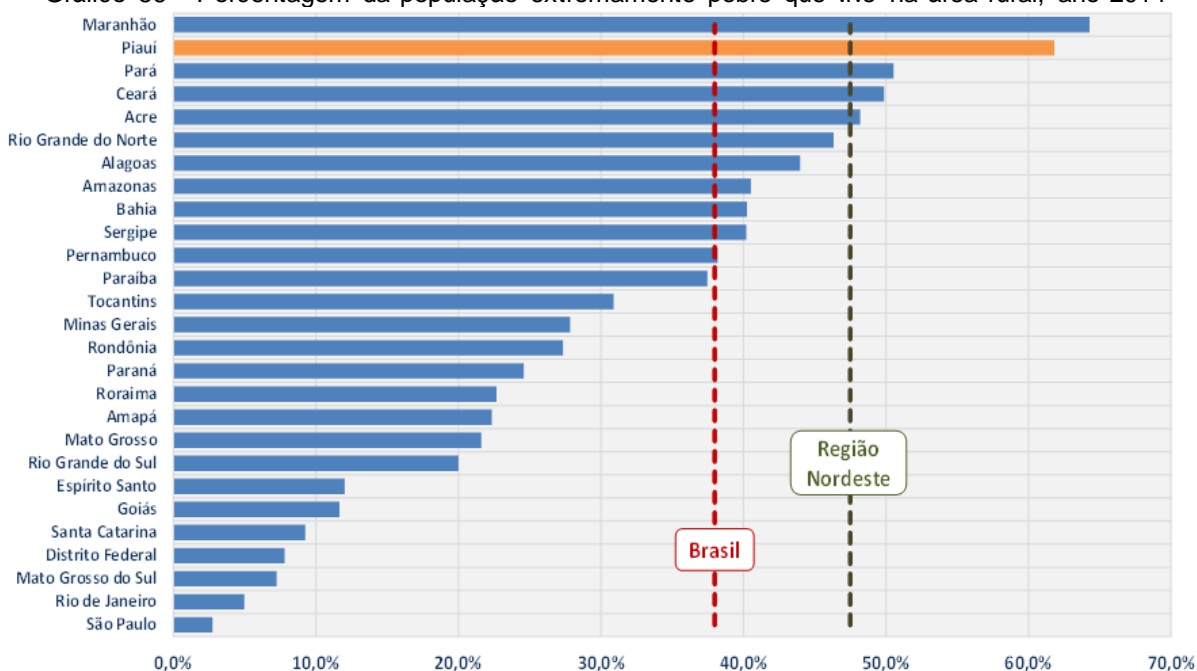
Contudo, mais do que uma grande parcela da população viver na área rural, o que mais preocupa no estado é o fato de a porcentagem de pobres vivendo na área rural ser bem mais alta do que a porcentagem de pobres no estado como um todo. Esse fato é ilustrado nos Gráficos 55 e 56. Enquanto que a porcentagem de pobres no estado em 2014 era 29%, entre os pobres, a porcentagem vivendo na área rural do estado era de 45% (Gráfico 55). E, enquanto que a porcentagem da população vivendo em situação de extrema pobreza no estado em 2014 era 11%, entre os extremamente pobres, a porcentagem vivendo na área rural do estado era 62% (Gráfico 56), seis vezes maior.

Gráfico 55 – Porcentagem da população pobre que vive na área rural, ano 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

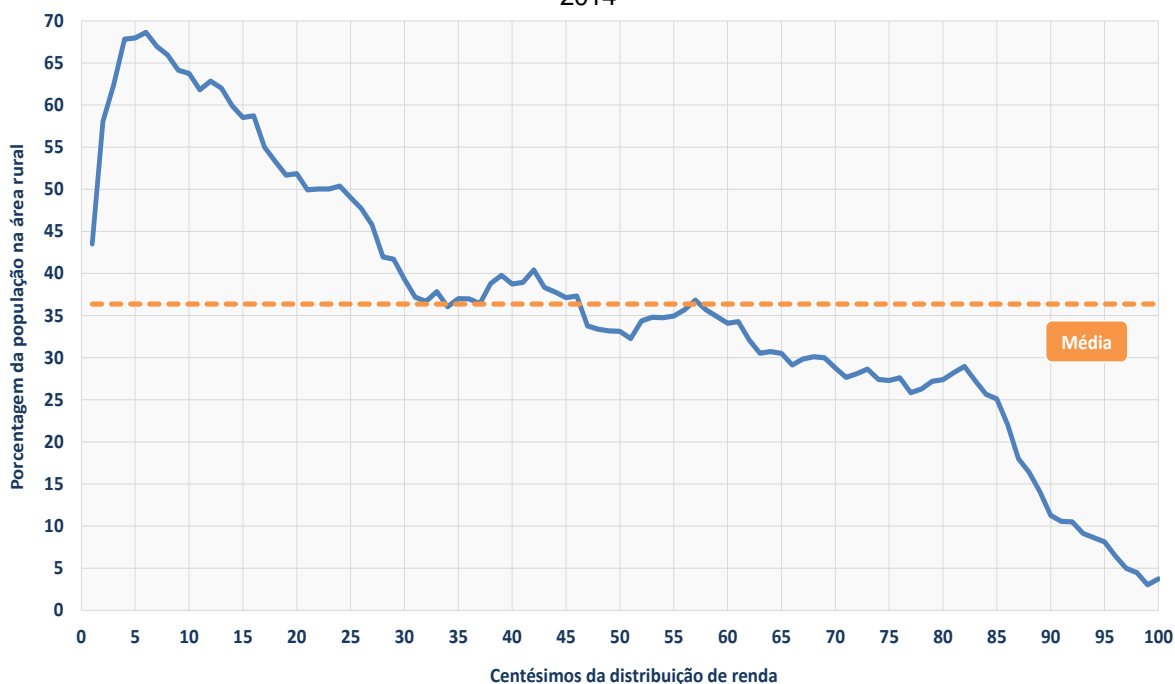
Gráfico 56 – Porcentagem da população extremamente pobre que vive na área rural, ano 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Uma forma clara de olharmos a sobre representação da população rural entre os mais pobres é estimarmos a porcentagem da população rural. Por exemplo, entre os 25% mais pobres e entre os 25% mais ricos da população no estado. A população rural do Piauí está sobre representada entre os 25% mais pobres no estado e sub representada entre os 25% mais ricos, conforme podemos observar no Gráfico 57.

Gráfico 57 – Porcentagem da população na área rural por centésimo da distribuição, Piauí, 2002 a 2014

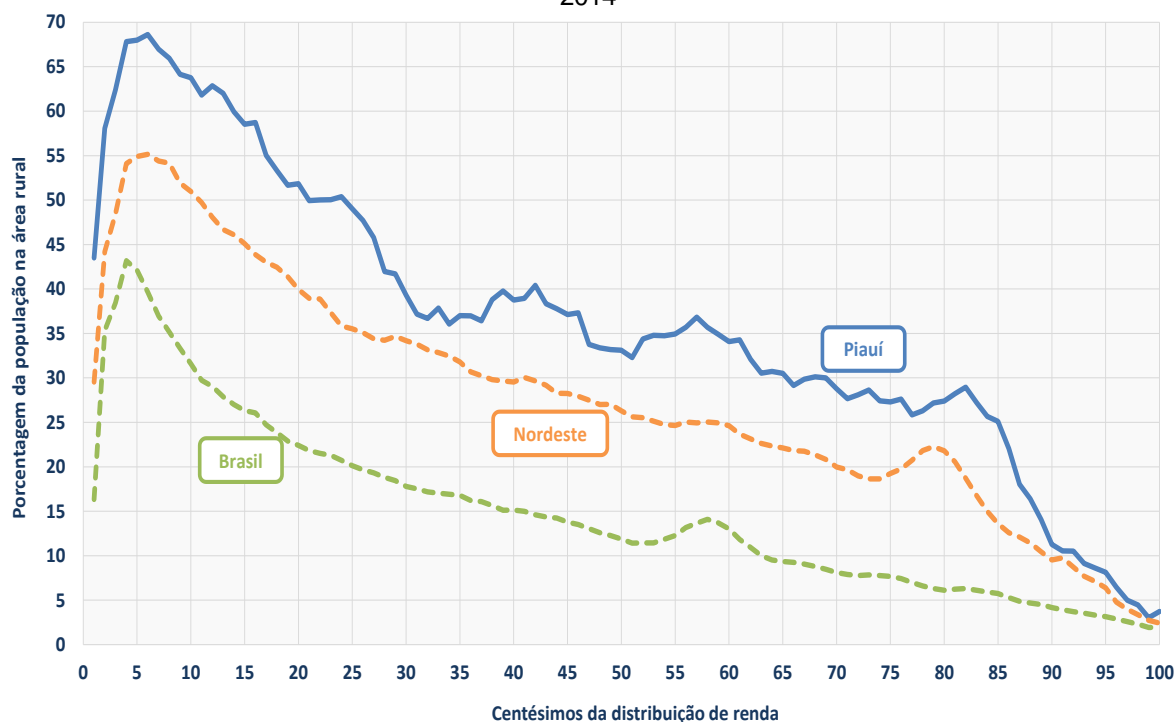


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Enquanto a população rural representa, como vimos antes, cerca de 33% da população total do estado, entre os 25% mais pobres cerca de 50% da população está na área rural, enquanto que entre os 25% mais ricos apenas 19% está na área rural. De fato, se a população rural estivesse igualmente distribuída, teríamos que crer, em particular, que 25% população rural estaria entre os 25% mais pobres. Mas, como a população rural está representada entre os mais pobres, temos cerca de 40% da população rural entre os 25% mais pobres. Entre os 25% mais ricos ocorre o oposto, deveríamos ter 25% da população rural, mas temos apenas 15%.

Essa não é uma característica particular do Piauí, conforme podemos observar no Gráfico 58. A população rural no Brasil e também na região Nordeste como um todo, está sobre representada entre os 25% mais pobres e sub representada entre os 25% mais ricos, embora os níveis sejam bem diferentes.

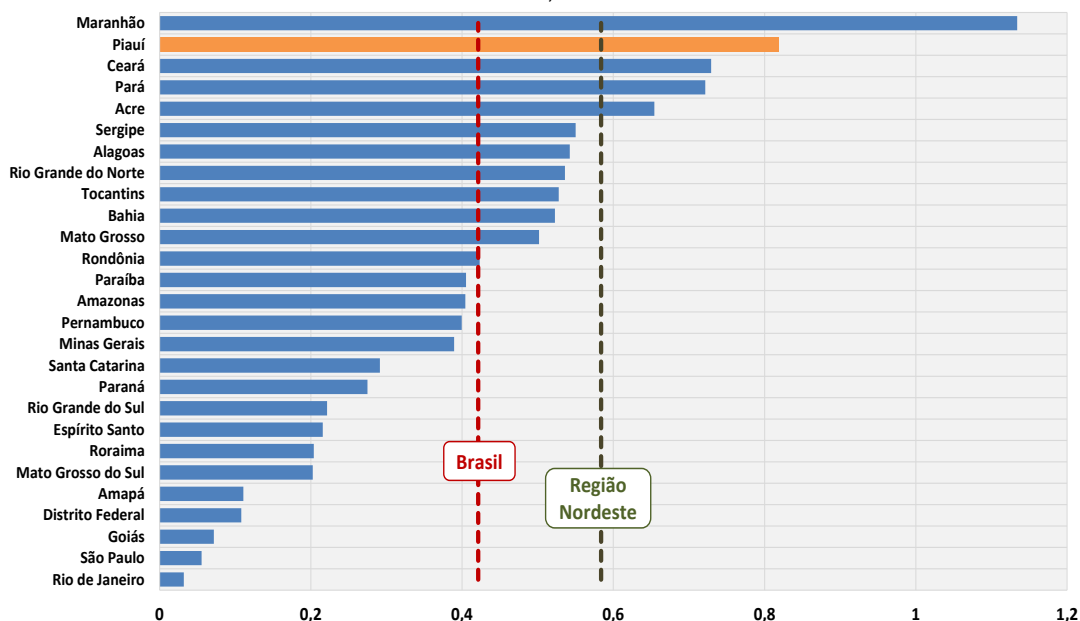
Gráfico 58 – Porcentagem da população na área rural por centésimo da distribuição, Piauí, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Em suma, o Piauí combina alguns fatores que fazem com que o olhar para a área rural seja tão importante. O estado tem uma parcela grande da população vivendo na área rural – 1/3 da população do estado encontra-se vivendo em áreas rurais. Além disso, a razão entre a incidência da pobreza rural e a incidência da pobreza urbana é particularmente elevada no estado, conforme podemos observar no Gráfico 59, só perdendo para o Maranhão (em 2002 o Piauí ocupava a primeira posição). Ou seja, no Piauí, a chance de ser pobre na área rural é muito mais alta do que na área urbana. Assim, porque 1/3 da população do estado vive na área rural e porque a pobreza na área rural é mais alta do que no estado como um todo, precisamos olhar com cuidado para a área rural.

Gráfico 59 – Razão entre a incidência da pobreza na área rural e a incidência da pobreza na área urbana, 2014

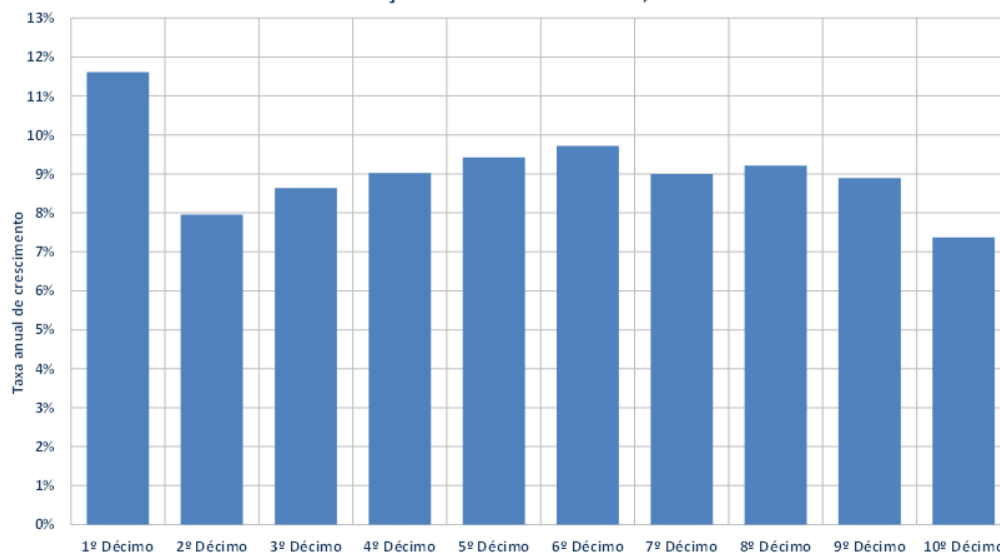


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

3.7.1 Crescimento da renda dos mais pobres

Ao longo do período analisado, ao contrário do que ocorreu na área urbana onde a renda dos mais pobres cresceu muito mais do que a renda dos mais ricos, na área rural apenas a renda dos 10% mais pobres cresceu acima da média, conforme mostra o Gráfico 60.

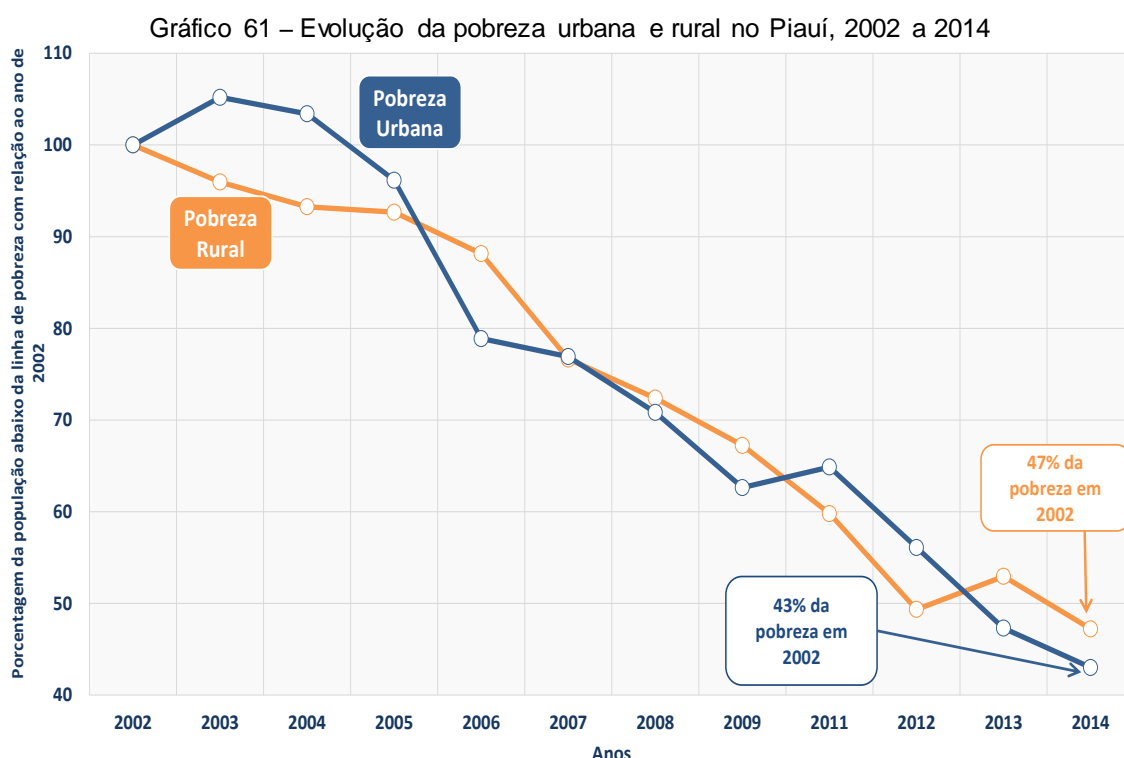
Gráfico 60 – Taxa anual de crescimento da renda familiar per capita por décimo da distribuição de renda, Piauí rural, 2002 a 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Entre 2002 e 2014 a renda dos 10% mais pobres cresceu a uma taxa de 11,6% ao ano, dos quais 10,5 pontos percentuais deveram-se às transferências de renda. Retirando-se os 10% mais pobres, a desigualdade na área rural praticamente não declinou, ao contrário do que ocorreu com a área urbana e no Piauí como um todo.

Portanto, onde o estado mais tem pobreza foi exatamente onde a desigualdade declinou menos. O resultado é que, a despeito do aumento acentuado das transferências de renda, a queda da pobreza na área rural, embora acentuada, foi menor do que na área urbana, conforme podemos observar no Gráfico 38.

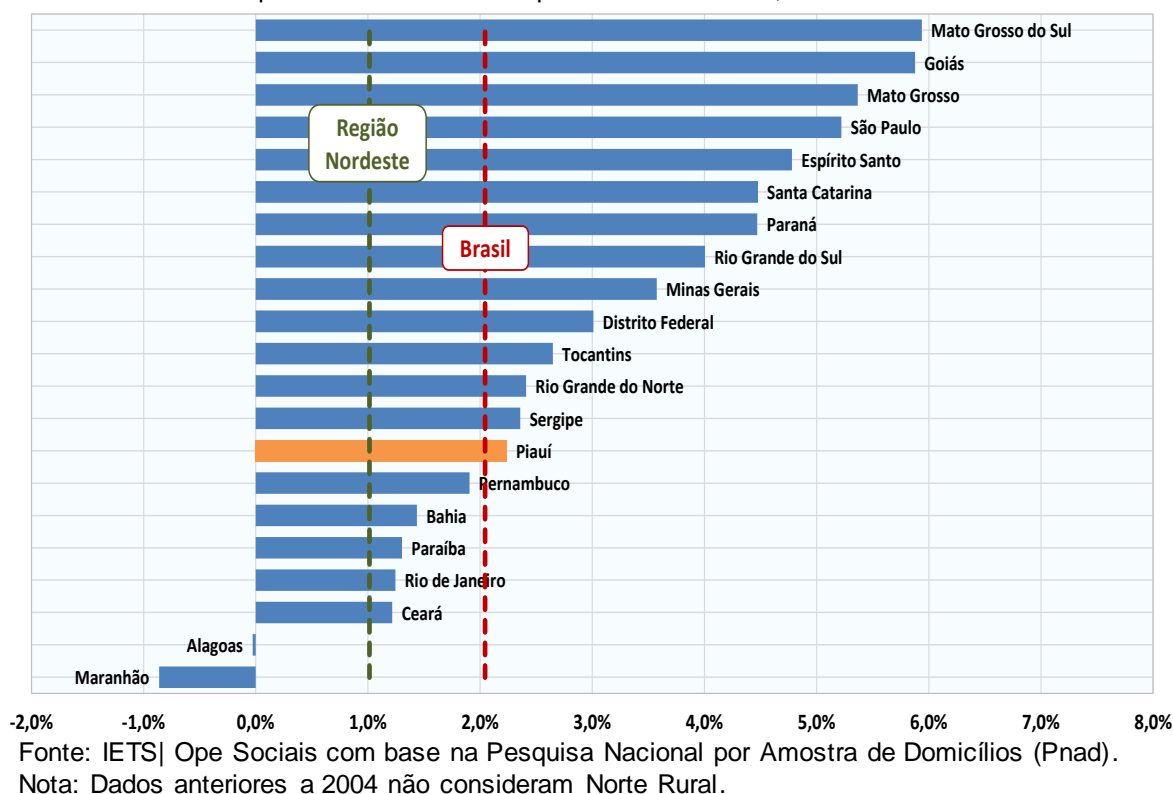


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Quando observamos o crescimento da renda familiar *per capita* dos 40% mais pobres no estado entre 2002 e 2014, notamos que este foi bastante elevado (8,5%) e similar nas áreas urbanas (7%) e rurais (9%). Contudo, ao contrário da área urbana, onde uma porcentagem expressiva do aumento na renda dos 40% mais pobres resultou de aumentos na renda derivada do trabalho, na área rural uma porcentagem bem menor do crescimento na renda *per capita* resultou de aumentos na renda derivada do trabalho.

A contribuição da renda derivada do trabalho para o crescimento na renda familiar *per capita* na área rural do estado foi de apenas 2,2%, muito próxima à média brasileira de 2% e cerca do dobro da média da região Nordeste, conforme mostra o Gráfico 62. Portanto, a inclusão produtiva foi claramente muito mais importante e efetiva na área urbana do que na área rural.

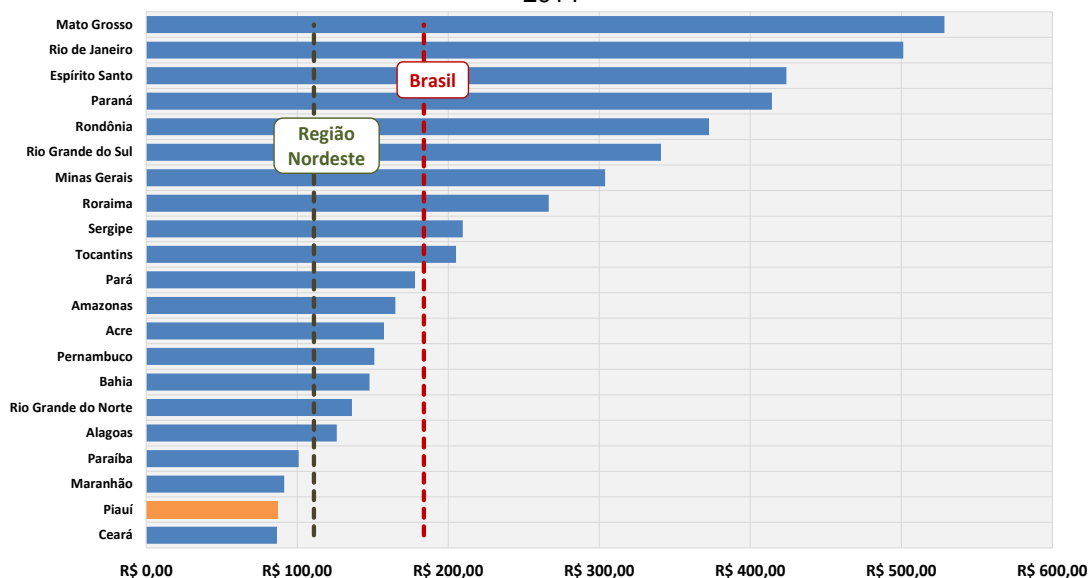
Gráfico 62 – Contribuição da renda derivada do trabalho para a taxa de crescimento da renda per capita entre os 40% mais pobres na área rural, 2002 a 2014



3.7.2 Remuneração dos mais pobres

Embora a medida da dificuldade da inclusão produtiva deve-se a baixa remuneração do trabalhador agrícola entre os 40% mais pobres na área rural, conforme podemos observar no Gráfico 63. Em 2014 a remuneração média desse trabalhador era de apenas R\$ 87, mais de duas vezes menor que a média brasileira para o mesmo grupo, e cerca de 22% menor que a média para o Nordeste.

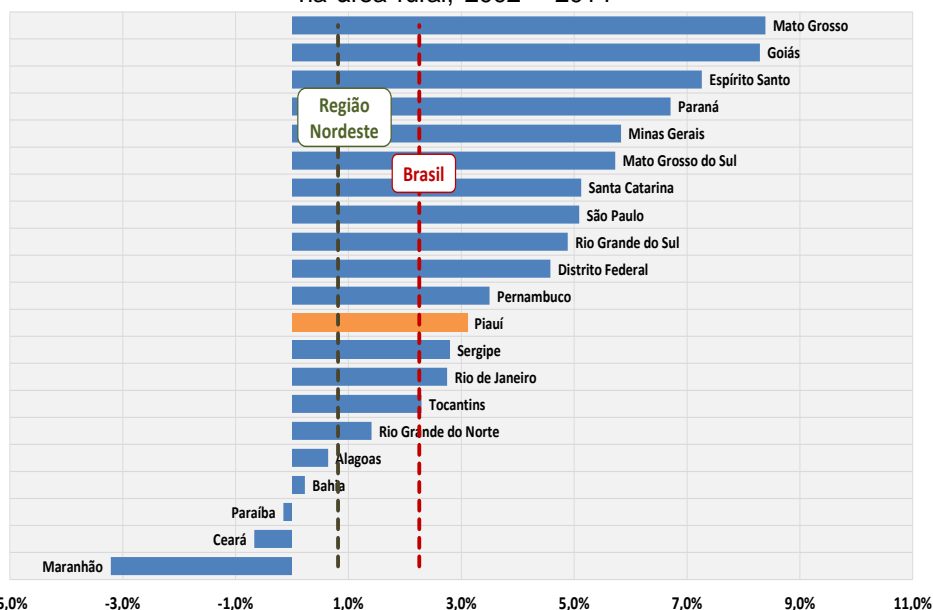
Gráfico 63 – Remuneração média do trabalhador agrícola entre os 40% mais pobres na área rural, 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Além de muito baixa, a remuneração desses trabalhadores agrícolas também não cresceu muito ao longo do período analisado. De fato, o Piauí foi uma das unidades da federação onde a remuneração desse grupo menos cresceu, como podemos observar no Gráfico 64. A taxa de crescimento média da remuneração desses trabalhadores agrícolas foi de 3,5% ao ano, apenas ligeiramente maior que a média brasileira para esse grupo que foi de 2,3%, a média da região Nordeste que foi de apenas 0,8%.

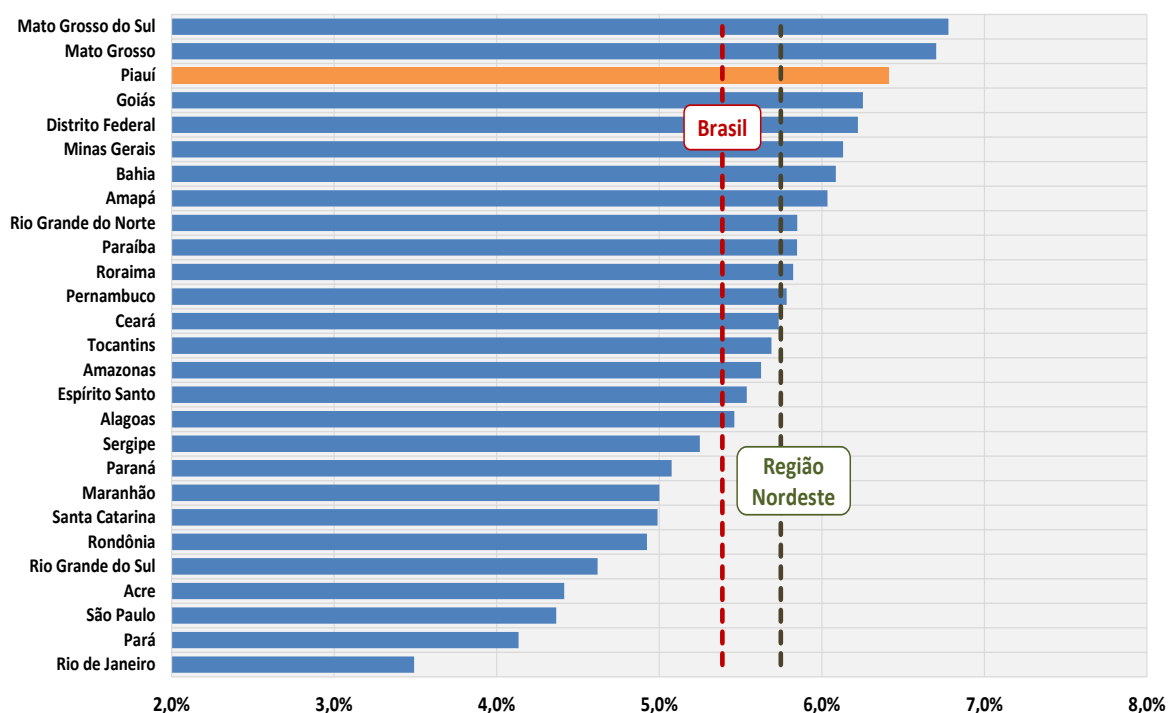
Gráfico 64 – Taxa de crescimento da remuneração do trabalhador agrícola entre os 40% mais pobres na área rural, 2002 – 2014



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Em suma, claramente a baixa remuneração do trabalhador agrícola entre os 40% mais pobres representa um entrave para a inclusão produtiva na área rural. Quando observamos o crescimento da remuneração tanto dos ocupados entre os 40% mais pobres nas áreas urbanas, ou mesmo dos trabalhadores não agrícolas entre os 40% mais pobres nas áreas rurais, este foi muito mais elevado, conforme podemos observar nos Gráficos 65 e 66.

Gráfico 65 – Taxa de crescimento da remuneração do trabalho per capita dos 40% mais pobres na área urbana, 2002 a 2014

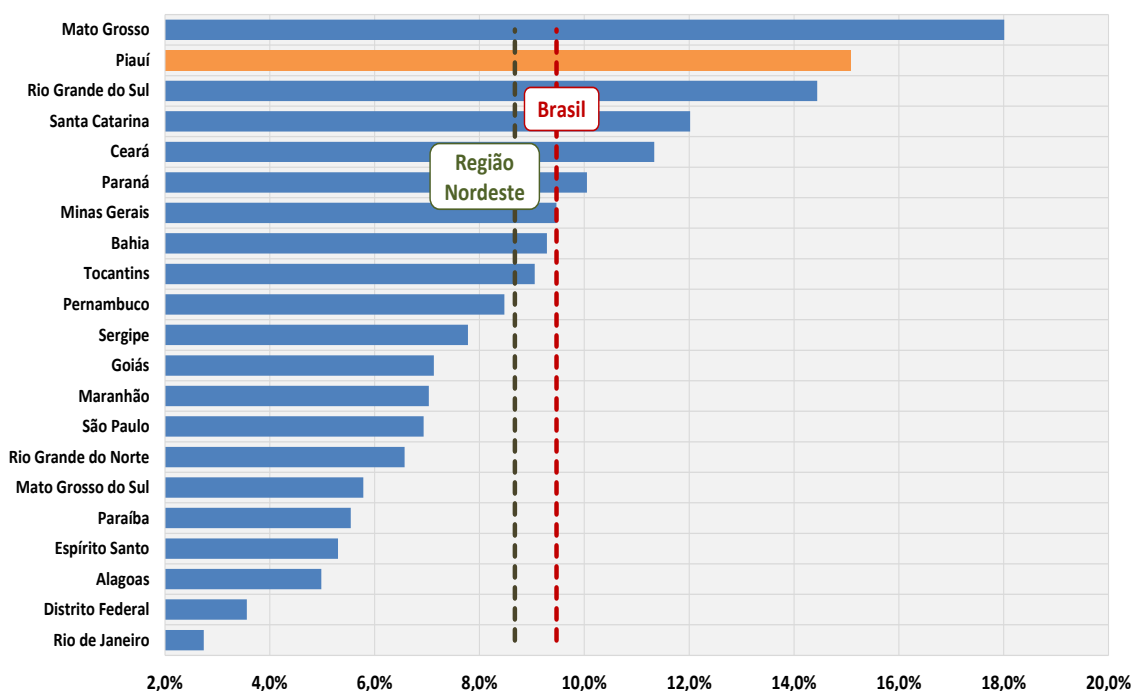


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A taxa de crescimento da remuneração do trabalho dos 40% mais pobres na área urbana no Piauí foi de 6,5%, mais do dobro da taxa observada na área rural e essa taxa de crescimento no estado foi a terceira maior do país, acima da média brasileira (5,4%) e da média da região Nordeste (5,8%).

Já a taxa de crescimento da remuneração do trabalho não agrícola dos 40% mais pobres na área urbana no Piauí foi de 15%, quase o dobro das taxas observadas para a região Nordeste (8,7%) e para Brasil (9,4%). Foi a segunda maior taxa de crescimento no período como mostra o Gráfico 66, só perdendo para o Mato Grosso.

Gráfico 66 – Taxa de crescimento da renda do trabalho não agrícola per capita dos 40% mais pobres na área rural, 2002 a 2014



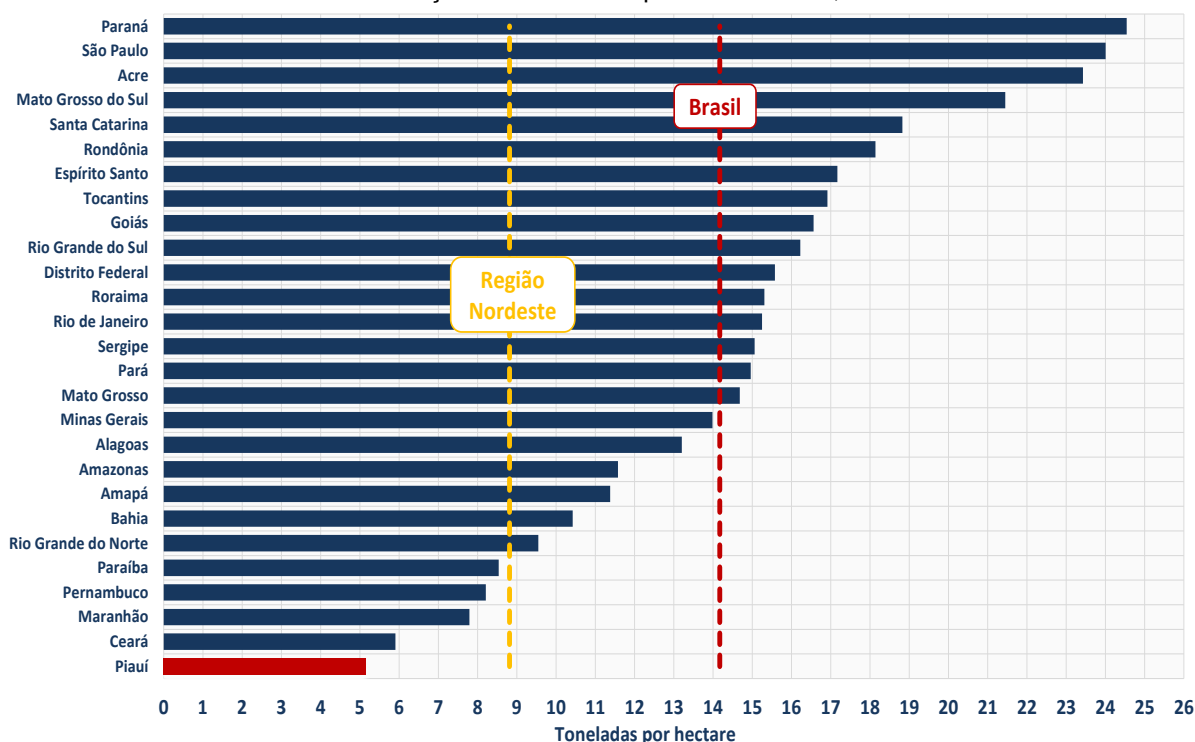
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

3.7.3 Produtividade agrícola

A baixa remuneração e o crescimento lento da remuneração do trabalhador agrícola no Piauí decorrem da baixa produtividade dos produtos mais tradicionais do estado na agricultura familiar, como a mandioca, o arroz e o feijão.

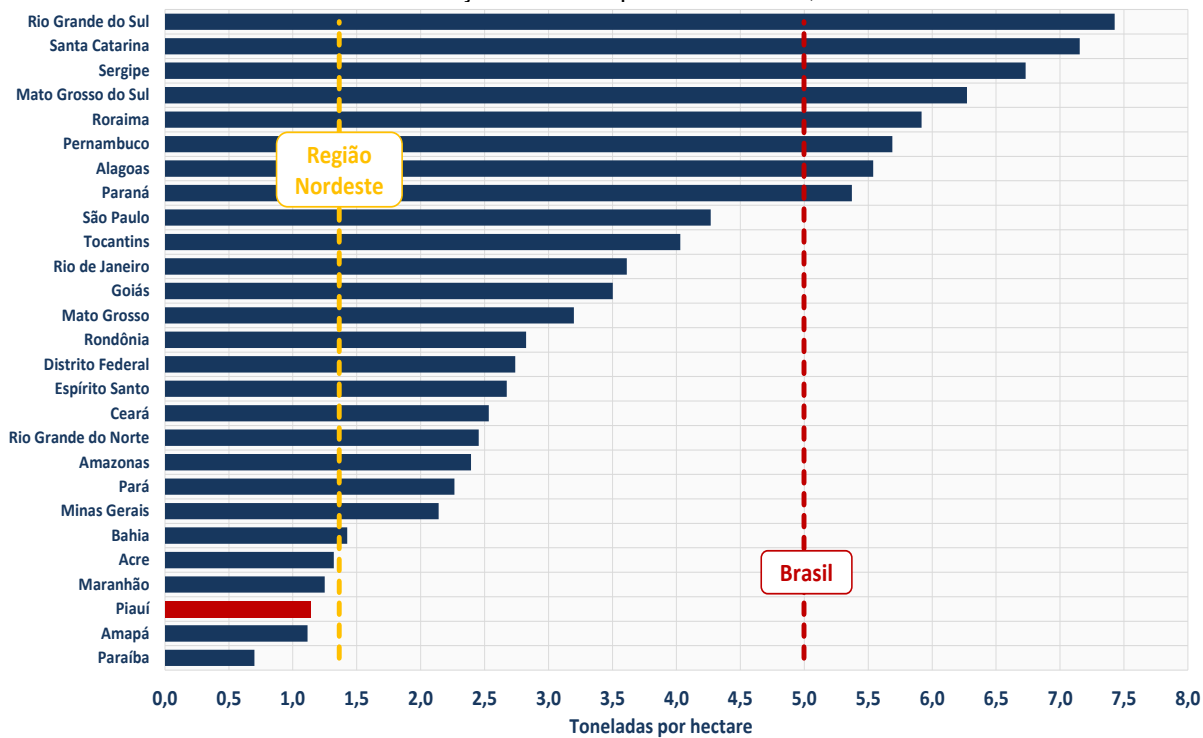
Conforme podemos observar nos Gráficos 67,68 e 69 o Piauí fica sempre entre as três piores unidades da federação com relação a produtividade física por hectare no cultivo desses três produtos tradicionais da agricultura familiar. Não apenas o nível da produtividade é muito baixo, mas também ao longo do período analisado, não houveram grandes mudanças, com o incremento sendo praticamente zero. Na verdade, no caso da mandioca houve mesmo uma redução na produção por hectare, conforme demonstrados pela Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2012 a 2014.

Gráfico 67 – Produção de mandioca por área colhida, 2012 a 2014

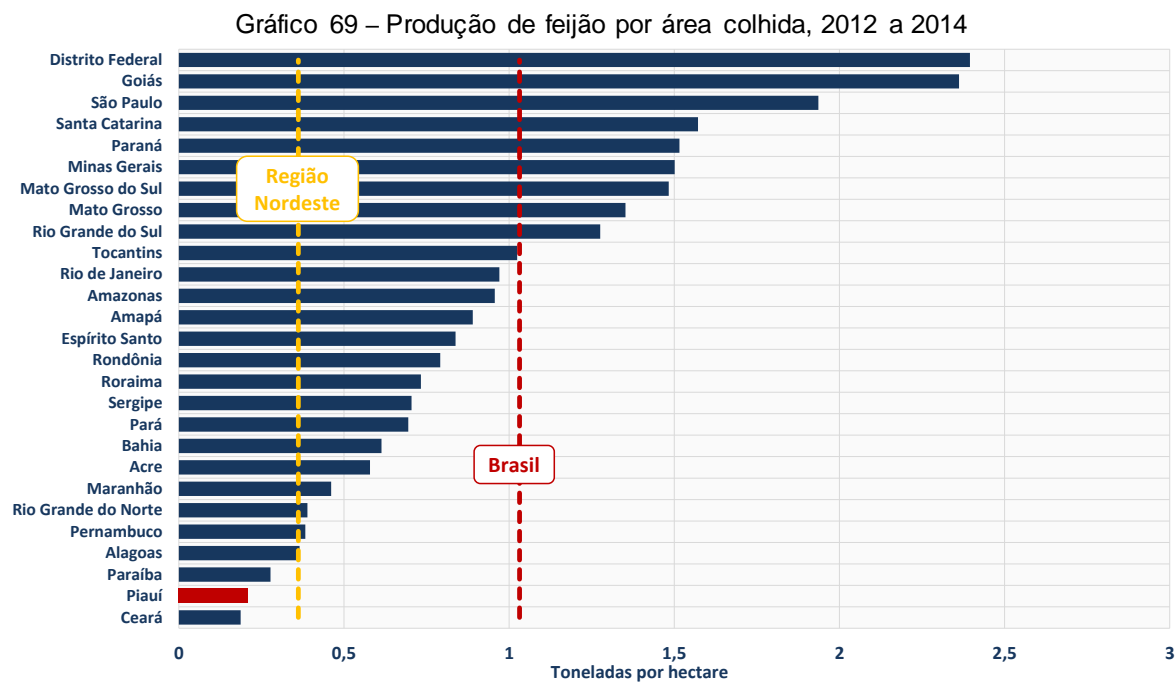


Fonte: IETS | Ope Sociais com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM).

Gráfico 68 – Produção de arroz por área colhida, 2012 a 2014



Fonte: IETS | Ope Sociais com base nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM).



3.8 Propostas de ações e reflexões da situação atual no Piauí

Como vimos, para o sucesso de uma inclusão produtiva é necessário que oportunidades produtivas de boa qualidade existam e estejam disponíveis para o trabalhador. Essas oportunidades, no entanto, não precisam necessariamente ser novas. O sucesso da inclusão produtiva não é determinado exclusivamente pelo surgimento ou criação de novas oportunidades, mas pela qualidade das oportunidades disponíveis, sejam elas novas ou já existentes.

Não basta, no entanto, ampla disponibilidade de oportunidades de boa qualidade. Para uma inclusão produtiva bem-sucedida, também é necessário garantir aos mais pobres o efetivo acesso a essas oportunidades, e que decorre de quatro condições. Primeiro é preciso que os trabalhadores tenham conhecimento da existência das oportunidades disponíveis (saibam onde estão as portas de saída). Novos postos de trabalho só reduzem o desemprego quando os trabalhadores sabem onde esses novos postos de trabalho se encontram. Segundo, eles devem estar adequadamente preparados (ter as habilidades necessárias) para efetivamente aproveitarem as oportunidades disponíveis.

Em muitos casos, o descasamento entre as competências e habilidades da força de trabalho, e as requeridas pelos postos de trabalhos disponíveis, podem ser a

principal razão para elevadas taxas de desemprego. Terceiro, para que haja efetivo acesso, não podem haver barreiras artificiais (tipicamente decorrentes da discriminação e de outras formas de exclusão social) que os impeçam de aproveitar as oportunidades disponíveis (livre acesso às portas de saída). Quarto, para que possam aproveitar integralmente as oportunidades disponíveis, os trabalhadores precisam que lhes sejam garantidas condições mínimas como por exemplo, renda mínima, transporte e alimentação subsidiados.

Além disso, é também imprescindível que, com seu esforço e tenacidade, as famílias pobres aproveitem plenamente essas oportunidades (efetiva utilização das portas de saída). Para serem efetivas, as oportunidades requerem protagonismo, esforço e perseverança, sem o que não é possível alcançar sucesso na inclusão produtiva.

3.8.1 Setor público e privado devem contribuir para a inclusão produtiva dos mais pobres

A promoção da inclusão produtiva, entretanto, não é e nem poderia ser, exclusividade do setor público. Idealmente, tanto o setor público como o privado devem contribuir o máximo possível. Mas, o fato de que tanto o setor público como o privado devem contribuir não significa que devam fazê-lo da mesma forma. Ao contrário, idealmente deveria haver considerável especialização na intervenção de cada um dos setores. Tipicamente, a principal contribuição do setor privado ocorre na geração de novas oportunidades produtivas e na melhoria da qualidade daquelas já existentes.

Embora o setor público também possa contribuir para a geração e a melhoria na qualidade das oportunidades produtivas para os trabalhadores mais pobres, seu papel fundamental é proporcionar a tais trabalhadores acesso efetivo para que aproveitem integralmente as oportunidades disponíveis. Assim, cabe às políticas públicas informar aos trabalhadores sobre as oportunidades disponíveis, assegurar-lhes a aquisição da formação e das habilidades requeridas (programas de qualificação e certificação profissional), garantir que não existam barreiras que os impeçam de aproveitá-las (políticas antidiscriminação) e garantir-lhes condições mínimas

(transferências de renda, acesso a transporte e alimentação subsidiados) que permitam adquirir e utilizar de forma produtiva essas habilidades.

Para um trabalhador pobre o que de fato importa é que existam oportunidades produtivas de boa qualidade em quantidade (que existam portas de saída) e que ele tenha pleno acesso a essas oportunidades. O que importa é obter a maior contribuição possível de todos os setores e por conseguinte, a maior redução possível na pobreza. É pouco relevante qual dos setores contribuiu mais.

3.8.2 As ações dos setores público e privado devem se complementar

A geração de novas oportunidades produtivas de qualidade e a melhoria daquelas já existentes não devem ser vistas como ações exclusivas do setor privado. As políticas públicas também podem e devem contribuir. Embora essa contribuição possa ocorrer em todas as comunidades, ela deveria ser preferencialmente direcionada às comunidades em que oportunidades produtivas de qualidade são mais escassas. Nessas comunidades é recomendável que o setor público promova, na medida do possível, em parceria com o setor privado, a dinamização da economia local.

A participação do setor público na geração de novas oportunidades de qualidade e na melhoria das já existentes pode ocorrer de três formas complementares: *i)* pelo uso do gasto público diretamente na geração de emprego local (por exemplo, utilizando trabalhadores pobres locais nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ou direcionando a compra de instituições públicas e filantrópicas (escolas, hospitais etc.) para a produção local, como é feito no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA); *ii)* pela utilização da capacidade do setor público de fiscalizar e promover acordos entre empresários e trabalhadores que resultem em melhorias na qualidade dos postos de trabalho oferecidos (exemplos bem-sucedidos desta estratégia são a melhoria das condições de trabalho na produção da cana de açúcar e o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil); e *iii)* a oferta subsidiada de serviços produtivos que visam à valorização da produção e à efetiva dinamização da economia local (apoio a arranjos produtivos locais, economia solidária etc.).

3.8.3 As políticas públicas devem garantir aos mais pobres acesso às oportunidades produtivas disponíveis

É indiscutível que a contribuição primordial das políticas públicas para a inclusão produtiva deva ser a garantia de pleno acesso dos trabalhadores mais pobres às oportunidades produtivas localmente disponíveis. Embora as políticas públicas também possam ser eficazes na criação de novas oportunidades de boa qualidade (criação de portas de saída), é na garantia do pleno acesso a essas oportunidades (acesso efetivo às portas de saída) que o papel do Estado realmente se destaca. Nesse sentido, existe grande complementaridade entre os papéis dos setores público e privado.

Quanto mais a economia e os mercados se mostram capazes de gerar boas oportunidades produtivas dirigidas aos mais pobres, mais os programas públicos podem se concentrar em: *i)* informar sobre as oportunidades localmente disponíveis; *ii)* preparar, formar, instrumentalizar e levantar barreiras (discriminação); e *iii)* garantir condições mínimas aos trabalhadores mais pobres para que eles possam aproveitar plenamente as oportunidades disponíveis. Em cada caso, entretanto, não existem instrumentos únicos, com a política pública buscando garantir cada uma dessas precondições por meio de uma variedade de intervenções.

4 NÍVEL E EVOLUÇÃO RECENTE DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ E DESAFIOS PARA 2022

A Constituição Brasileira (Brasil,1998), assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) e uma variedade de outros compromissos e aspectos da legislação nacional e internacional, apresenta a educação como um componente essencial dos direitos humanos mais básicos. Embora todos os direitos humanos sejam igualmente importantes e inalienáveis, o direito à educação desempenha reconhecidamente um papel central, já que permite que cada pessoa conheça, acesse e goze de seus (demais) direitos. Em função disso, a garantia do direito à educação é muitas vezes vista como uma condição necessária à garantia de outros direitos. A educação funciona como porta de entrada para o acesso aos direitos humanos.

Tanto a Constituição Brasileira como a Declaração Universal dos Direitos Humanos veem o direito à educação como o direito ao pleno desenvolvimento humano e a escola como sendo o instrumento que oferece, por excelência, as oportunidades necessárias para que este pleno desenvolvimento possa ocorrer.

Art. 205: [...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” [...] (BRASIL, 1988).

Art. 26, Inciso 2: [...] A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. [...] A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz [...] (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

O direito à educação deve ser interpretado, portanto, como o direito ao pleno desenvolvimento, em contraste com o mero direito de acesso a uma vaga em uma escola. E o objetivo de qualquer avaliação da educação deve, em última instância, ser sempre a verificação da plena e efetiva garantia do direito à educação a cada uma das crianças, adolescentes e jovens do país. Por isso, é indispensável que se mensure os resultados educacionais relacionados ao acesso à escola, à permanência, ao

progresso escolar e também aqueles ligados à proficiência nas mais diversas disciplinas e ao desenvolvimento das competências para a vida.

Neste capítulo, avaliamos as dimensões essenciais do direito à educação: acesso e permanência à escola, progresso e aprendizado dos estudantes. O desenvolvimento das chamadas competências para a vida não será incluído na análise. Embora essas competências venham ganhando destaque nos sistemas educacionais do Brasil e do mundo, em especial pelo estabelecimento do desenvolvimento de competências gerais dos estudantes, como objetivo da educação na Base Nacional Curricular Comum, ainda não há disponibilidade desse tipo de resultado nas bases populacionais de representatividade nacional.

Assim, considerando as dimensões fundamentais tratadas nesta avaliação, verificamos: os níveis atuais alcançados pelo Estado do Piauí, bem como sua posição em relação ao Nordeste e ao Brasil; a projeção dos níveis do Estado do Piauí para o ano de 2022 e sua posição em relação ao Nordeste e ao Brasil, considerando a tendência de crescimento histórica observada pelos estados brasileiros na última década; o progresso observado nos últimos 10 anos; onde o Estado do Piauí desponta nas lideranças nacional e regional; onde o Piauí precisa manter os níveis de desenvolvimento já alcançados; onde ainda precisa se desenvolver, mas pode manter seu ritmo de crescimento histórico; e onde precisa acelerar seu crescimento.

Nos casos em que a tendência histórica dos últimos anos for insuficiente para levar o Estado a níveis satisfatórios de desenvolvimento em 2022, são propostas metas de crescimento mais arrojadas, tendo como referência as médias de crescimento históricas alcançadas pelos estados vizinhos ao Piauí que mais progrediram.

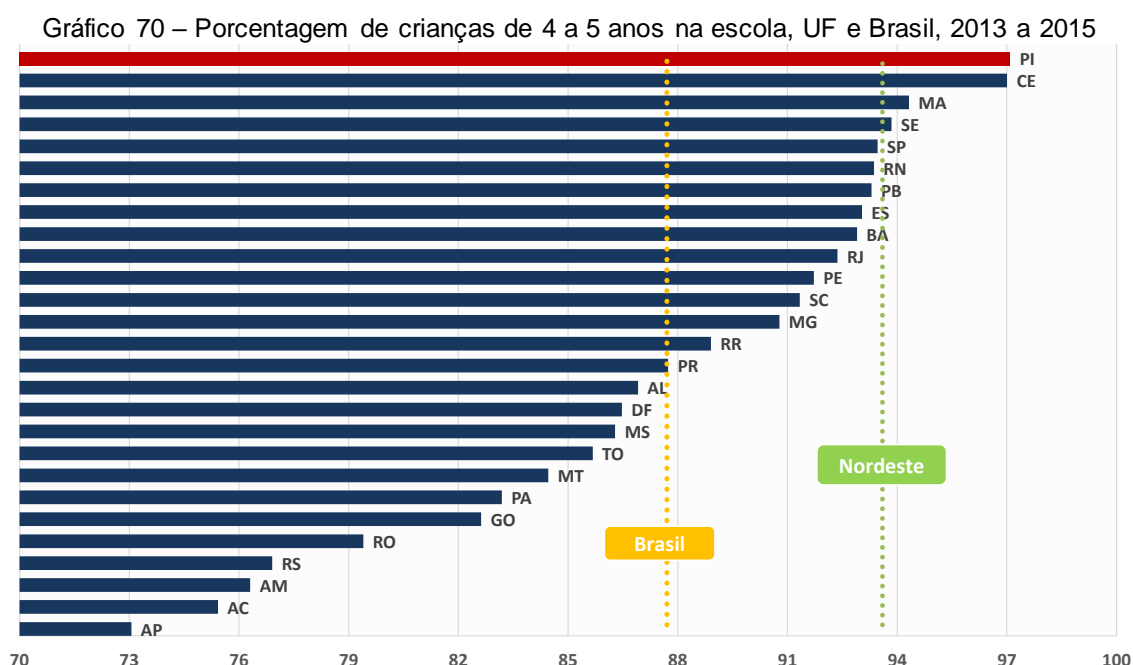
4.1 Acesso à educação e permanência: o Piauí desponta

Como já se argumentou, o Piauí se destaca pelos níveis alcançados na dimensão de universalização da Educação Básica. No entanto, o desempenho do Piauí não é homogêneo considerando diferentes faixas de idade dos estudantes. No

caso dos estudantes adolescentes (15 a 17 anos), o nível absoluto alcançado pelo Estado ainda tem bastante espaço para melhorar.

4.1.1 Educação Infantil

Em termos da importante universalização do acesso à escola nas idades mais novas, o estado do Piauí desponta na liderança absoluta regional e nacional, alcançando o excelente nível de cobertura de 97% das crianças de 4 a 5 anos na escola, como mostra o Gráfico 70.



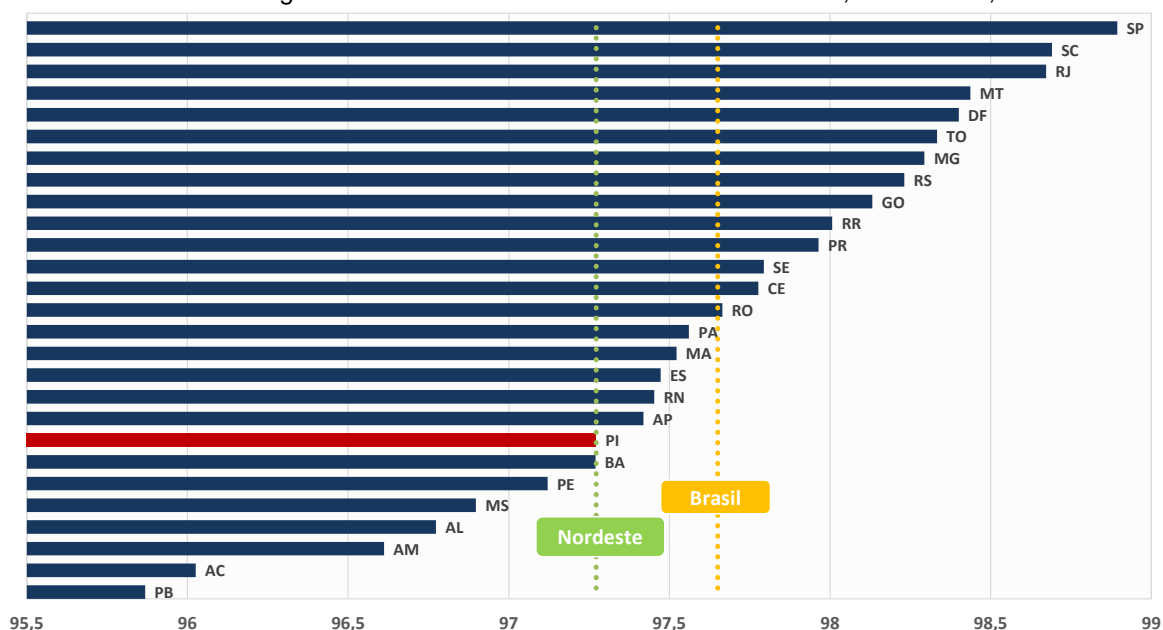
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O mais surpreendente é que, dez anos antes, o Piauí apresentava cobertura de 76% das crianças em idade infantil na escola. Ou seja, o estado apresentou um progresso de fantásticos 22 pontos percentuais em apenas uma década.

4.1.2 Ensino fundamental

Embora o Piauí esteja abaixo das lideranças regional e nacional, o estado apresenta nível de desenvolvimento muito elevado no que diz respeito à universalização do ensino fundamental, com 97% de seus adolescentes de 10 a 14 anos na escola, conforme Gráfico 71.

Gráfico 71 – Porcentagem de adolescente de 10 a 14 anos na escola, UF e Brasil, 2013 – 2015



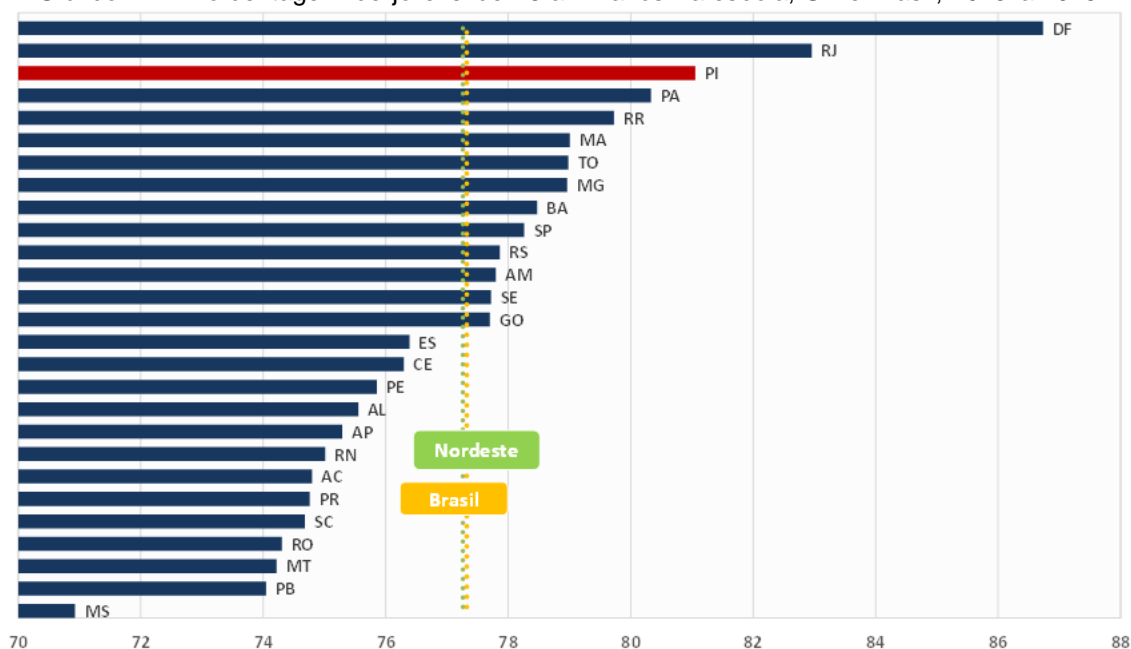
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Comparando o resultado alcançado nessa faixa etária com aquele observado para a Educação Infantil (97% de cobertura), percebe-se que o Piauí vem com sucesso conseguindo incluir e manter os jovens na escola em sua transição da infância para a juventude.

4.1.3 Ensino médio

No caso da universalização do acesso à escola de jovens e adolescentes em idade de frequentar o ensino médio (15 a 17 anos), o Piauí desponta francamente das médias regional e nacional, ocupando a 3ª melhor posição do País, conforme mostra o Gráfico 72.

Gráfico 72 – Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola, UF e Brasil, 2013 a 2015



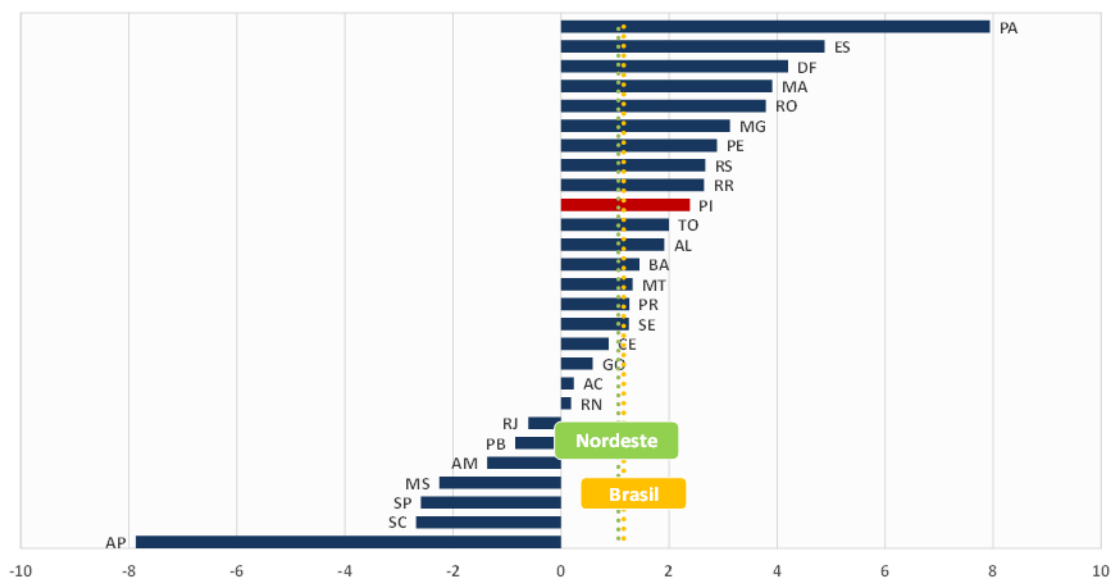
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A despeito da liderança do Estado neste quesito, verificamos que o nível de universalização alcançado pelo Piauí ainda está consideravelmente abaixo do aceitável, 81% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola. Ou seja, são quase 20% desses jovens piauienses nessa faixa etária, encontram-se fora da escola, quando ainda não completaram a educação básica.

O contraste deste resultado com os observados nas idades mais jovens revela uma dificuldade do Estado de manter os estudantes na escola ao longo de toda a Educação Básica, sobretudo na sua transição para o Ensino Médio. De fato, enquanto a cobertura de jovens na escola com idade entre 10 e 14 anos alcança mais de 97% (estando bem próxima da universalização), este número cai para 81% quando consideramos os jovens de 15 a 17 anos.

O fato de o Piauí ocupar uma das melhores posições no ranking nacional, mas ainda apresentar nível baixo, revela uma dificuldade brasileira em manter esses jovens na escola. A boa notícia é que, como mostra o Gráfico 73, o Estado apresentou nos últimos dez anos, progresso superior ao da região Nordeste e do Brasil como um todo. A velocidade média com que o Piauí aumentou a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola (progresso) foi cerca de 2,5 pontos percentuais ao ano.

Gráfico 73 – Progresso na porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola, UF e Brasil, últimos 10 anos



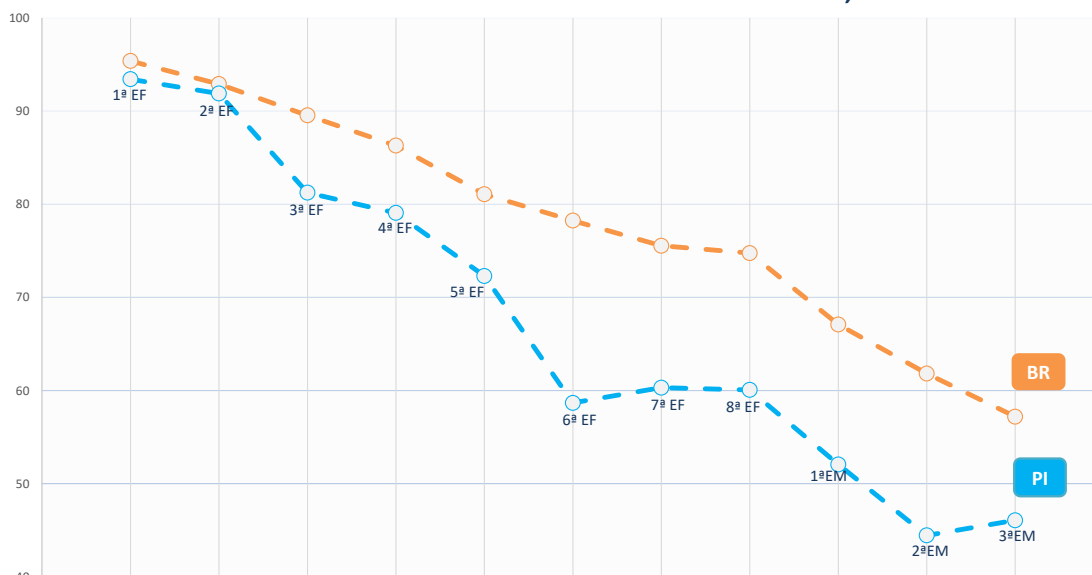
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Apesar da aparente dificuldade nacional em endereçar esse desafio, propõe-se como meta, que o Piauí dobre a sua média de crescimento observada nos últimos dez anos, de forma a alcançar um avanço ainda maior do que o apresentado pelo estado do Maranhão, estado do Nordeste que obteve maior avanço no período.

4.2 Progresso: o Piauí não desponta, mas encontra-se em melhora

O Piauí encontra-se abaixo da média do Brasil no que diz respeito ao progresso dos estudantes na idade adequada em todas as séries, como demonstrado pelo Gráfico 74.

Gráfico 74 – Porcentagem de crianças e adolescentes que chega a concluir cada série com no máximo um ano de atraso, Piauí e Brasil, anos 2013 a 2015

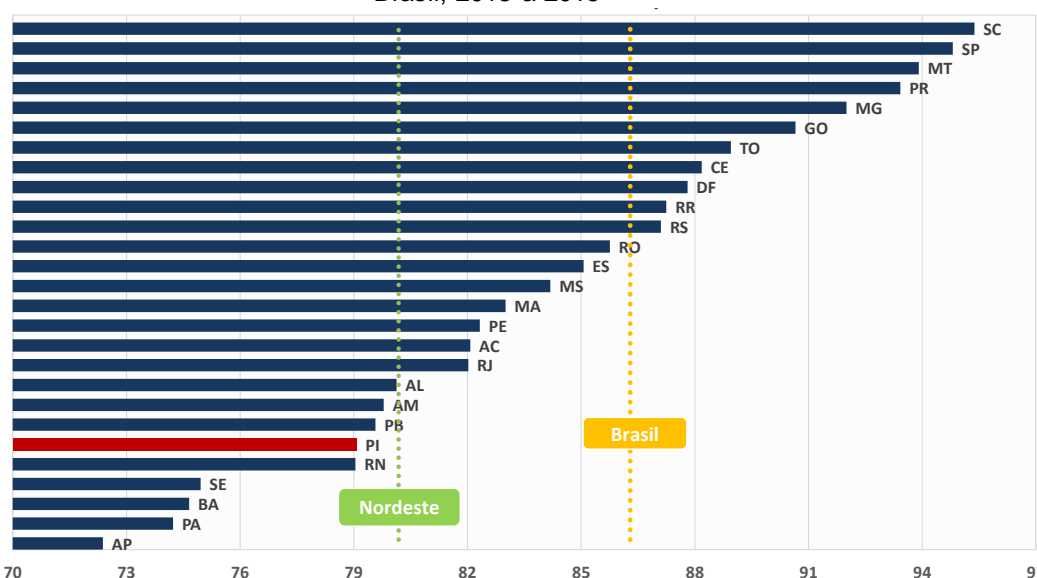


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

4.2.1 Ensino fundamental: anos iniciais

Como se pode observar no Gráfico 75, o Piauí ainda apresenta nível abaixo das médias nacionais e regionais em termos do progresso na idade correta dos estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental (Piauí é o 22º do ranking das Unidades da Federação).

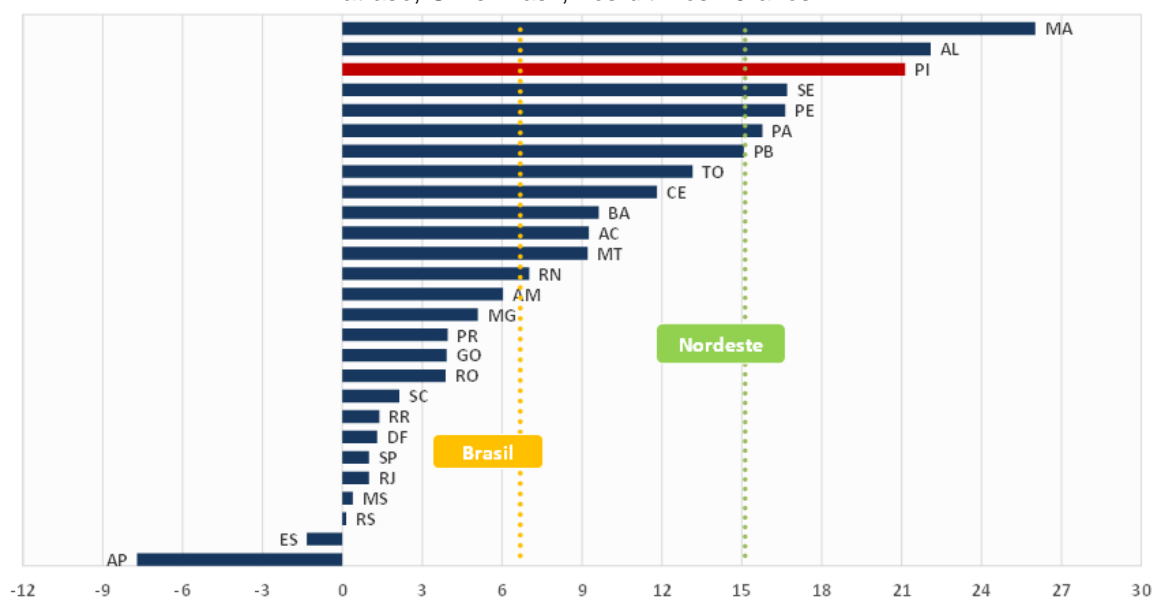
Gráfico 75 – Porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2013 a 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Apesar disso, como vemos no Gráfico 76 o Estado apresentou notável avanço na última década: o Piauí alcançou o 3º melhor crescimento do Brasil, equivalente a fantásticos 21 pontos percentuais no período.

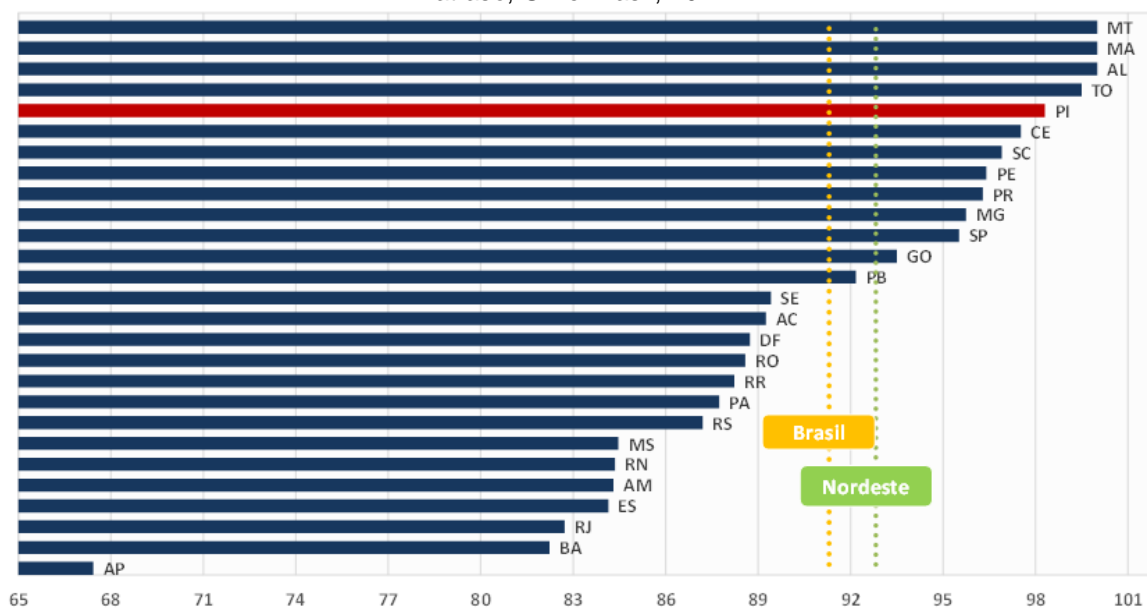
Gráfico 76 – Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, nos últimos 10 anos



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Mantida essa taxa de crescimento histórico dos últimos dez anos, o Piauí não apenas ultrapassará as médias regionais e nacionais, como também alcançará nível suficientemente elevado para esse indicador, conforme o Gráfico 77.

Gráfico 77 – Projeção da porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2022

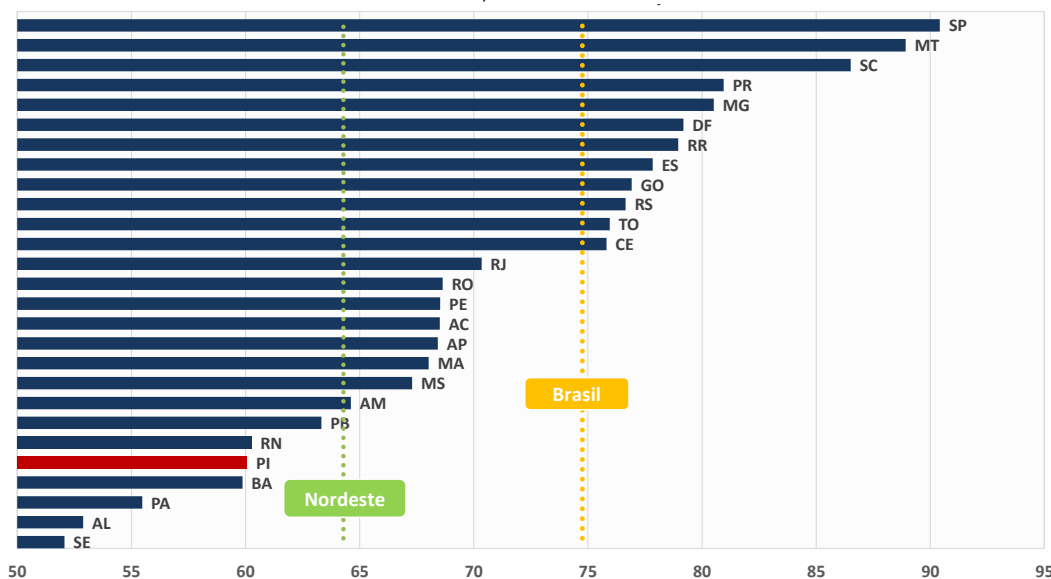


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

4.2.2 Ensino fundamental: anos finais

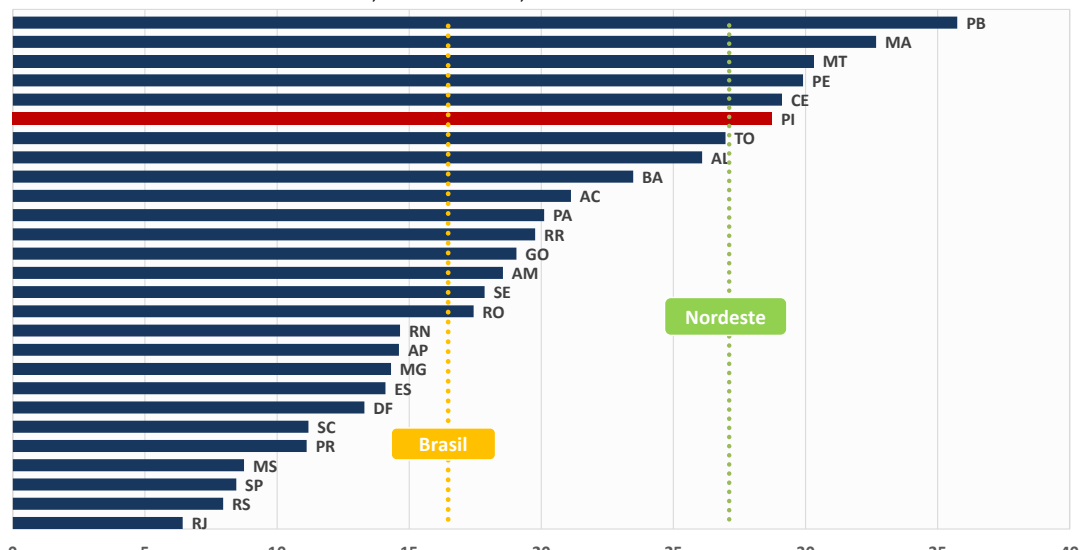
Embora o Piauí apresente nível abaixo da média nacional e regional, no que se refere ao progresso na idade adequada dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental (PI é 23º do ranking nacional, com 60% de conclusão do 9º ano com no máximo um ano de atraso, Gráfico 78), o avanço do Estado, neste indicador, nos últimos dez anos, não foi apenas muito alta em termos relativos (6º maior do Brasil, Gráfico 79a), mas também foi muito alta em níveis absolutos (28 pontos percentuais).

Gráfico 78 – Porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2013 a 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

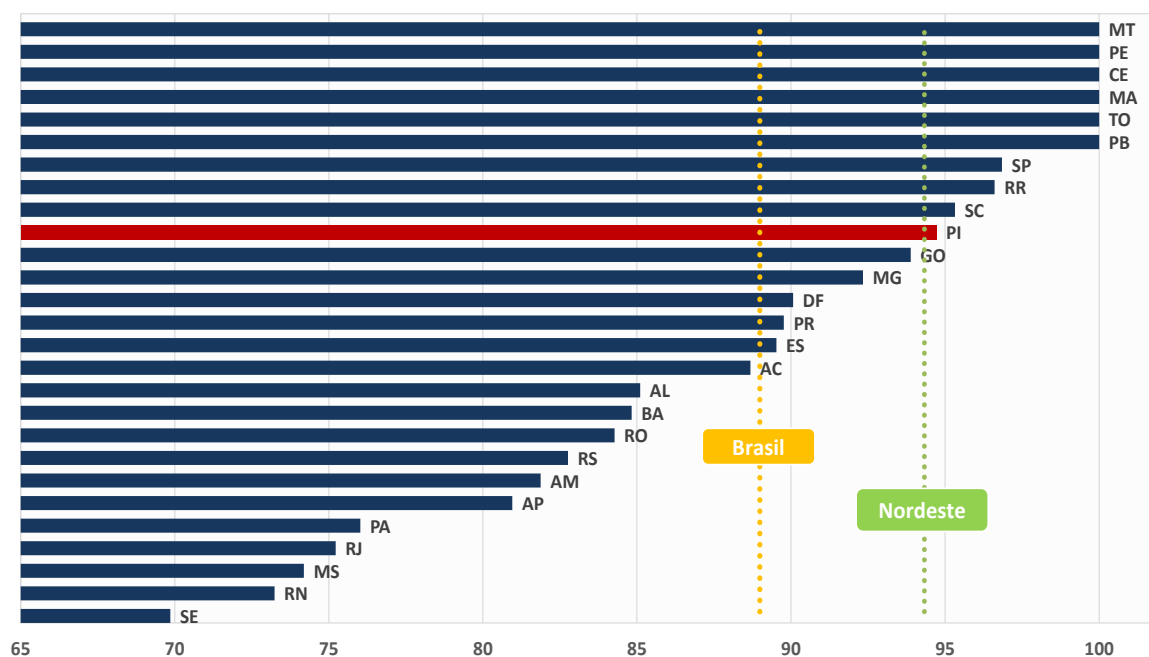
Gráfico 79 – Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, nos últimos 10 anos



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Mantida essa média de crescimento histórico da última década, o Piauí não apenas ultrapassará as médias regional e nacional, como alcançará nível suficientemente elevado para esse indicador no ano de 2022, conforme Gráfico 80.

Gráfico 80 – Projeção na porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2022

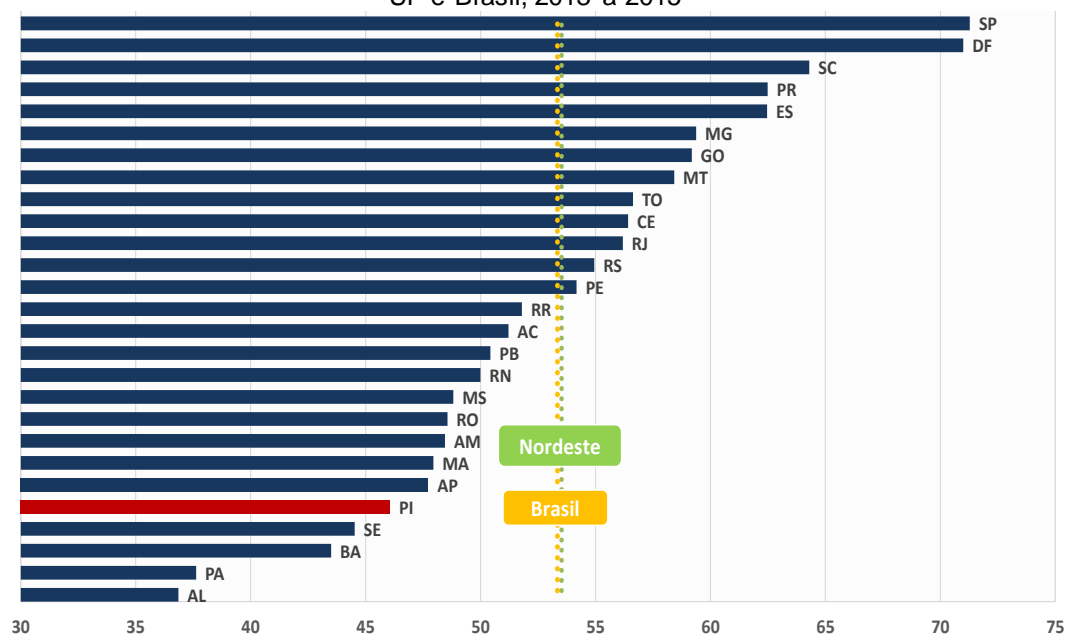


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

4.2.3 Ensino médio

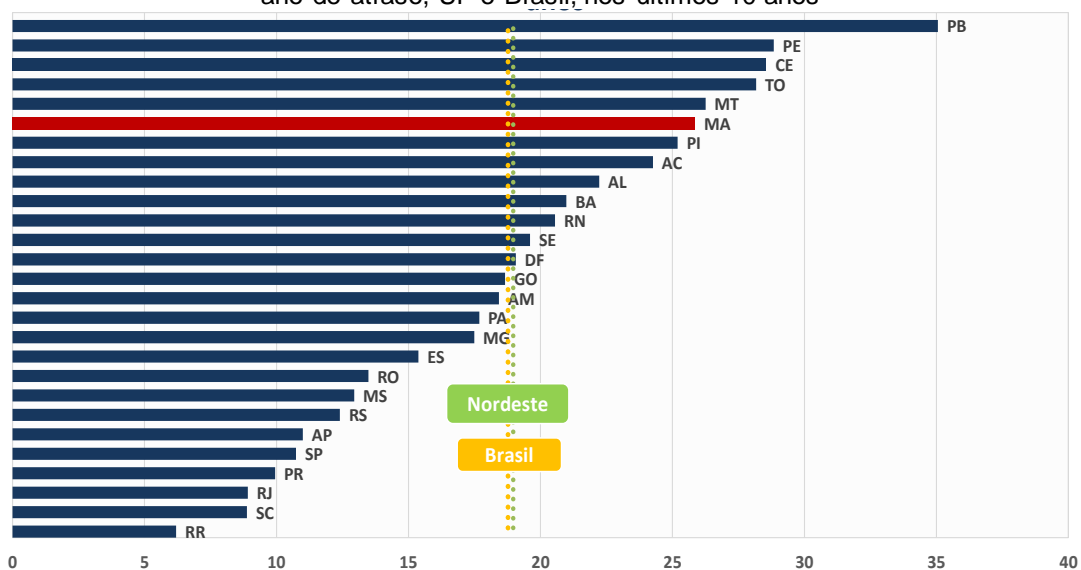
Embora o Piauí apresente nível abaixo das médias nacional e regional, no que se refere ao progresso na idade correta dos estudantes do ensino médio (PI é 23º do ranking, Gráfico 81), o seu avanço neste indicador nos últimos dez anos foi muito grande em termos relativos (7º maior crescimento do Brasil, Gráfico 82) e também em termos absolutos (25 pontos percentuais em dez anos).

Gráfico 81 – Porcentagem de alunos que concluiu o ensino médio com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2013 a 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

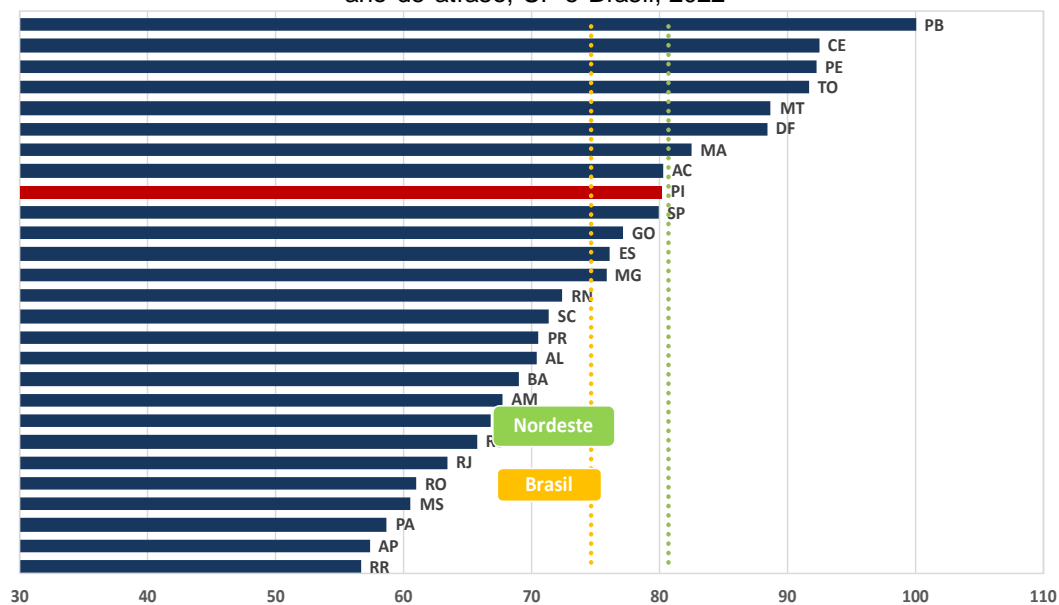
Gráfico 82 – Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o ensino médio com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, nos últimos 10 anos



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Mantendo essa tendência de crescimento histórico, embora o Piauí passe a alcançar as médias do Nordeste e do Brasil na projeção para o ano de 2022, o Estado ainda apresentará nível aquém do desejado, conforme mostra o Gráfico 83, com apenas 80% dos estudantes concluindo o médio na idade correta.

Gráfico 83 – Projeção na porcentagem de alunos que concluiu o ensino médio com no máximo um ano de atraso, UF e Brasil, 2022



4.3 Aprendizado dos estudantes: o Piauí precisa acelerar

No caso deste indicador, para atingir um nível mais próximo da erradicação do atraso escolar na conclusão do Ensino Médio, o Piauí precisa acelerar ainda mais o seu já fantástico crescimento histórico.

Dado que é muito difícil dobrar um crescimento que já é muito alto, propõe-se para o Piauí alcançar a média de crescimento do estado da Paraíba na última década, o que implica em aumentar a sua média histórica de crescimento em 40%.

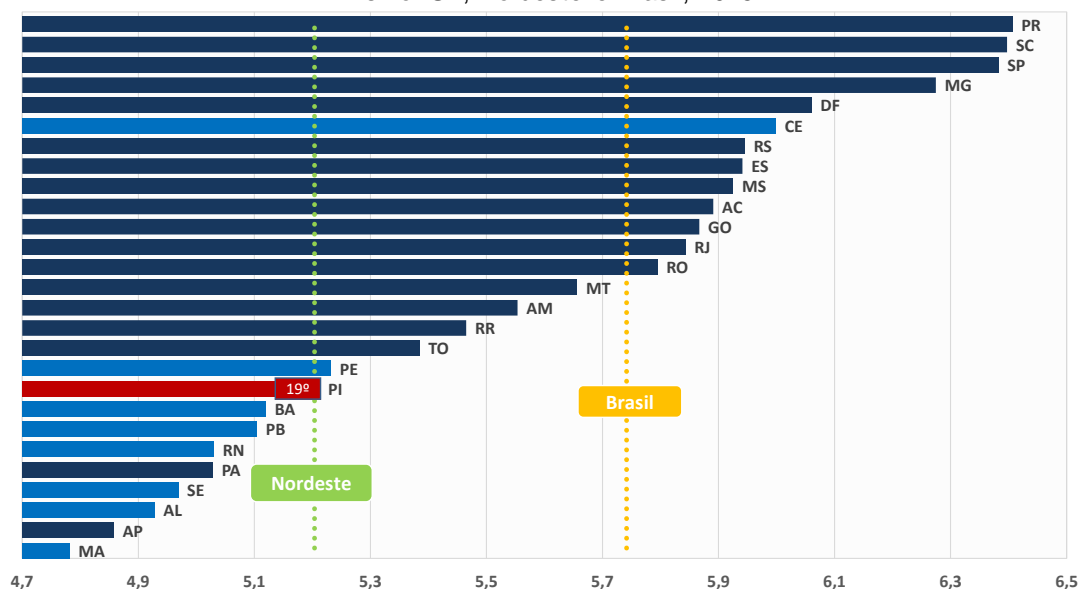
4.3.1 Ensino fundamental: anos iniciais

Embora o desempenho dos estudantes do Piauí em exames nacionais esteja acima da média do Nordeste, o nível alcançado pelo Estado ainda é muito inferior à média do Brasil.

Como se pode ver no Gráfico 84, o que ocorre é que o Nordeste, com exceção importante do estado do Ceará, apresenta resultados ruins em termos de

aprendizado, revelando possivelmente uma dificuldade da região em oferecer uma qualidade de ensino adequada aos estudantes.

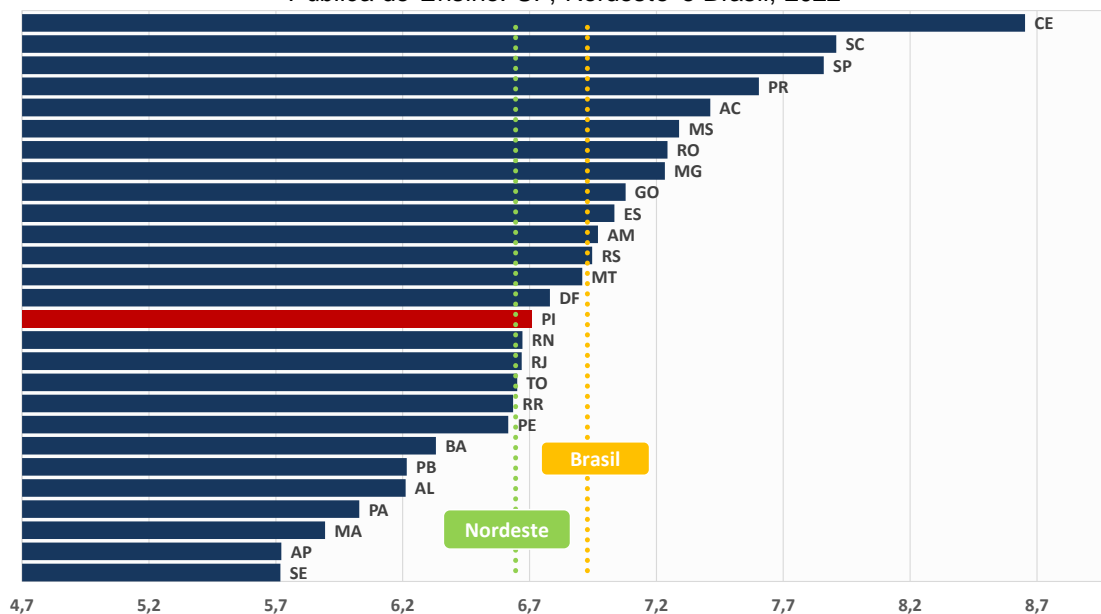
Gráfico 84 – Nota média padronizada na Prova Brasil para os anos iniciais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

A manutenção do padrão histórico de crescimento mantém o desempenho dos estudantes piauienses dos anos iniciais do ensino fundamental abaixo da média nacional na projeção para o ano de 2022, como demonstra o Gráfico 85.

Gráfico 85 – Projeção da Nota Média Padronizada na Prova Brasil para os anos iniciais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2022

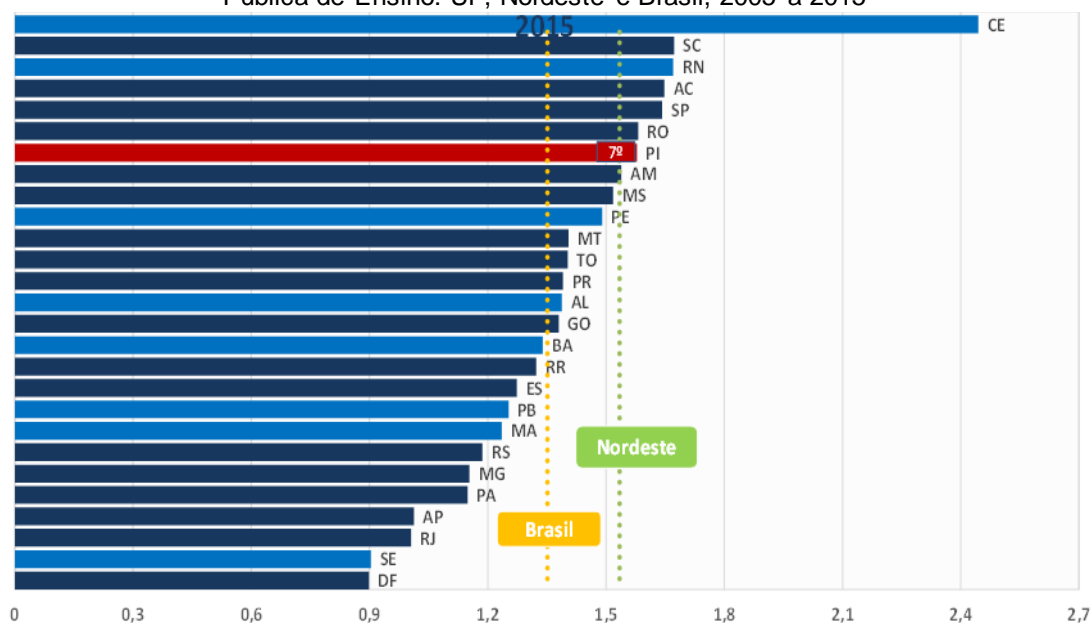


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

É fato de amplo conhecimento que o desempenho dos estudantes brasileiros é ruim em relação ao mundo. Os resultados do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) são lamentáveis: de 70 países avaliados, o Brasil ocupou a 59ª posição em leitura, 66ª em matemática e a 63ª posição em ciências. Assim, apresentar desempenho abaixo da média brasileira, representa um nível inadequado de aprendizado dos estudantes.

Apesar do Piauí ter apresentado avanço relativamente bom em relação aos demais estados nos últimos dez anos (7º maior crescimento nacional, Gráfico 86), a média de crescimento histórica é insuficiente para trazer o Piauí a níveis minimamente satisfatórios.

Gráfico 86 – Progresso da Nota Média Padronizada na Prova Brasil para os anos iniciais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005 a 2015



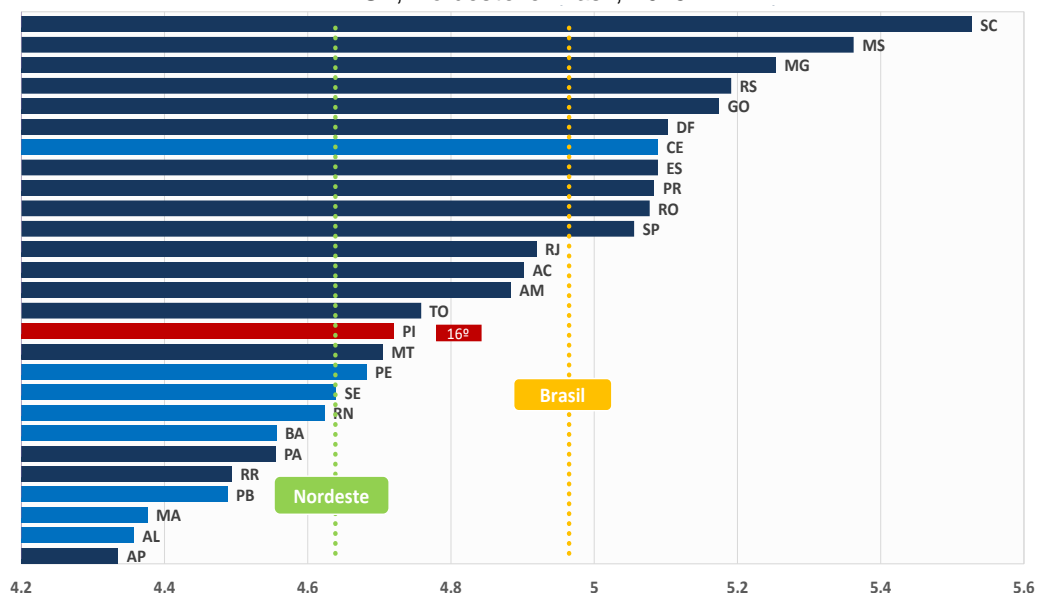
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
Nota: Considerando o Progresso a diferença entre 2005 e 2015.

Dado que é difícil duplicar um crescimento histórico que já é bastante alto, propõe-se para o Piauí aumentar o seu crescimento histórico em 50%, aproximando-se do crescimento apresentado pelo estado do Ceará neste indicador.

4.3.2 Ensino fundamental: anos finais

Ainda que o Piauí esteja acima da média do Nordeste no tocante ao aprendizado dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, o nível alcançado pelo Estado é inferior à média do Brasil. Esta situação é a mesma observada nos anos iniciais do fundamental: o Nordeste tem um desempenho especialmente ruim neste indicador (Gráfico 87).

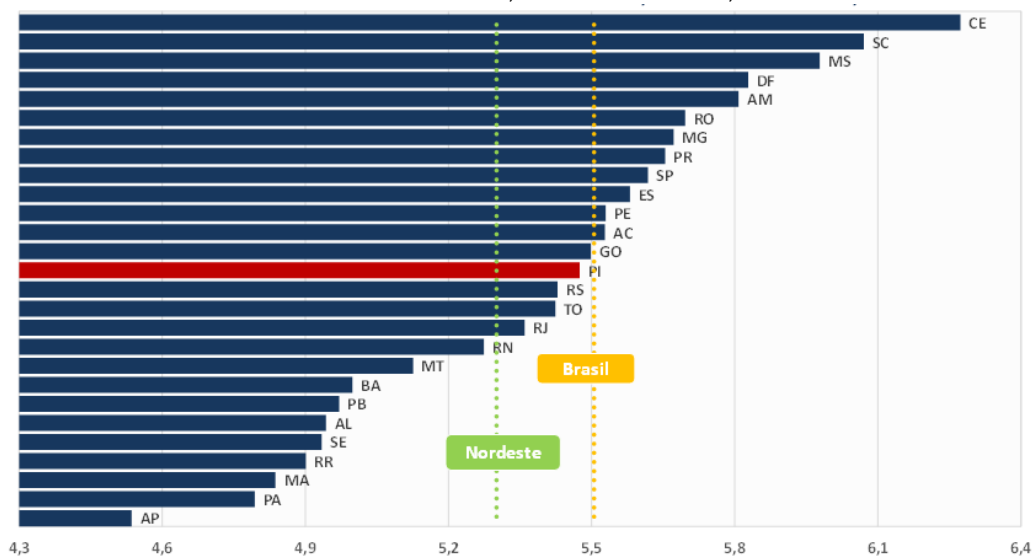
Gráfico 87 – Nota média padronizada na Prova Brasil para os anos finais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Apesar do Piauí ter apresentado avanços acima das médias regional e nacional, ocupando mesmo as primeiras posições entre os estados da Federação, a projeção do crescimento histórico para 2022 mantém o aprendizado dos estudantes piauienses abaixo da média nacional (Gráfico 88).

Gráfico 88 – Projeção da nota média padronizada na Prova Brasil para os anos finais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2022

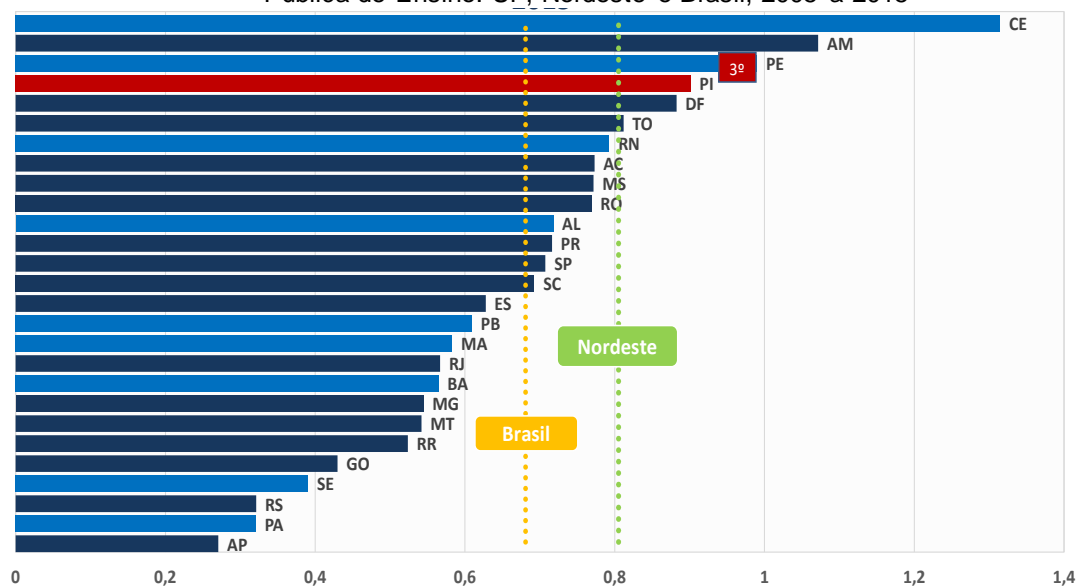


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Conforme já argumentado, o desempenho dos estudantes brasileiros em relação ao resto do mundo é muito baixo. Ficar abaixo da média brasileira representa um nível de aprendizado realmente insuficiente. Neste quesito, portanto, o Piauí precisa acelerar o seu crescimento.

Uma proposta para o Estado é alcançar as taxas de crescimento observadas no Ceará nos últimos dez anos, o que requer ao Piauí que cresça a uma taxa 45% maior que a apresentada na última década (Gráfico 89).

Gráfico 89 – Progresso da nota média padronizada na Prova Brasil para os anos finais da Rede Pública de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005 a 2015

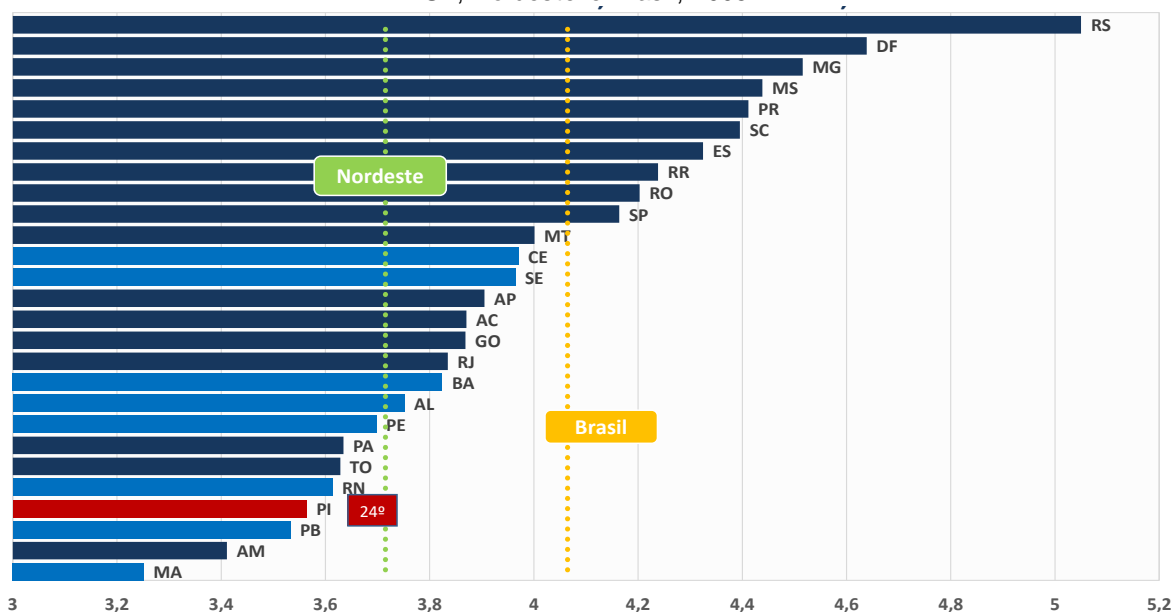


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Considerando o Progresso a diferença entre 2005 e 2015.

4.3.3 Ensino médio

No caso do Ensino Médio, o aprendizado dos estudantes piauienses medido pelo seu desempenho em exames nacionais é ainda pior que no ensino fundamental. Ao contrário dos outros níveis, o Piauí está abaixo da média do Nordeste, apresentando a 22ª posição entre as unidades da federação (3,7 na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb), conforme mostra o Gráfico 90.

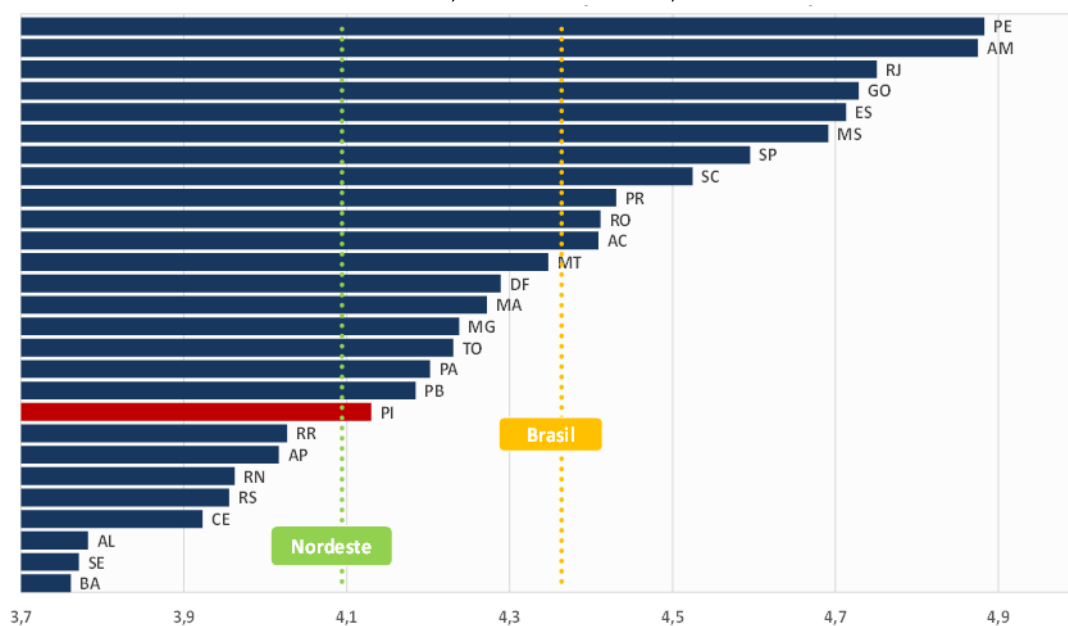
Gráfico 90 – Nota média padronizada na SAEB para o Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Ainda que em termos de avanço o Piauí tenha apresentado resultado superior aos regional e nacional, a manutenção do crescimento histórico conserva o Estado em nível de aprendizado muito distante da média nacional projetada para o ano de 2022 (4,35 na escala SAEB, conforme o Gráfico 91).

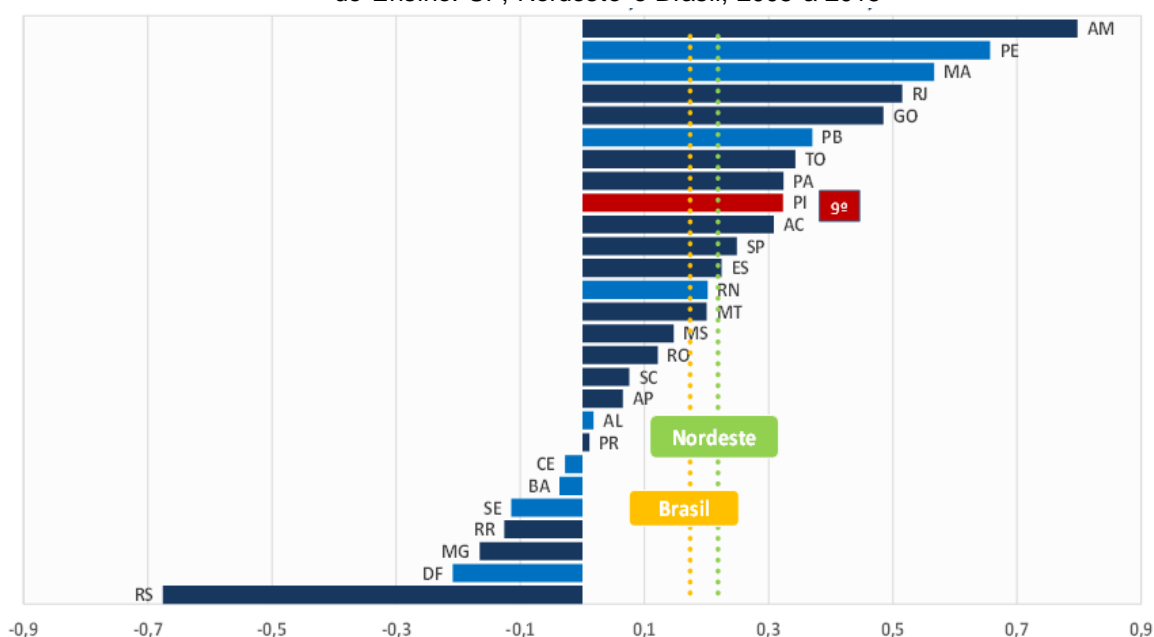
Gráfico 91 – Nota Média Padronizada na SAEB para o Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2022



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O Ensino Médio representa a última etapa da educação básica. Nesse nível, o que os estudantes deixaram de aprender não será mais recuperado na escola. Assim, para evitar que os estudantes piauienses continuem saindo em larga desvantagem em relação à média dos estudantes nacionais, que já saem em larga desvantagem em relação aos estudantes de outros países, propõe-se para o Piauí alcançar a média de crescimento histórico apresentada por Pernambuco nos últimos dez anos, que equivale a duas vezes o que o Piauí alcançou no mesmo período (Gráfico 92).

Gráfico 92 – Progresso da nota média padronizada na SAEB para o Ensino Médio da rede Estadual de Ensino: UF, Nordeste e Brasil, 2005 a 2015

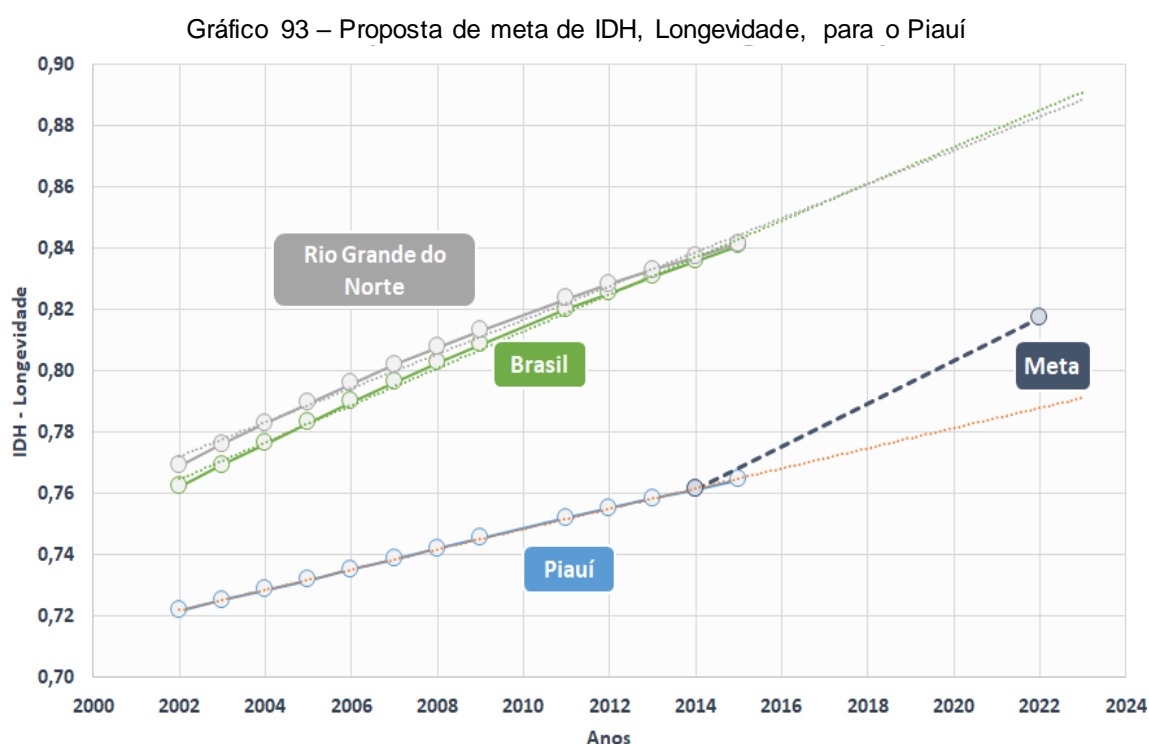


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).
 Nota: Considerando o Progresso a diferença entre 2005 e 2015.

5 A QUESTÃO DA SAÚDE NO PIAUÍ

O tema final desse estudo – saúde – conclui o Diagnóstico do Desenvolvimento Humano no Piauí. Na estrutura lógica apresentada, o desenvolvimento foi desmembrado em seus pilares temáticos, cada qual fazendo referência a um dos componentes do IDH. Além dos pilares Educação; Distribuição de renda; e Inclusão produtiva, compuseram os pilares Renda e Longevidade (que neste capítulo, o tema saúde compõe o pilar Longevidade).

Em 2010, o pilar de Longevidade do IDH do Piauí apresentou um dos piores resultados do país, ficando à frente apenas dos estados Maranhão e Alagoas. Se ao invés de manter a sua trajetória histórica, o Piauí caminhasse duas vezes mais rápido, o estado seria capaz de caminhar no mesmo ritmo do Brasil e de estados de sua mesma região, como o Rio Grande do Norte (Gráfico 93).



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

E o que afeta a longevidade de uma população? Em suma, a longevidade pode ser traduzida em expectativa de vida ao nascer. Ao longo das diferentes fases – infância, juventude e vida adulta – diferentes fatores associados ao estado de bem-

estar da população podem afetar a sua expectativa de vida e estes fatores podem estar diretamente associados à saúde física e mental ou, ainda, podem estar relacionados a fatores derivados do ambiente socioeconômico em que a população está inserida. Violência, pobreza, falta de acesso à serviços básicos, são exemplos destes fatores. Conhecer os fatores que afetam a longevidade ao longo das diferentes fases da vida da população será o ponto central desse capítulo.

5.1 Longevidade *versus* mortalidade

Para iniciar a análise é necessário fazer um alinhamento sobre a estrutura do capítulo visando fazer o melhor uso das evidências disponíveis. É um exercício lógico para permitir o levantamento de informações disponíveis.

A expectativa de vida é dada pelo número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente. Ou seja, esta expectativa passa diretamente por entender os fatores associados à mortalidade. O incremento da expectativa de vida pode ser analisado sob a lógica da não mortalidade: **a população aumenta suas chances de sobrevivência na medida em que a chance de morrer é reduzida.**

A mortalidade, portanto, afeta diretamente a longevidade da população e diagnosticar a magnitude da mortalidade e os elementos associados a ela é uma forma de levantar evidências para o monitoramento de indicadores e criar bases para futuras ações.

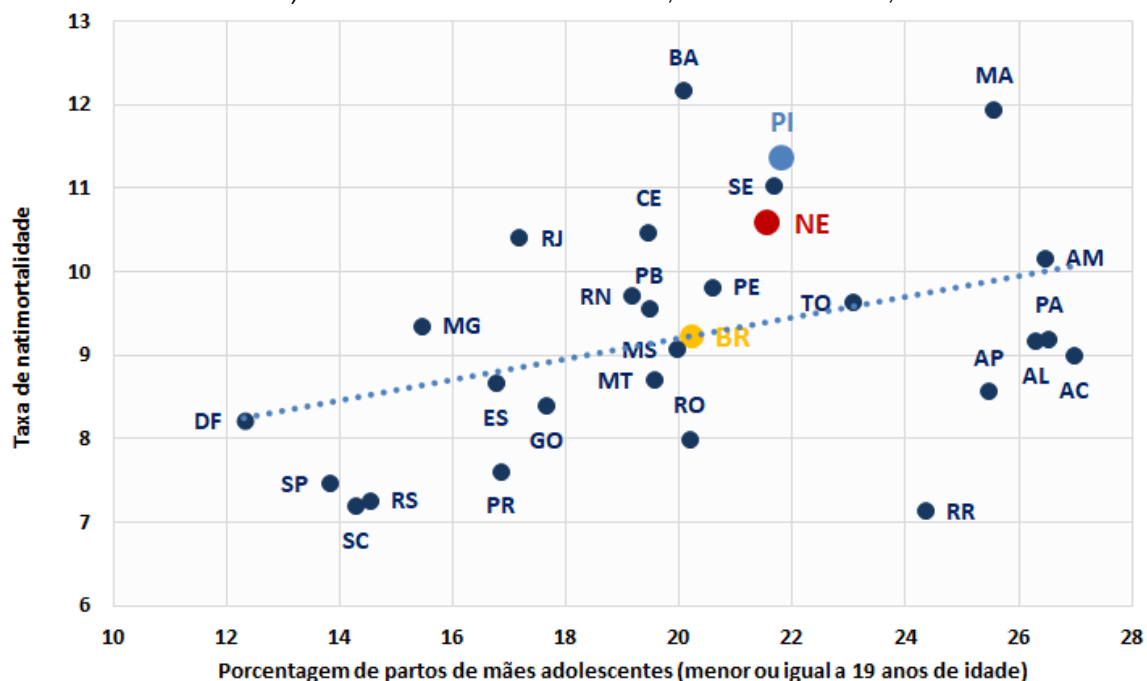
5.1.1 O que afeta a longevidade durante o ciclo de vida da população: mortalidade de crianças

Antes da criança nascer, e nos primeiros dias de vida, a mortalidade é acompanhada muito de perto. Seja pela fragilidade, seja pela forte relação com a saúde da mãe a da gestação, as diferentes fases – desde o fim da gestação até o primeiro ano de vida – são monitoradas pelos órgãos internacionais e pelos países.

São 4 indicadores de mortalidade monitorados até o primeiro ano de vida. Com 22 semanas ou mais de gestação temos a natimortalidade, com 0 a 6 dias de vida a mortalidade neonatal precoce, com 7 a 27 dias a mortalidade neonatal tardia e com 28 a 264 dias a mortalidade pós-neonatal.

O Piauí está em terceiro lugar no ranking da natimortalidade, acima da média nacional e da Região Nordeste (Gráfico 94). Em todo o país, o que chama a atenção é a relação diretamente proporcional entre a natimortalidade e a proporção de partos de mães adolescentes.

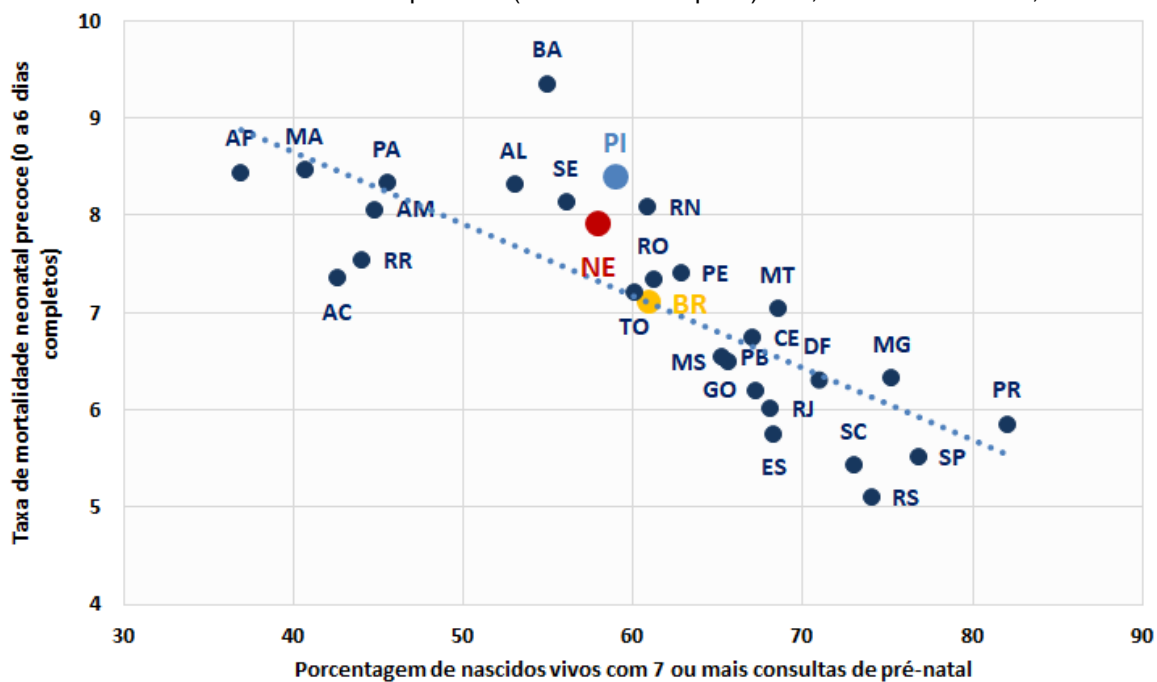
Gráfico 94 – Relação entre porcentagem de partos de mães adolescentes (menor ou igual a 19 anos de idade) e Taxa de natimortalidade: UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Dentre as crianças nascidas vivas, mas que morreram até o 6º dia de vida, o Piauí também apresenta um dos piores resultados, ficando em 4º lugar, abaixo apenas de Bahia, Maranhão e Amapá (Gráfico 95). Um fator com relevante relação com a taxa de mortalidade neonatal é a quantidade de consultas pré-natal realizadas durante a gestação. Nas unidades da federação, quanto maior a proporção de nascidos vivos que tiveram 7 ou mais consultas de pré-natal, menor a mortalidade neonatal observada.

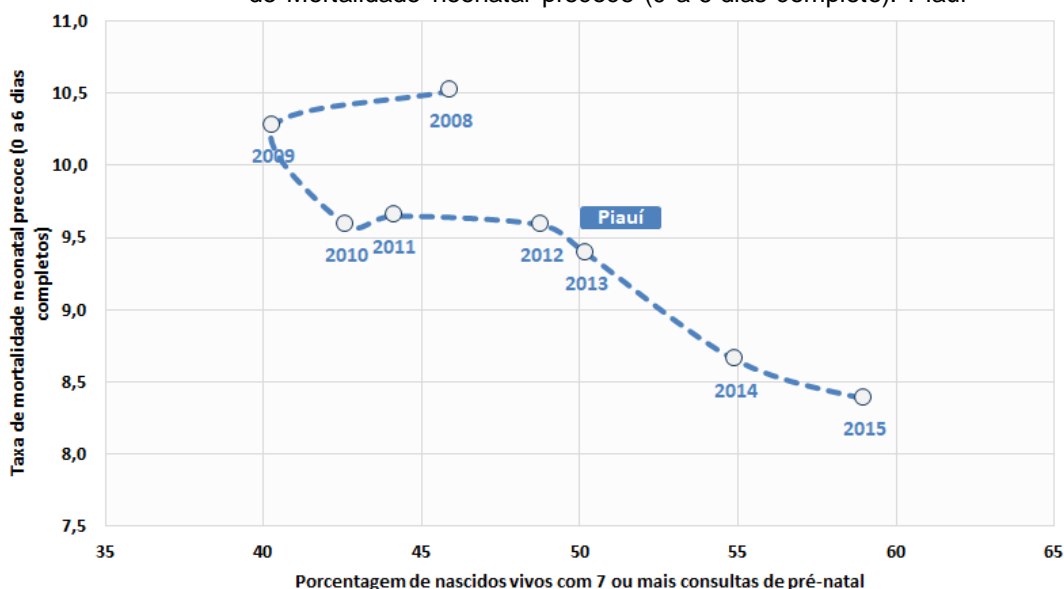
Gráfico 95 – Relação entre porcentagem de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal e taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completo): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

No Piauí, essa relação fica ainda mais evidente. Em 2008, quando nem metade dos nascidos vivos tinham passado por 7 ou mais consultas de pré-natal a taxa de natimortalidade era 10 para cada 1000 nascidos vivos. Em 2015, quando a proporção das consultas passou para cerca de 60%, a taxa passou para cerca de 8 para cada 1000 nascidos vivos (Gráfico 96).

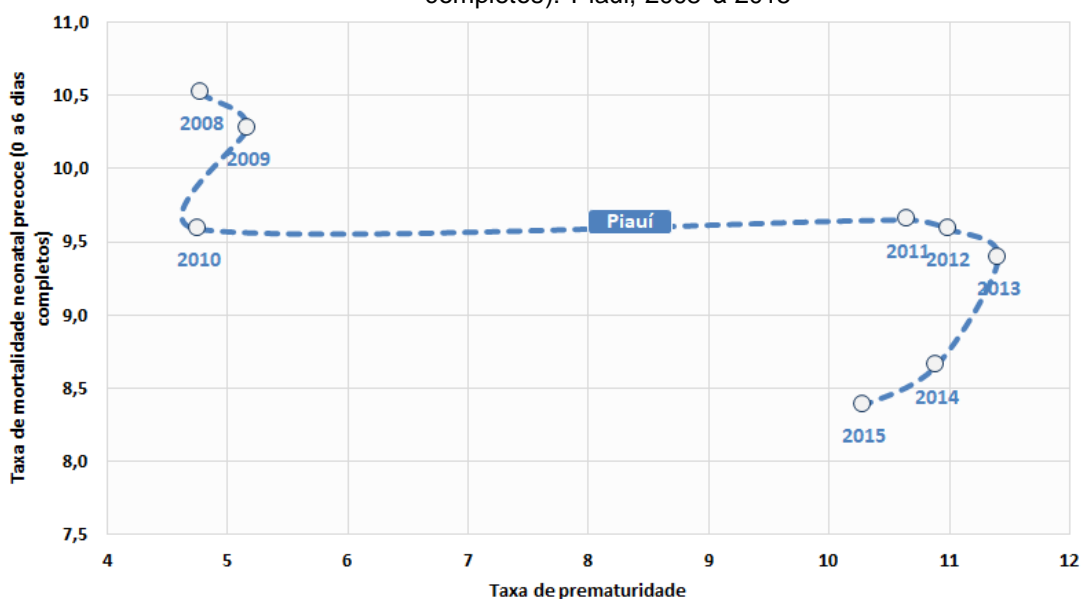
Gráfico 96 – Relação entre proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal e Taxa de Mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completo): Piauí



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Apesar da fragilidade dos 0 aos 6 dias de vida, a taxa de prematuridade do Piauí entre 2008 e 2015 foi inversamente proporcional à mortalidade neonatal (Gráfico 97). Esse fator pode estar associado ao atendimento especializado ou a hospitalização desses prematuros, o que pode garantir a eles a sobrevivência nos primeiros dias de vida.

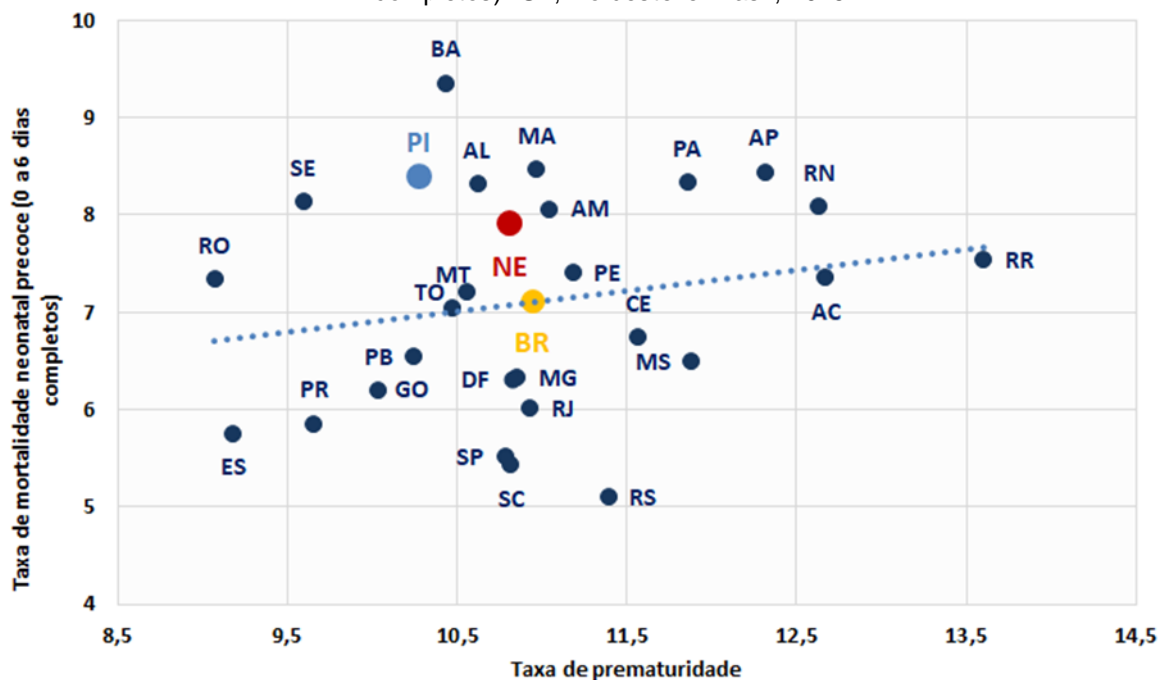
Gráfico 97 – Relação entre taxa de prematuridade e taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completos): Piauí, 2008 à 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

O que chama a atenção é que isso vai de encontro à tendência dos demais estados, em que a prematuridade é diretamente relacionada à mortalidade neonatal, com visto no Gráfico 98.

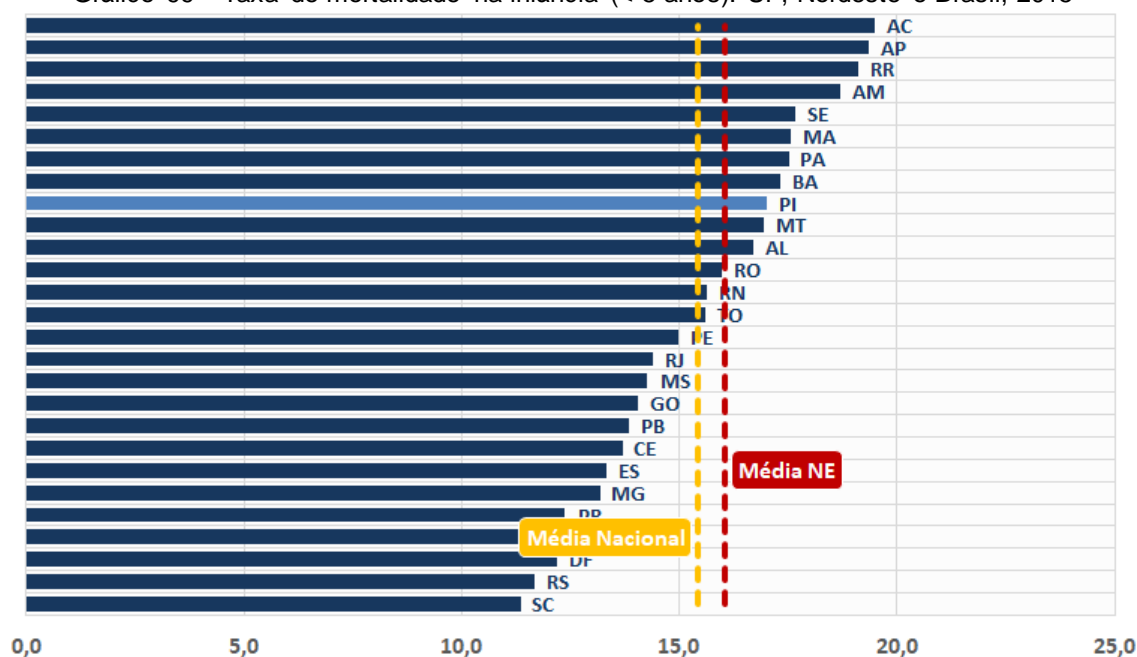
Gráfico 98 – Relação entre taxa de prematuridade e taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completos): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Ultrapassada essa barreira inicial até o 6º dia de vida, o Piauí começa a deixar as piores posições do ranking dos estados, mas as taxas de mortalidade neonatal tardia e pós-neonatal ainda não se aproximam dos melhores resultados. Encerrando as primeiras fases da vida, a taxa de mortalidade na infância (entre crianças menores de 5 anos) do Piauí apesar de não estar entre as unidades da federação com piores resultados é mais elevada que a média do Brasil e da Região Nordeste (Gráfico 99).

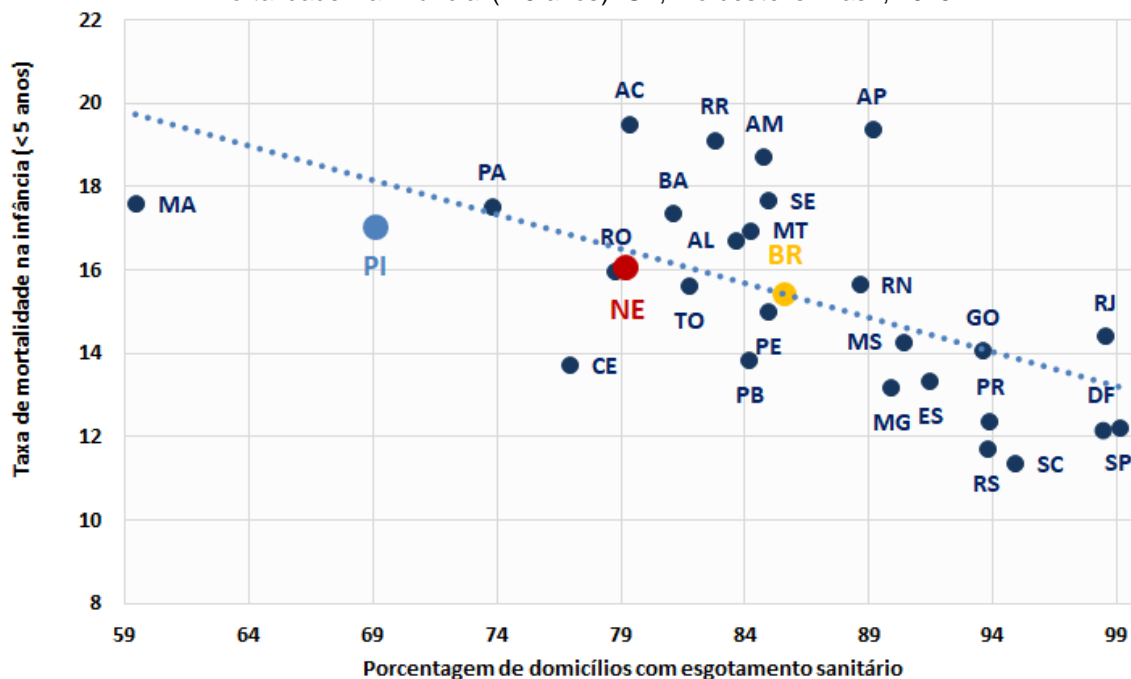
Gráfico 99 – Taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

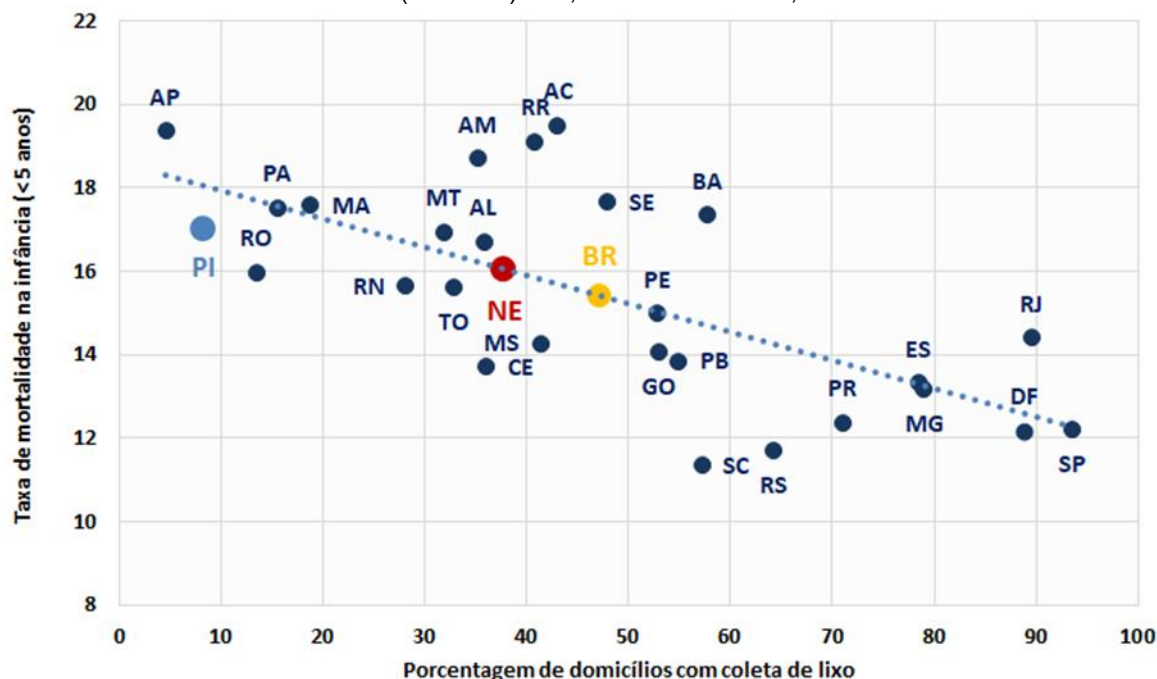
Entre os fatores que afetam o comportamento desse indicador, os que mais se destacam são os relacionados à infraestrutura básica de saneamento: melhores condições de esgotamento sanitário e coleta de lixo estão associadas às unidades da federação com menores taxas de mortalidade na infância, como podemos ver nos Gráficos 100 e 101, respectivamente. Ou seja, serviços básicos indiretamente relacionados à área de saúde possuem forte correlação com índices de mortalidade, mesmo não sendo a causa da mesma. E essa relação é mais acentuada que indicadores da própria saúde, como a cobertura vacinal (Gráfico 102).

Gráfico 100 – Relação entre porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário e taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 101 – Relação entre porcentagem de domicílios com coleta de lixo e taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 102 – Relação entre cobertura vacinal e taxa de mortalidade na infância (< 5 anos): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

5.1.2 O que afeta a longevidade durante o ciclo de vida da população: mortalidade na juventude

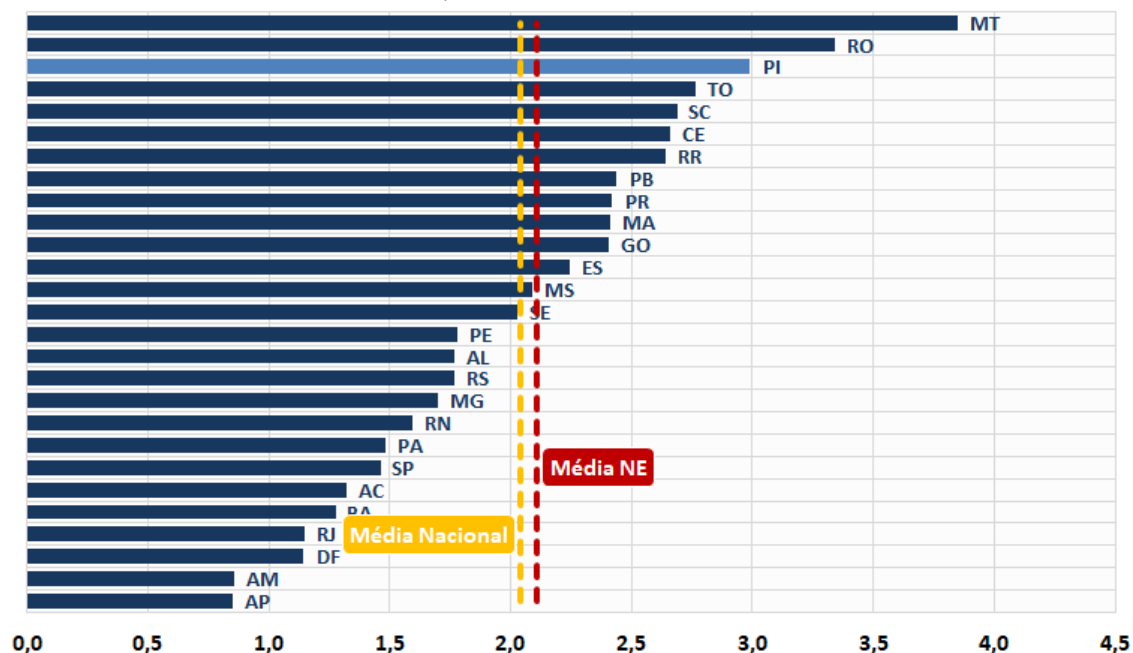
Na juventude, os fatores relacionados à mortalidade entram em uma lógica diferente. As etapas de fragilidade do início da vida já não são tão relevantes, assim como os fatores associados ao parto e cuidados pré-natal. Por outro lado, a população ainda é jovem demais para que os resultados de mortalidade associados ao estilo de vida e doenças crônicas sejam expressivos. Nessa etapa da vida, as atenções se voltam para as causas externas.

Dentro das causas externas, os fatores associados à violência (morte por arma de fogo e acidentes de trânsito) e ao comportamento dos jovens (suicídio e uso de drogas) são sempre investigadas de forma mais próxima pelas pesquisas.

No Piauí, apesar de a mortalidade por arma de fogo dos jovens ser baixa se comparada a maior parte dos estados (2 a 4 por 10 mil habitantes) – colocando o estado abaixo da média do Brasil e da Região Nordeste – as mortes por acidente de trânsito se destacam nas três faixas etárias da juventude analisadas (Gráficos 103,

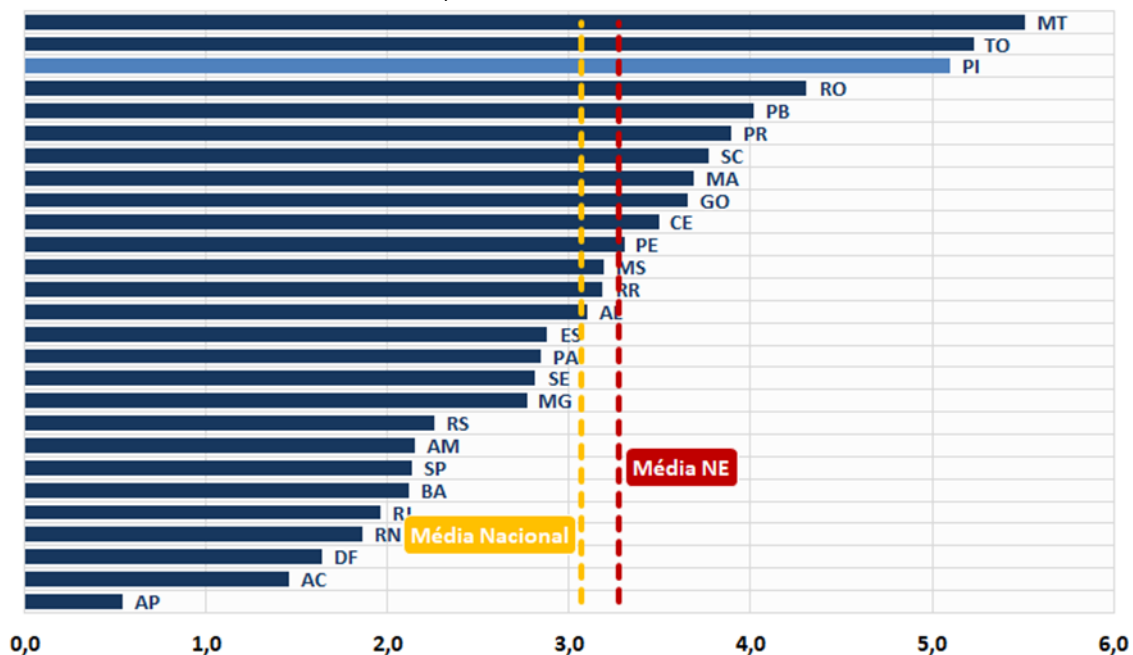
104 e 105) e os suicídios nas faixas etárias mais elevadas da juventude (25 a 29 anos) também colocam o Piauí em uma das posições mais altas (Gráfico 106).

Gráfico 103 – Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 15 a 19 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



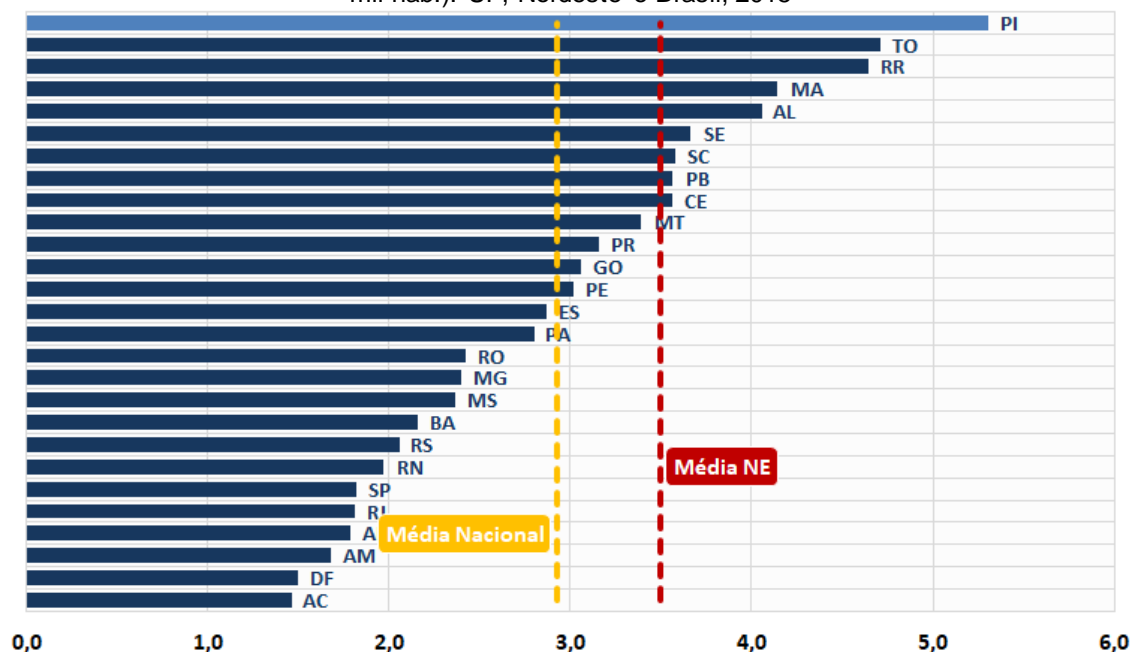
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 104 – Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 20 a 24 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



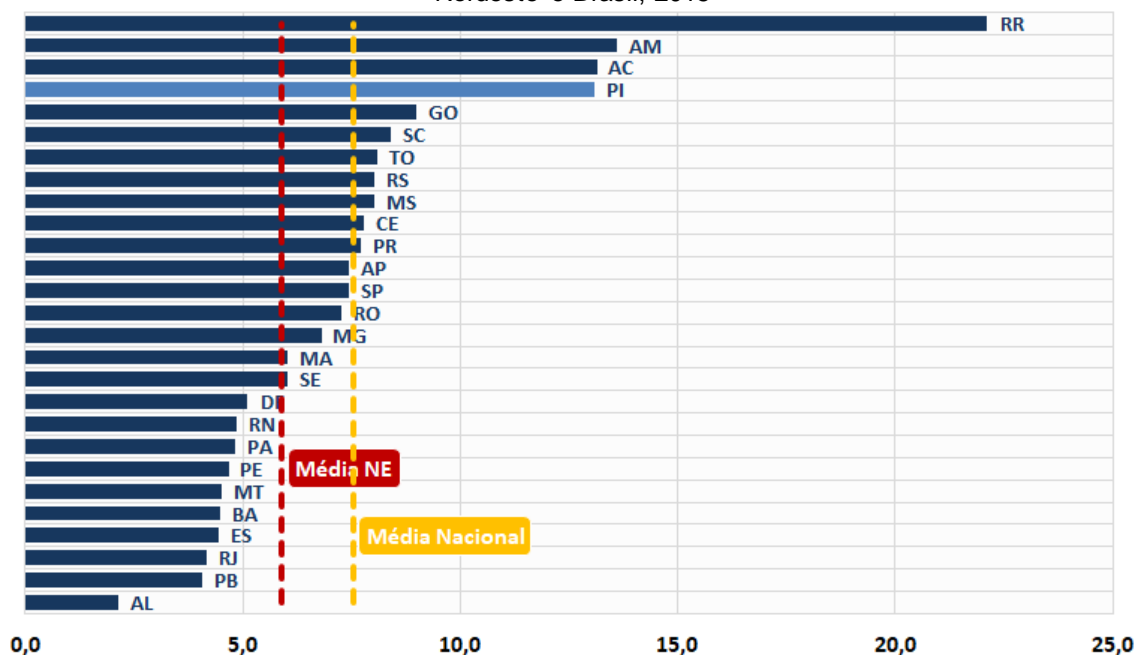
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 105 – Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 25 a 29 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 106 – Taxa de mortalidade por suicídio da população de 25 a 29 anos (por 100 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015

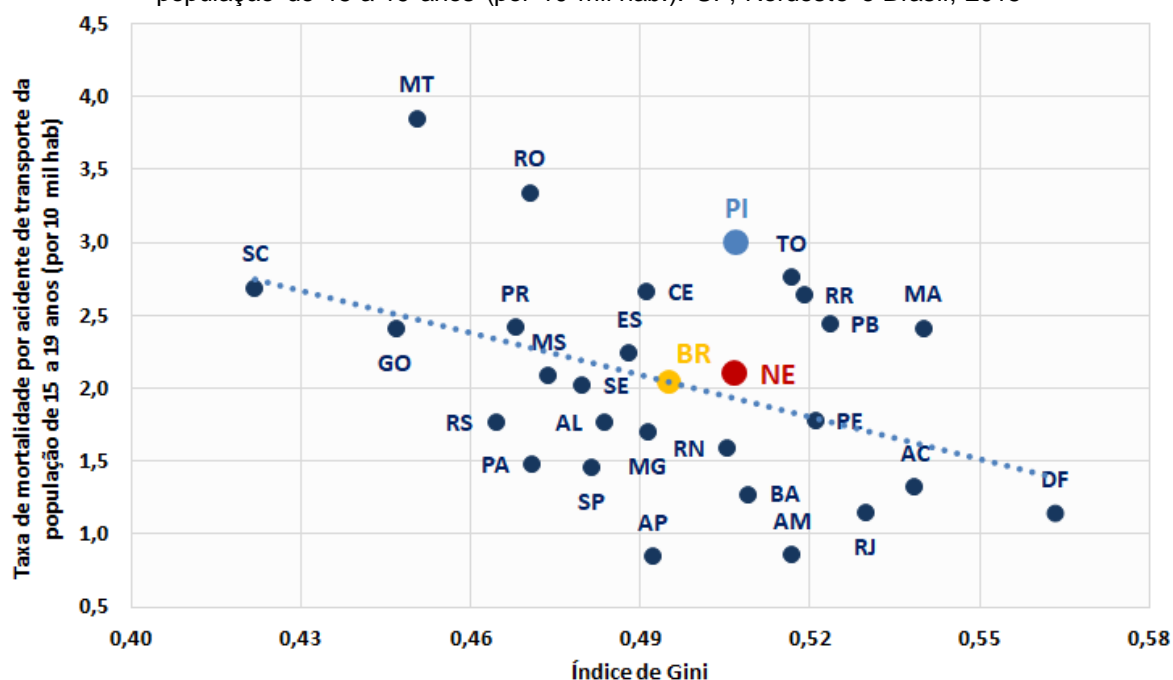


Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Um ponto que chama atenção é a busca da relação da mortalidade dos jovens com os fatores socioeconômicos entre os estados. Foram analisados os indicadores de porcentagem de pobres, extremamente pobres, desemprego, analfabetismo, mas

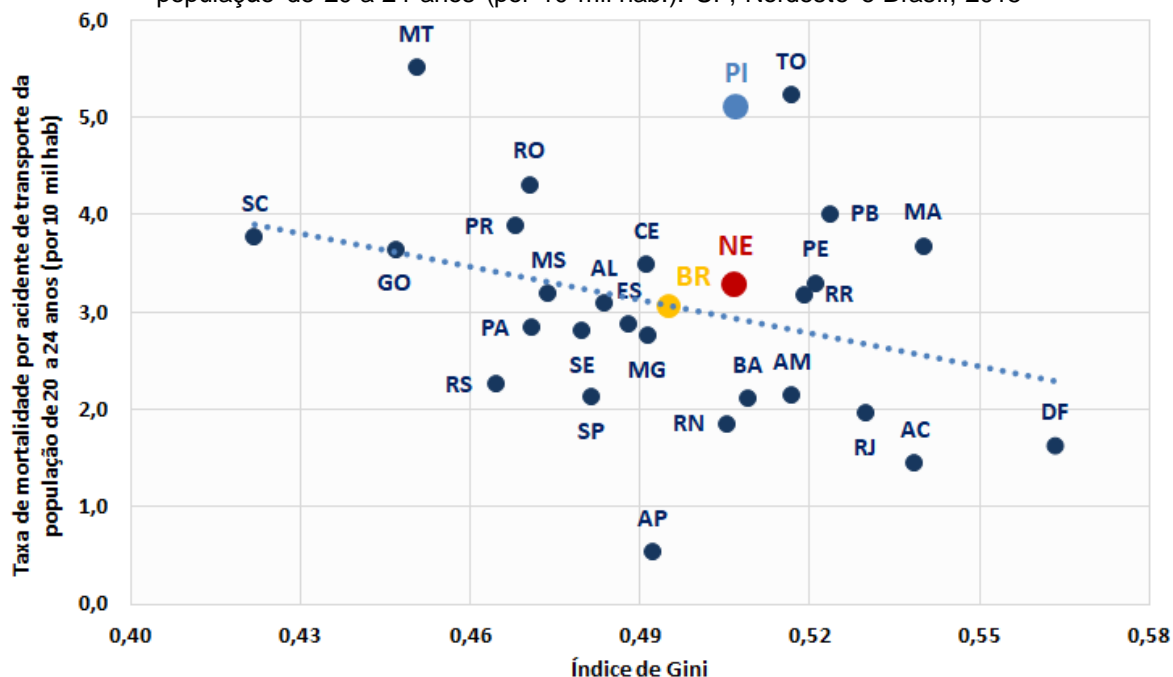
o fator com relação mais expressiva com a mortalidade dos jovens por transporte é o Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda da população. Valores menores do Índice (estados mais desiguais) nos estados apresentam as maiores taxas de mortalidade por transporte (Gráficos 107,108 e 109). O suicídio de 25 a 29 anos, por sua vez, apresentam comportamento inverso: maiores taxas de mortalidade estão relacionadas aos estados com maiores valores do Índice de Gini (estados mais igualitários), como vemos no Gráfico 110.

Gráfico 107 – Relação entre Índice de Gini e taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 15 a 19 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



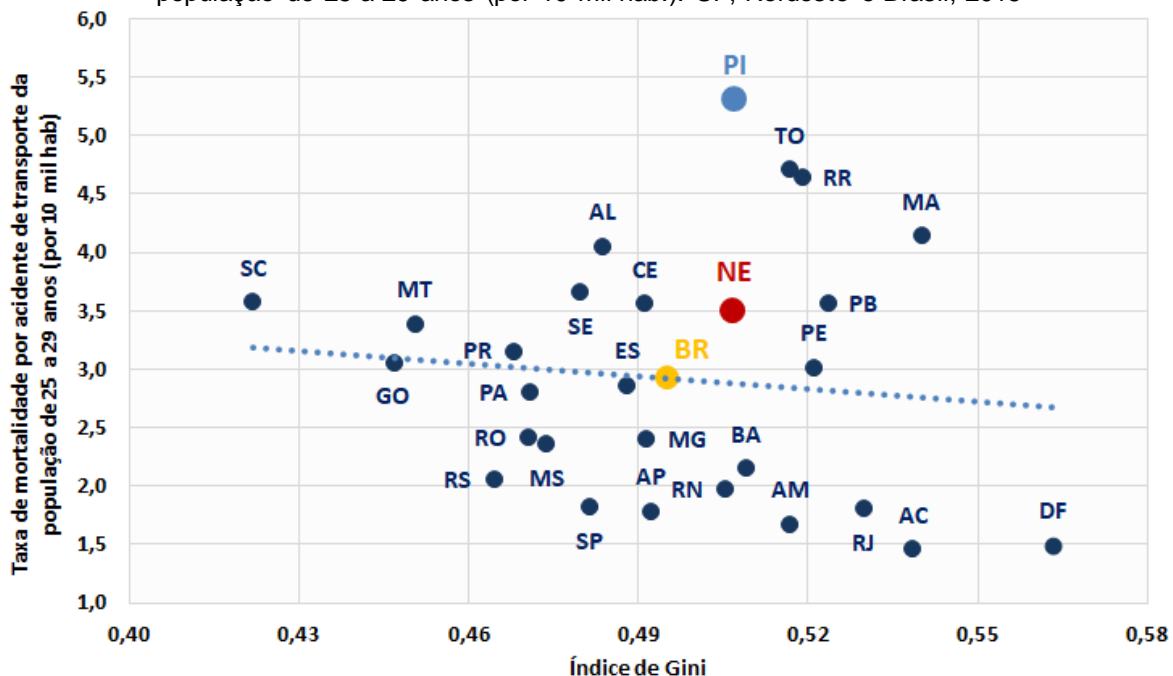
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 108 – Relação entre Índice de Gini e Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 20 a 24 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



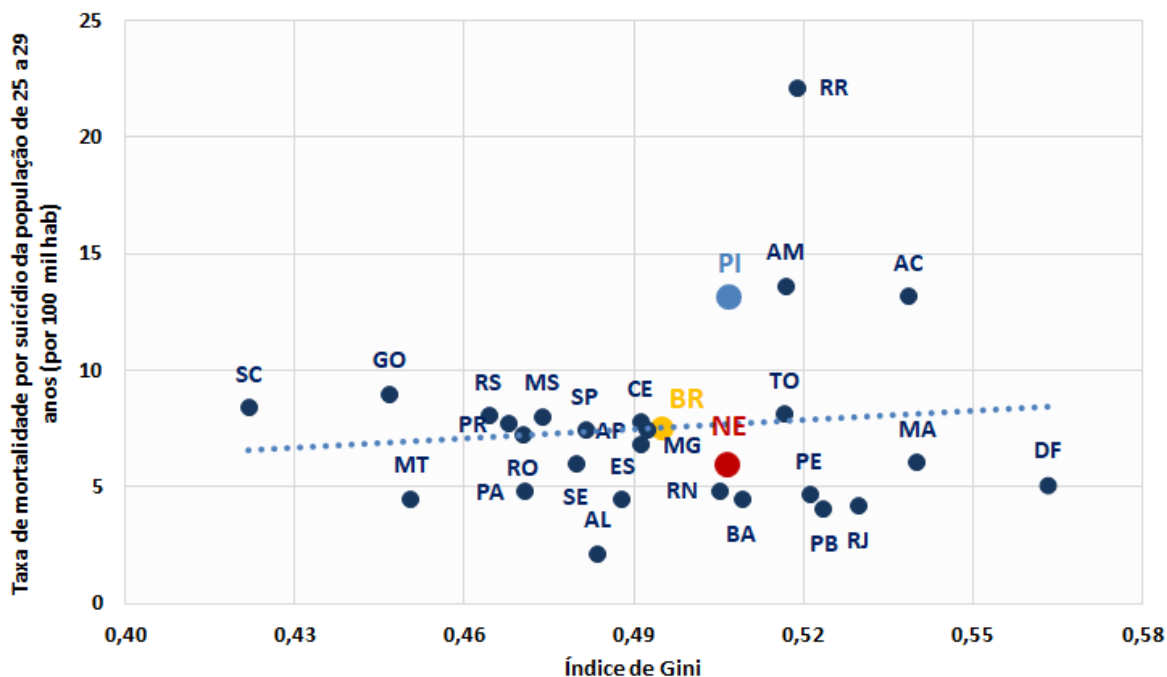
Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 109 – Relação entre Índice de Gini e Taxa de mortalidade por acidente de transporte da população de 25 a 29 anos (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 110 – Relação entre Índice de Gini e Taxa de mortalidade por suicídio da população de 25 a 29 anos (por 100 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

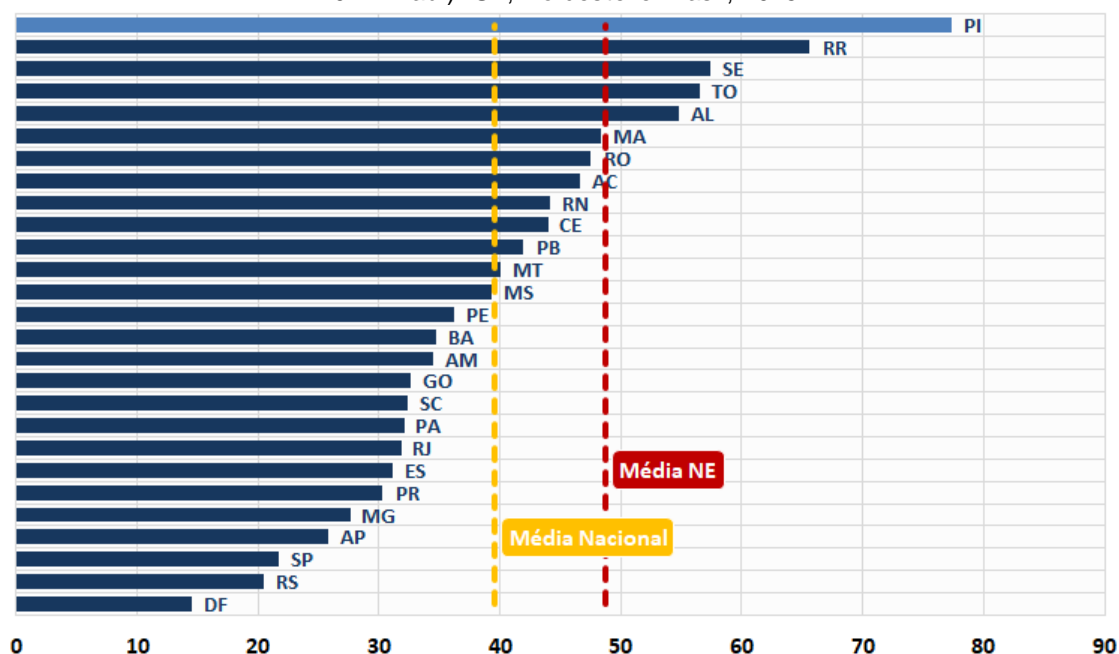
5.1.3 O que afeta a longevidade durante o ciclo de vida da população: mortalidade dos adultos

No terceiro ciclo da vida, mais uma vez observa-se uma mudança de rota no estudo da mortalidade. As fragilidades do início da vida e violência dão lugar aos fatores associados ao estilo de vida que geram consequências na vida adulta, como as doenças crônicas. Como esperado, a taxa de mortalidade na vida adulta aumenta gradativamente conforme a população envelhecesse. Diabetes e hipertensão são os fatores que colocam o Piauí nas posições mais elevadas do ranking de mortalidade da vida adulta (considerando as faixas etárias mais elevadas).

Nesses cenários, a pobreza extrema é o fator que se destaca entre os estados: estados com maior concentração de extremamente pobres são aqueles com maiores taxas de mortalidade relacionadas à diabetes e hipertensão, que uma vez diagnosticados precisam de um acompanhamento e atenção ao longo de toda vida adulta (Gráfico 112).

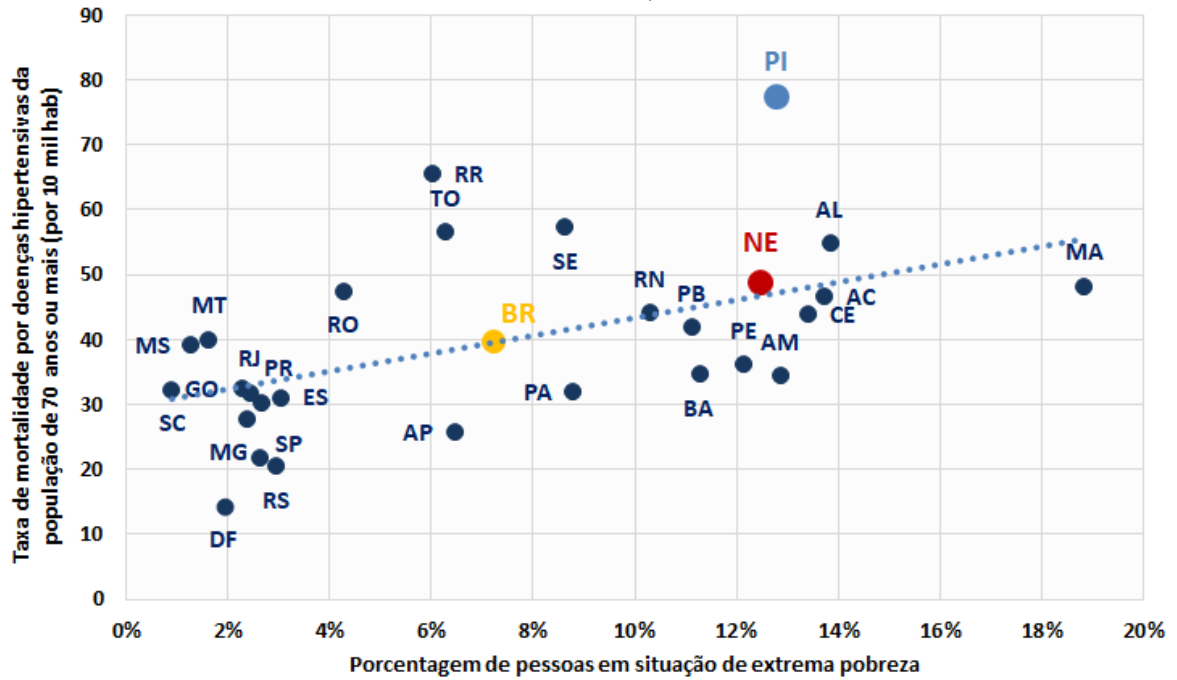
Analisando a taxa de mortalidade relacionada às doenças do coração, hipertensão, diabetes, acidente vascular cerebral, a faixa etária mais velha (de 70 anos ou mais) é uma coorte em que o Piauí majoritariamente passa para o topo do ranking em relação às doenças hipertensivas, o que é um ponto de atenção para o estado não só pensar em ações voltadas para a população mais velha, mas também para refletir sobre o que foi feito ao longo das últimas décadas para que essa população envelhecesse e chegasse a esses altos índices de mortalidade (Gráfico 111).

Gráfico 111 – Taxa de mortalidade por doenças hipertensivas da população de 70 anos ou mais (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Gráfico 112 –Relação entre porcentagem de pessoas em situação de extrema pobreza e taxa de mortalidade por doenças hipertensivas da população de 70 anos ou mais (por 10 mil hab.): UF, Nordeste e Brasil, 2015



Fonte: IETS| Ope Sociais com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

6 CONCLUSÃO

O desafio diante do estado é bastante difícil. O Piauí precisa impor um ritmo de evolução no desenvolvimento humano, medido pelo IDH, em uma intensidade acima da historicamente observada por outros estados. Para alcançar a meta de 0,80 em 2022, é necessário acelerar em 50% a velocidade imposta pelo estado na última década. Dessa forma, o desafio posto na prática é de um crescimento de 0,018 pontos no IDH a cada ano até 2022.

É possível aumentar em 50% a taxa de progresso no IDH, para além do que já foi feito nos últimos anos?

Ao contrastar o avanço do Piauí na última década com o realizado por outros estados, verificamos que o estado vem impondo um ritmo diferenciado, possivelmente não imaginado por especialistas nos anos 90. Portanto, apesar do grande desafio no qual o próprio estado se coloca, é importante destacar que o Piauí vem surpreendendo expectativas nos últimos anos.

Para atingir essa meta o governo vem estruturando um grande movimento de diferentes iniciativas que vão desde estudos de diagnósticos, como este, até assessorias de organizações internacionais a fim de direcionar todos os esforços para o enfrentamento desse desafio. Acreditamos que o sucesso nessa empreitada será dado com um bom planejamento e com um assertivo direcionamento das iniciativas e esforços.

Nesse contexto, este estudo se concentrou em analisar para cada dimensão do IDH, o comportamento que o estado apresentou nos últimos anos, os pontos em que obteve maior sucesso, os pontos de menor avanço e aqueles com grande potencialidade de evolução, de forma a contribuir com evidências importantes para cada um dos setores que estará à frente da gestão no processo de evolução do Piauí nos próximos anos.

As dimensões abordadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano são Renda, Educação e Longevidade. O estudo em questão abordou esse tema em 4 visões: Distribuição de renda e Inclusão produtiva, para abordar a análise da dimensão de Renda; Saúde para olhar o tema de Longevidade e o tema de educação.

A seguir apresentamos os principais pontos de orientação que consideramos relevantes para conduzir o planejamento do estado ao longo dos próximos anos em direção a meta proposta.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA:

- A renda per capita no Piauí cresceu entre 2002 e 2014 a uma taxa maior que a média brasileira, sendo o estado que apresentou o 4º maior crescimento entre todas as unidades da federação. Isso significa que o estado já vem impondo um ritmo acelerado no contexto nacional.
- Para alcançar a meta de crescimento proposta para o IDH, consideramos que o estado assuma uma meta específica de dobrar a velocidade atual de crescimento na renda per capita, o que significa um crescimento médio anual de 9,2%. Dessa forma, é importante concentrar as políticas estratégicas que tenham como objetivos o aumento da geração de renda.
- Considerando que o estado gostaria de atingir essa meta com relevante redução na extrema pobreza e pobreza, deve-se ainda levar em conta que as políticas direcionadas para geração de renda que favoreçam os mais pobres deveriam ganhar ainda maior relevância no processo.
- É importante ressaltar que políticas de distribuição de renda levam a redução de desigualdade e pobreza, porém não levarão em um primeiro momento ao aumento da renda nacional. É fundamental que essas políticas estejam complementadas por outras que direcionem a inclusão produtiva.

INCLUSÃO PRODUTIVA:

- O sucesso da inclusão produtiva não é determinado exclusivamente pelo surgimento ou criação de novas oportunidades, mas pela qualidade das oportunidades disponíveis, sejam elas novas ou já existentes. Para uma inclusão produtiva bem sucedida destacamos quatro pontos: (i) os trabalhadores precisam conhecer onde estão as oportunidades disponíveis; (ii) é fundamental que haja um casamento adequado entre as competências e habilidades da força de trabalho; (iii) não podem haver barreiras discriminatórias que impeçam ou dificultem o acesso dos trabalhadores; (iv) os

trabalhadores precisam ter garantias mínimas de condições, como renda mínima, transporte e alimentação.

- Políticas em que os setores público e privado atuem em complementariedade tendem a resultar em maior eficiência.
- É importante impulsionar políticas que abordem a melhoria da qualidade dos postos de trabalho, uma vez que o estado possui uma das maiores taxas de ocupação entre as Unidades da Federação e o menor rendimento médio dos trabalhadores.
- Iniciativas de qualificação dos trabalhadores podem ser um diferencial estratégico na medida em que a escolaridade formal da força de trabalho é uma das mais baixas do país.
- Elevar a produtividade da área rural deve estar entre os projetos estratégicos de forma a alavancar um setor importante no estado e que tem produzido níveis inferiores aos observados em outros estados, mesmo quando comparamos o mesmo tipo de produção.

EDUCAÇÃO:

- No acesso à educação o Piauí precisa concentrar esforços frente a universalização do acesso da população de 10 a 14 anos, que atualmente está abaixo da média nacional, e no acesso dos adolescentes de 15 a 17 anos, que apesar de alto, ainda possui bastante espaço para crescimento.
- O estado precisa manter o ritmo acelerado de acerto no fluxo dos alunos. Apesar de apresentar melhoria no progresso entre as séries bem superior a maioria dos estados, ainda ocupa uma posição bem inferior à média nacional. Adicionalmente, sabemos que a correção tardia do fluxo requer um esforço adicional muito maior.
- Poderíamos dizer que todo o esforço das políticas educacionais deveria se concentrar na qualidade do aprendizado, se isso não fosse prejudicar o acesso ou o fluxo dos alunos. O nível de aprendizagem comparado a outros estados se apresenta bem inferior à média nacional e com poucos avanços nas últimas décadas. Ressaltamos ainda, que como visto no processo de inclusão

produtiva, a baixa qualificação dos trabalhadores irá resultar em dificuldades no alcance de melhores postos de trabalho e possivelmente na dificuldade de geração de renda.

SAÚDE

- Para que o Piauí avance nos níveis de longevidade atual será fundamental o enfrentamento das causas mais relacionadas com cada etapa do ciclo de vida.
- Na mortalidade infantil, destacamos as causas de fecundidade precoce no período de 22 ou mais semanas de gestação, o efeito da falta do pré-natal sobre as mortes no primeiro mês após o nascimento e a necessidade de melhorias de saneamento e cobertura vacinal para as crianças de 0 a 4 anos.
- No período da infância e adolescência, consideramos que as políticas devem ser abordadas de forma ampla considerando as questões de saneamento, principalmente, e demais problemas sociais relacionados a extrema pobreza.
- Entre os jovens de 15 a 29 anos, o direcionamento das políticas precisa ser fortemente relacionado as causas externas, entre elas destacamos a violência e os acidentes de trânsito.
- Por fim, nas etapas adulta e idosa, o direcionamento será mais efetivo quando abordar as causas externas e as doenças crônicas, especialmente focalizando no grupo mais pobre da população.

Por fim, para que o trabalho alcance ainda maior eficiência no processo, consideramos de suma importância a análise de todos os programas atualmente executados pelo estado em seu Plano Plurianual (PPA)⁶, abordando uma visão de priorização conectada aos principais enfrentamentos destacados acima. Os pontos de orientação relevantes para condução do planejamento também foram abordados no levantamento dos programas e projetos, a partir das quatro diretrizes⁷ do Plano

⁶ Este levantamento foi realizado em por este contrato em outro produto e está disponível para análise.

⁷ Diretriz I Promover o desenvolvimento humano com ênfase na educação, saúde e segurança; Diretriz II Diversificar o desenvolvimento econômico com inclusão social e sustentabilidade; Diretriz III Priorizar investimentos na infraestrutura necessária ao desenvolvimento territorial sustentável; Diretriz IV Adotar uma gestão eficiente com transparência e controle social para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Plurianual 2016 - 2019 do Piauí “Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, Segurança e Sustentabilidade”.

O planejamento adequado das ações do Piauí nos próximos anos será com certeza um diferencial importante para o enfrentamento do desafio proposto. Esperamos que a leitura deste relatório contribua de forma significativa para este propósito.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao/>

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_longevidade>

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>

IBGE, PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) 2004. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2018.

IBGE, PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL (PAM). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2010. Brasília: MEC, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Disponível em: <<http://www.inep.gov>>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. Informações de Saúde. Mortalidade, 2001. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 2018.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA EM DOMICÍLIOS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/microdados.shtm>>

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>

APÊNDICE A – PLANO DE TRABALHO

1 APRESENTAÇÃO

O Estado do Piauí alcançou grandes melhorias nas últimas duas décadas, acompanhando o cenário nacional. O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado passou de 0,36 em 1991 para 0,65 em 2010. Apesar dessa evolução, ocupava apenas a 26ª posição entre os 26 estados e o Distrito Federal em 1991 e em 2010 passou para a 24ª posição, permanecendo em uma baixa posição relativa no cenário nacional. Entre os seus 224 municípios, apenas a capital, Teresina, possui IDH superior à média nacional, segundo dados de 2010.

O Governo do Estado tem como objetivo acelerar fortemente o processo de desenvolvimento do estado, e para isso tem desenvolvido uma série de ações integradas para direcionamento e fortalecimento das políticas públicas. Nesse contexto, o **Governo do Estado do Piauí** e o **Inspers – Instituto de Ensino e Pesquisa** estão desenvolvendo em cooperação um estudo sobre a situação atual e a evolução recente do desenvolvimento humano no Piauí, a partir da análise de temas relevantes para a política social no estado.

Sendo assim, este projeto faz parte da produção de insumos fundamentais que apoiarão essa tarefa no delineamento das políticas e na tomada de decisões estratégicas que visem à otimização de recursos e à eficiência da gestão.

2 OBJETIVO

Pretende-se oferecer suporte técnico e operacional à elaboração do estudo sobre a situação atual e a evolução recente do desenvolvimento humano no Piauí, a partir da análise dos principais temas relevantes para a política social no estado. Nesse sentido, apoiará no desenvolvimento do conteúdo, revisão do material e transferência de tecnologia para a produção de informação específica de monitoramento.

As áreas principais para discussão e levantamento de informações abrangem desenvolvimento econômico, mercado de trabalho urbano, economia solidária e empreendedorismo; distribuição de renda, pobreza, desigualdade e transferências de renda; desenvolvimento rural e inclusão produtiva no campo; educação da população em idade escolar e da população adulta; condições de saúde, atenção básica, mortalidade e morbidade, e acesso a serviços públicos. Esses conteúdos serão agrupados para análise em 4 módulos: I. Desenvolvimento Humano, Pobreza e Distribuição de renda; II. Inclusão produtiva; III. Educação; e IV. Saúde.

A seguir, descrevemos as etapas e atividades a serem desenvolvidas para atingir do objetivo proposto.

3 ETAPAS E ATIVIDADES

3.1 Reuniões temáticas

Desenvolvimento de reuniões temáticas em conjunto com a equipe técnica e gestora designada pelo governo para discussão com base em diagnóstico e análise das políticas estaduais atualmente em vigor no estado. Essas reuniões preveem dois momentos para cada um dos temas: um primeiro momento para apresentação do diagnóstico e um segundo momento para discussão com a equipe técnica acerca das políticas existentes e propostas de reformulação. Esses encontros deverão ocorrer em quatro momentos, considerando os módulos propostos.

3.2 Desenvolvimento dos insumos estatísticos

Para embasar o estudo e discussão dos temas, serão produzidas evidências a partir do levantamento de dados existentes em fontes de informação públicas. Os resultados dos indicadores desenvolvidos serão organizados em compêndios estatísticos para utilização nas discussões e que servirão de insumo para futuros estudos internos da equipe.

Os compêndios estatísticos serão acompanhados de documentos técnicos com a descrição da metodologia utilizada para construção dos indicadores e interpretação das informações.

3.3 Levantamento de políticas

Um outro insumo fundamental para o desenho de estratégias e recomendações para a política estadual é o levantamento de políticas existentes atualmente no estado. Nessa etapa, serão realizadas reuniões presenciais ou à distância para entrevista com atores-chaves dos órgãos do estado e mapeamento das políticas existentes. As informações das entrevistas e de documentos serão compiladas em um relatório contendo a descrição das políticas mapeadas no estado.

3.4 Transferência de tecnologia (oficinas)

Organização de reuniões para apresentação da tecnologia utilizada na elaboração de cada um dos temas para equipe técnica definida pelo estado. Essas reuniões têm como objetivo capacitar a equipe para o seguimento das análises que serão fundamentais para o monitoramento dos resultados futuros. Nesses encontros também será prestado apoio técnico para o desenvolvimento da estrutura de levantamento, e tratamento de dados pelas equipes técnicas responsáveis designadas pelo estado. Estão previstos quatro encontros técnicos com as equipes.

3.5 Relatório de diagnóstico

Nessa etapa serão organizados relatórios a partir das discussões temáticas e o material utilizado nas discussões. O relatório final abrangerá os principais apontamentos evidenciados a partir dos diagnósticos e propostas de ajustes nas políticas discutidas, em conjunto com as equipes técnicas.

Para o desenvolvimento das etapas descritas acima serão realizadas as seguintes atividades:

- 1) Levantamento de indicadores e organização dos resultados em compêndio estatístico, contendo tabelas e gráficos com a situação atual e a evolução histórica de cada um dos temas. Estão previstos para essa etapa cinco compêndios estatísticos.
- 2) Levantamento de políticas estaduais atualmente em vigor no estado, relacionadas aos temas propostos, fichadas em um documento contendo as principais informações para embasar as discussões nas reuniões.
- 3) Organização das análises em cada um dos temas para discussão com a equipe de governo.
- 4) Organização da metodologia básica utilizada na produção dos principais insumos estatísticos, utilizados nas reuniões para transferência de tecnologia à equipe técnica.
- 5) Participação nas reuniões com a equipe de governo e com a equipe técnica para transferência de tecnologia.
- 6) Relatório com os principais apontamentos referentes aos temas abordados em cada reunião.

4 PRODUTOS

As atividades desenvolvidas serão organizadas em 8 produtos técnicos, abaixo relacionados:

Textos: (i) Plano de trabalho; (ii) Listagem de indicadores e parâmetros metodológicos; (iii) fichamento descritivo de políticas públicas; (iv) Manual técnico contendo parâmetros metodológicos utilizados para compreensão evolutiva dos temas discutidos; (v) sumário executivo contendo um resumo dos principais pontos discutidos nas reuniões e os direcionamentos definidos; (vi) relatório técnico resumo do projeto.

Compêndios estatísticos: (vi) cinco compêndios estatísticos contendo gráficos e tabelas dos temas discutidos.

Oficina formativa: (viii) realização de oficina para capacitação técnica da equipe, apresentando metodologias, bases de dados e procedimentos para a construção de indicadores gerais dos compêndios.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2017.

Manuel Thedim
Diretor Executivo

5 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O quadro abaixo apresenta uma proposta de desenvolvimento das etapas do projeto.

No	Produto	Descrição	Fases de Elaboração	Especificação	Valor	Prazo de contrato		Proposta de execução	
						Início	Final	Início	Fim
1	Plano de trabalho	Descrição das atividades e produtos previstos para o estudo	Elaboração do plano de trabalho	Descrição das atividades previstas para o pleno desenvolvimento do estudo de forma sistemática	R\$ 10.000,00	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
2	Listagem dos principais indicadores, e parâmetros metodológicos utilizados para compreensão evolutiva dos temas discutidos	Lista de indicadores, metodologia e procedimentos para elaboração de dados estatísticos	Apresentação em ppt com orientações para levantamento de indicadores utilizando a metodologia de produção de resultados relacionados aos temas	Levantamento de indicadores e organização de resultados em compêndio estatístico	R\$ 15.000,00	Janeiro	Janeiro	Janeiro	Março
3	Fichamento descritivo contendo as políticas públicas existentes no Estado relacionadas aos temas em discussão	Relação descritiva das políticas estaduais de Desenvolvimento Humano	Elaboração de documento contendo descrição básica das principais políticas públicas existentes no estado relacionadas aos temas de estudo	Levantamento de políticas estaduais de Desenvolvimento Humano	R\$ 10.000,00	Janeiro	Janeiro	Abril	Abril
4	Manual técnico contendo parâmetros metodológicos utilizados para compreensão evolutiva dos temas discutidos	Parâmetros metodológicos para elaboração da evolução histórica	Apresentação em ppt com orientações para compreensão de parâmetros metodológicos utilizados na produção de insumos estatísticos	Organização da metodologia básica utilizada na produção dos principais insumos estatísticos	R\$ 10.000,00	Janeiro	Janeiro	Março	Março
5	Compêndio estatístico contendo tabelas e gráficos com a situação atual e a evolução histórica	Pacote de dados estatísticos organizados em tabelas e gráficos por tema e situação atual e evolução histórica	Apresentação em ppt com orientações para sistematização de dados, utilização de metodologias e procedimentos para elaboração de dados estatísticos por meio de gráficos e tabelas	Organização das análises por compêndio estatístico	R\$ 60.000,00	Fevereiro	Março	Março	Março
6	Sumário executivo contendo um resumo dos principais pontos discutidos nas reuniões e os direcionamentos definidos	Síntese descritiva das reuniões temáticas	Realização de seis reuniões temáticas	Participação nas reuniões temáticas	R\$ 15.000,00	Fevereiro	Março	Dezembro	Março
7	Oficina de capacitação por seguimento de indicadores, parâmetros e procedimentos metodológicos	Síntese descritiva da capacitação por seguimento de indicadores, parâmetros e procedimentos metodológicos	Realização de quatro oficinas temáticas para transferência de tecnologia	Participação nas oficinas de capacitação da equipe	R\$ 40.000,00	Fevereiro	Março	Janeiro	Abril
8	Relatório técnico	Relatório Técnico, resumo e sumário executivo contendo os resultados do estudo	Elaboração de relatório contendo os resultados discutidos nas reuniões temáticas, compêndios estatísticos e os encaminhamentos	Relatório Técnico, resumo e sumário executivo contendo os resultados do estudo	R\$ 28.954,20	Março	Março	Maior	Maior

APÊNDICE B – TABELA DE INDICADORES

Os indicadores apresentados neste levantamento, representam uma sequência de pesquisas que foram realizadas no intuito de fomentar o progresso histórico do estado do Piauí. As tabelas foram divididas em quatro indicadores: Índice de desenvolvimento humano (Tabela 1), Distribuição de renda (Tabela 2), Inclusão Produtiva (Tabela 3), Educação (Tabela 4) e Saúde (Tabela 5). Os seguintes indicadores representam o crescimento e a evolução da educação, assim como o controle do aumento da renda per capita familiar, remuneração devida ao trabalho e as taxas de mortalidade e prematuridade.

As taxas de crescimento e progresso do estado do Piauí são inegáveis, principalmente quando comparadas a outros estados da região Nordeste, e ao próprio Piauí no passado. Levando em consideração que o estado em voga já enfrentou uma batalha histórica de desigualdades socioeconômicas ao longo dos anos. Tendo em vista tais indicadores, a trajetória de sucesso do estado é uma grande conquista.

Claramente é possível observar que apesar da desigualdade de renda não ser um componente diretamente ligado a composição do IDH, o crescimento na renda *per capita* familiar e a queda na desigualdade de renda, levaram a reduções significativas na classificação de pobreza e extrema pobreza.

Para que haja uma inclusão real, é necessário garantir, principalmente aos mais pobres, o acesso a oportunidades de boa qualidade, sem exceção. Assim como a implementação de políticas públicas que sejam pertinentes a realidade da região Nordeste. O estado do Piauí vem aumentando substancialmente sua renda, mesmo sem aumentar a escolaridade da população adulta. Contudo, é inconcebível pensarmos em uma solução definitiva para a pobreza no estado sem que esta, necessariamente, passe pelo aumento da escolaridade da população, que infelizmente ainda é baixa.

A necessidade de implementação de vias constitucionais e democráticas e o aprimoramento da cidadania, implicam que a educação seja reconhecida socialmente como algo a que todos devem ter acesso, independente da origem socioeconômica. Mais que isso, o pleno desenvolvimento de um indivíduo, seu preparo para o exercício

da cidadania e sua qualificação para o trabalho são fundamentais para a construção de uma sociedade desenvolvida.

Tabela 1 – Indicador Índice de Desenvolvimento Humano

Indicador	Período	Universo
Taxa de crescimento do IDH por ano	1990-2014	Países, UFs e municípios brasileiros
Variação anual do IDH	2002-2014	UFs
Evolução do IDH	2002-2014	UFs
Evolução do IDH - Longevidade	2002-2014	UFs
Evolução do IDH-Educação	2002-2014	UFs
Evolução do IDH-Renda	2002-2014	UFs

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Indicador Distribuição de Renda

(Continua...)

Indicador	Período	Universo
Evolução da renda per capita	2002-2014	Brasil e UFs
Coefficiente de GINI	2001-2014	Brasil e UFs
Taxa Anual de Crescimento da Renda Familiar per capita por décimos da população	2001-2014; 2003-2014	Brasil e UFs
Evolução da extrema pobreza	2001-2014	Brasil e UFs
Taxa de redução da extrema pobreza	2001-2014; 2003-2011	Brasil e UFs

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Indicador Distribuição de Renda

(Conclusão.)

Indicador	Período	Universo
Evolução grau de pobreza	2001-2014	Brasil e UFs
Projeção do grau de pobreza	2022	Brasil e UFs
Determinantes do crescimento da renda per capita por décimos da distribuição de renda e pobreza	2001-2014	Brasil e UFs
Determinantes da diferença em renda per capita por décimos da distribuição de renda e pobreza	2001-2014	Brasil e UFs
Composição da Taxa Anual de Crescimento da renda Familiar per capita	2001-2014	Brasil e UFs
Remuneração média do trabalho	2014	Brasil e UFs
Taxa de crescimento média anual na remuneração do trabalho	2004-2014	Brasil e UFs
Evolução da remuneração Média do Trabalho	2004-2014	Brasil e UFs
Escolaridade média da população com 25 anos e mais	2014	Brasil e UFs
Ganho de escolaridade da população com 25 anos e mais por ano	1992-2014	Brasil e UFs
Evolução da Escolaridade Média da População Adulta (25 anos e mais)	1992-2014	Brasil e UFs

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 – Indicador Inclusão Produtiva

(Continua...)

Indicador	Período	Universo
Taxa anual de crescimento por décimo da distribuição de renda	2001-2014	Brasil e UFs
Perfil etário da Pobreza	2012-2014	Brasil e UFs
Composição da Taxa Anual de Crescimento da renda Familiar per capita por décimos da distribuição de renda	2001-2014	Brasil e UFs
Determinantes do diferencial de renda per capita por décimos da distribuição de renda e área	2001-2014	Brasil e UFs
Taxa de Ocupação por Décimo da Distribuição de renda	2012-2014	Brasil e UFs
Evolução da Taxa de Ocupação para a população de Idade Ativa por décimos da distribuição	2001-2014	Brasil e UFs
Evolução da Taxa de Ocupação para a População de Idade Ativa	2001-2014	Brasil e UFs
Remuneração média do trabalho	2014	Brasil e UFs
Taxa de crescimento média anual na remuneração do trabalho	2004-2014	Brasil e UFs
Escolaridade média da população com 25 anos e mais	2014	Brasil e UFs
Ganho de escolaridade da população com 25 anos e mais por ano	1992-2014	Brasil e UFs
Evolução da Escolaridade Média da População adulta (25 anos e mais)	1992-2014	Brasil e UFs
Porcentagem da População na área rural por centésimo da distribuição	2012-2014	Brasil e UFs

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 3 – Indicador Inclusão Produtiva

(Conclusão.)

Indicador	Período	Universo
Taxa anual de crescimento da renda domiciliar per capita por décimos da distribuição de renda e área	2001-2014	Brasil e UFs
Evolução da Pobreza Urbana e Rural	2001-2014	Brasil e UFs
Composição da Taxa Anual de Crescimento da Renda Familiar per capita por décimos da distribuição de renda e área	2001-2014	Brasil e UFs
Evolução da remuneração dos trabalhadores por décimos da distribuição de renda	2001-2014	Brasil e UFs
Remuneração do trabalho por ocupado por décimos da distribuição de renda	2001-2014	Brasil e UFs
Produção de Mandioca por Área colhida	2012-2014	Brasil e UFs
Valor Produção de Mandioca por Área colhida	2012-2014	Brasil e UFs
Quantidade produzida de Mandioca por Área colhida	2001-2014	Brasil e UFs
Produção de arroz por Área Colhida	2012-2014	Brasil e UFs
Valor da produção de arroz por área colhida	2012-2014	Brasil e UFs
Produção de feijão por Área colhida	2012-2014	Brasil e UFs
Valor da Produção de Feijão por Área colhida	2012-2014	Brasil e UFs

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 4 – Indicador Educação

(Continua...)

Indicador	Período	Universo
Porcentagem de crianças de 4 a 5 anos na escola	2013-2015	Brasil e UFs
Progresso na porcentagem de crianças de 4 a 5 anos na escola	2005-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola	2013-2015	Brasil e UFs
Progresso na porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola	2005-2015	Brasil e UFs
Evolução do IDEB Ensino Médio e porcentagem de jovens de 15 a 17 anos na escola	2005-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de adolescentes de 10 a 14 anos na escola	2013-2015	Brasil e UFs
Progresso na porcentagem de adolescentes de 10 a 14 anos na escola	2005-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de jovens de 14 anos que frequentam à escola, segundo grau de vulnerabilidade e o sistema educacional em que se inserem	2013-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de jovens de 14 anos que frequentam a escola, segundo grau de vulnerabilidade e o sistema educacional em que se inserem	2013-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de crianças e adolescentes que chega a concluir cada série com no máximo um ano de atraso	2013-2015	Brasil e UFs

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 – Indicador Educação

(Continua...)

Indicador	Período	Universo
Porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso	2013-2015	Brasil e UFs
Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o 5º ano com no máximo um ano de atraso	2005-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso	2013-2015	Brasil e UFs
Progresso na porcentagem de alunos que concluiu o 9º ano com no máximo um ano de atraso	2005-2015	Brasil e UFs
Taxa de aprovação no 6º ano na rede pública de ensino	2015	Brasil e UFs
Taxa de aprovação no 7º ano na rede pública de ensino	2015	Brasil e UFs
Taxa de aprovação no 8º ano na rede pública de ensino	2015	Brasil e UFs
Taxa de aprovação no 9º na rede pública de ensino	2015	Brasil e UFs
Porcentagem conclui o Ensino Médio com no máximo um ano de atraso	2013-2015	Brasil e UFs
Progresso na porcentagem conclui o Ensino Médio com no máximo um ano de atraso os últimos 10 anos	2005-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de alunos que terminou com no máximo um ano de atraso a 3ª série do Ensino Médio	2015	Brasil e UFs

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 – Indicador Educação

(Conclusão.)

Indicador	Período	Universo
Porcentagem de jovens 19 anos que frequentam à escola, segundo grau de vulnerabilidade e o sistema educacional em que se inserem	2013-2015	Brasil e UFs
Nota média Padronizada na Prova Brasil para os Anos iniciais da Rede Pública de Ensino	2015	Brasil e UFs
Progresso da Nota Média Padronizada na Prova Brasil para os Anos iniciais da Rede Pública de Ensino	2005-2015	Brasil e UFs
Nota Média Padronizada na Prova Brasil para os Anos finais da Rede Pública de Ensino	2013-2015	Brasil e UFs
Progresso na Nota Média Padronizada na prova Brasil para os Anos finais da Rede Pública de Ensino	2015	Brasil e UFs
Nota Média Padronizada na SAEB para o Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino	2005-2015	Brasil e UFs
Progresso da Nota Média Padronizada na SAEB para o Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino	2015	Brasil e UFs
Evolução dos componentes do IDEB (Rendimento e Nota Média Padronizada) na rede pública para os anos finais	2005-2015	Brasil e UFs

Tabela 5 – Indicador Saúde

Indicador	Período	Universo
Proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal	2008-2015	Brasil e UFs
Proporção de partos cesáreos	2008-2015	Brasil e UFs
Taxa de prematuridade	2008-2015	Brasil e UFs
Proporção de partos de mães adolescentes (menor ou igual a 19 anos)	2008-2015	Brasil e UFs
Prevalência de aleitamento materno exclusivo	2008-2015	Municípios
Taxa de mortalidade neonatal precoce (0 a 6 dias completos)	2008-2015	Brasil e UFs
Razão de óbitos infantis por causas evitáveis (< 1 ano)	2008-2015	Brasil e UFs
Taxa de mortalidade infantil	2008-2015	Brasil e UFs
Mortalidade infantil pós neonatal (28 a 364 dias)	2008-2015	Brasil e UFs
Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer	2008-2015	Brasil e UFs
Mortalidade neonatal	2008-2015	Brasil e UFs
Mortalidade neonatal tardia	2008-2015	Brasil e UFs
Mortalidade perinatal	2008-2015	Brasil e UFs
Natimortalidade	2008-2015	Brasil e UFs
Cobertura vacinal	2008-2015	Brasil e UFs
Taxa de internação hospitalar por causas sensíveis à atenção básica	2008-2015	Brasil e UFs
Taxa de mortalidade na infância (<5 anos)	2008-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de nascidos vivos com índice de Apgar maior ou igual a 6 no 1º minuto de vida	2008-2015	Brasil e UFs
Porcentagem de nascidos vivos com índice de Apgar maior ou igual a 6 no 5º minuto de vida	2008-2015	Brasil e UFs
Mortalidade materna	2008-2015	Brasil e UFs

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C – OFICINAS DE TRABALHO

1 REUNIÃO DE PLANEJAMENTO INICIAL

Data: 22/02/2018

Objetivo: Alinhamento do escopo e plano de trabalho

Tipo de reunião: Presencial

Parte 1:

- Alinhamento do escopo de trabalho e questões contratuais com a equipe gerencial do DATACEPRO

Parte 2:

- Apresentação da equipe de trabalho
- Apresentação dos produtos para a equipe de trabalho

Material utilizado:

- PPT Reunião Técnica - planejamento 220218

2 REUNIÃO DE ACOMPANHAMENTO

Data: 02/03/2018

Objetivo: Modelo de desenvolvimento do DATACEPRO

Tipo de reunião: Call

Pontos discutidos

- Processo de captação das informações
- Método de trabalho

Material utilizado:

- PPT Reunião Técnica - acompanhamento DATACEPRO 020318

3 REUNIÃO DE ACOMPANHAMENTO

Data: 09/03/2018

Objetivo: Andamento do processo de coleta de informações para o DATACEPRO

Tipo de reunião: Call

Pontos discutidos

- Andamento
- Dúvidas
- Planilha de indicadores
- Próximos passos

Material utilizado:

- PPT Reunião Técnica - acompanhamento DATACEPRO 090318

4 REUNIÃO DE ACOMPANHAMENTO

Data: 16/03/2018

Objetivo: Andamento do processo de coleta de informações para o DATACEPRO

Tipo de reunião: Call

Pontos discutidos

- Andamento das pesquisas
- Discussão sobre novos temas
- Apresentação da proposta de roteiro de abordagem com os órgãos
- Cronograma
- Agendamento da próxima visita

Material utilizado:

- PPT Reunião Técnica - acompanhamento DATACEPRO 090318

5 REUNIÃO DE ACOMPANHAMENTO

Data: 25/04/2018

Objetivo: Andamento do processo de alimentação do sistema DATACEPRO

Tipo de reunião: Presencial

Pontos discutidos:

- Apresentação das equipes (conteúdo pesquisado; conteúdo já documentado; principais desafios; próximos passos);

- Planejamento do cronograma e do conteúdo para as versões do lançamento e posteriores (Samuel e equipe);
- Processo de alimentação do sistema (Samuel, Guilherme e equipe);
- Dúvidas sobre conteúdo (Samuel e equipe)
- Encaminhamentos

Material utilizado

- PPT Reunião Técnica - acompanhamento DATACEPRO 250418

6 REUNIÃO DE ACOMPANHAMENTO

Data: 26/04/2018

Objetivo: Transferência de tecnologia

Tipo de reunião: Presencial

Pontos discutidos:

- Seminário sobre o tema Educação
- Seminário sobre o tema Saúde

Material utilizado

- PPT Piauí seminário educação equipe técnica 260418
- PPT IETS Estudo de indicadores de saúde PI V7

7 REUNIÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Data: 25 a 27/06/2018

Objetivo: Transferência de tecnologia

Tipo de reunião: Presencial

Pontos discutidos:

1. **Palestra:** Evidências dos dados existentes em fontes de informações públicas

Objetivo: Apresentar os principais resultados encontrados a partir dos registros administrativos sobre a situação atual do Piauí e os principais desafios para o atingimento de metas no desenvolvimento social como um todo (IDH), na distribuição de renda, inclusão produtiva, educação e saúde.

2. Oficina destinada a explicação dos parâmetros metodológicos sobre os registros administrativos, a partir das 5 grandes áreas (desenvolvimento social, distribuição de renda, inclusão produtiva, educação e saúde).

Objetivo: Transferir a tecnologia utilizada para seleção, organização e análise dos indicadores utilizados para o desenvolvimento dos temas.

3. Oficina para apresentação das políticas públicas implementadas - PPA

Objetivo: Apresentar metodologia para levantamento de informações sobre políticas públicas e o que é possível analisar a partir das informações disponíveis.

4. Mesa redonda de experiências no estado: Fontes de informação pública/Dados a partir dos registros administrativos

Material utilizado:

- PPT Seminário Piauí - Evidências a partir de dados V2
- PPT IETS Oficina metodológica - Piauí V3
- IETS Oficina Políticas Públicas e PPA - V2

2018

